

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO DE HISTÓRIA EM REDE
NACIONAL - PROFHISTÓRIA**

Marcos Cristiano da Silva Fischer

**ENTRE NARRATIVAS COLETIVAS E AUTOBIOGRÁFICAS NA SALA DE
AULA: REFLETINDO SOBRE O CONTEXTO HISTÓRICO-SOCIAL DO
MUNICÍPIO DE PANAMBI, RIO GRANDE DO SUL**

Santa Maria, RS
2025

Marcos Cristinano da Silva Fischer

**ENTRE NARRATIVAS COLETIVAS E AUTOBIOGRÁFICAS EM SALA DE
AULA: REFLETINDO SOBRE O CONTEXTO HISTÓRICO-SOCIAL DO
MUNICÍPIO DE PANAMBI, RIO GRANDE DO SUL**

Dissertação apresentada ao Mestrado em Rede Nacional em Ensino de História – PROFHISTÓRIA, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ensino de História.

Orientadora: Professora Dra. Mara Regina do Nascimento

Santa Maria, RS
2025

This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001

FISCHER, MARCOS CRISTIANO DA SILVA
ENTRE NARRATIVAS COLETIVAS E AUTOBIOGRÁFICAS NA SALA
DE AULA: REFLETINDO O CONTEXTO HISTÓRICO-SOCIAL DO
MUNICÍPIO DE PANAMBI, RIO GRANDE DO SUL / MARCOS
CRISTIANO DA SILVA FISCHER.- 2025.
102 p.; 30 cm

Orientador: MARA REGINA DO NASCIMENTO
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Maria, Centro de Educação, Programa de Pós-Graduação em
História em Rede Nacional, RS, 2025

1. ENSINO DE HISTÓRIA 2. ESPAÇOS DE MEMÓRIA 3. MEMÓRIA E
IDENTIDADE 4. NARRATIVA 5. PANAMBI/RS I. NASCIMENTO,
MARA REGINA DO II. Título.

Sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFSM. Dados fornecidos pelo autor(a). Sob supervisão da Direção da Divisão de Processos Técnicos da Biblioteca Central. Bibliotecária responsável Paula Schoenfeldt Patta CRB 10/1728.

Declaro, MARCOS CRISTIANO DA SILVA FISCHER, para os devidos fins e sob as penas da lei, que a pesquisa constante neste trabalho de conclusão de curso (Dissertação) foi por mim elaborada e que as informações necessárias objeto de consulta em literatura e outras fontes estão devidamente referenciadas. Declaro, ainda, que este trabalho ou parte dele não foi apresentado anteriormente para obtenção de qualquer outro grau acadêmico, estando ciente de que a inveracidade da presente declaração poderá resultar na anulação da titulação pela Universidade, entre outras consequências legais.

Marcos Cristinano da Silva Fischer

**ENTRE NARRATIVAS COLETIVAS E AUTOBIOGRÁFICAS EM SALA DE
AULA: REFLETINDO SOBRE O CONTEXTO HISTÓRICO-SOCIAL DO
MUNICÍPIO DE PANAMBI, RIO GRANDE DO SUL**

Dissertação apresentada ao Mestrado em Rede Nacional em Ensino de História – PROFHISTÓRIA, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ensino de História.

Aprovada em 28 de agosto de 2025

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr^a. Mara Regina do Nascimento (UFSM)
Presidente/Orientadora

Prof. Dr. Gilberto César de Noronha (UFU)

Prof. Dr. Sandor Fernando Bringmann (UFSC)

Santa Maria, RS
2025

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todas as pessoas que fizeram parte desta caminhada, me ouvindo, apoiando e acreditado no meu trabalho.

A minha orientadora, Professora Mara Regina do Nascimento, pelo empenho em me auxiliar através das conversas, orientações e por compartilhar seu conhecimento e experiência, imprescindíveis para a realização deste trabalho.

A minha esposa Sula e a meu filho Marco Antônio, por acreditarem em mim e compreenderem minhas ausências e preocupações.

Aos meus pais Marco Antônio e Catarina, por sempre apoiarem a minha caminhada.

Ao Professor Jorge Luis da Cunha (*in memorian*), pelas conversas e pelo incentivo ao meu trabalho.

Aos professores do ProfHistória, pelas conversas, reflexões que tivemos e pelos conhecimentos que trouxeram.

Aos colegas do curso, pelas conversas, reflexões, momentos descontraídos e pelo apoio mútuo nessa trajetória.

O primado do ser não é um primado segundo o tempo cronológico, nem lógico, pois o tempo que faz parte do ser o supõe e, se se pudesse imaginar contraditoriamente uma ordem temporal entre o ser e o tempo, é o tempo inteiro que seria posterior ao ser.

(Louis Lavelle)

RESUMO

ENTRE NARRATIVAS COLETIVAS E AUTOBIOGRÁFICAS EM SALA DE AULA: REFLETINDO SOBRE O CONTEXTO HISTÓRICO-SOCIAL DO MUNICÍPIO DE PANAMBI, RIO GRANDE DO SUL

AUTOR: Marcos Cristiano da Silva Fischer
ORIENTADORA: Mara Regina do Nascimento

Este estudo discute a construção de narrativas e suas abrangências nas inter-relações sociais, direcionando-se para a análise pontual de algumas narrativas que se desenvolveram durante a constituição histórico-social do atual Município de Panambi. Neste sentido, se destaca como tais narrativas se fazem presentes, estejam nos dizeres, símbolos, imagens, hino; brasão, cognomes, instituições e na forma como são percebidas ou absorvidas pelos indivíduos. A análise empreendida enviesa-se para as relações entre história coletiva e história individual, cujo foco de ação visa levar o indivíduo a refletir e reconhecer seu lugar histórico no contexto em que está inserido, procedendo à autoria via escrita de si. A partir de reflexões feitas em sala de aula com estudantes de escolas da Rede Municipal de Ensino Fundamental do Município de Panambi, Rio Grande do Sul, a análise sobre as temáticas supracitadas foi então aprimorada, o que resultou na elaboração de um material didático para professores interessados em desenvolverem em sala de aula estudos analíticos sobre narrativas e instigarem os alunos à escrita de si.

Palavras-chave: Ensino de História; Espaços de memória; Memória e identidade; Narrativa; Panambi/RS.

ABSTRACT

BETWEEN COLLECTIVE AND AUTOBIOGRAPHICAL NARRATIVES IN THE CLASSROOM: REFLECTIONS ON THE SOCIO-HISTORICAL CONTEXT OF THE MUNICIPALITY OF PANAMBI, RIO GRANDE DO SUL

AUTHOR: Marcos Cristiano da Silva Fischer

ADVISOR: Mara Regina do Nascimento

This study examines the construction of narratives and their scope within social interactions, with a particular focus on selected narratives that emerged during the socio-historical formation of the Municipality of Panambi. It highlights how such narratives manifest through oral traditions, symbols, imagery, the municipal anthem, coat of arms, nicknames, institutions, and the ways in which they are perceived and internalized by individuals. The analysis is situated at the intersection of collective and individual histories, aiming to encourage individuals to critically reflect on and acknowledge their historical position within the broader social context, engaging in authorship through self-writing. Drawing from classroom activities conducted with students from elementary schools in the Municipal Education Network of Panambi, Rio Grande do Sul, this study refined the discussion of the aforementioned themes and culminated in the development of didactic materials designed for teachers interested in fostering analytical studies of narratives in the classroom and stimulating students to engage in self-reflective writing practices.

Keywords: History education; Sites of memory; Memory and identity; Narrative; Panambi/RS.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	8
CAPÍTULO I – PANAMBI: ANTECEDENTES HISTÓRICOS E O CONTEXTO LOCAL	17
1.1. Panambi: a ocupação do território	25
1.2. Neu-Württemberg: uma “extensão” da pátria alemã no planalto gaúcho	27
1.3. Somente imigrantes e colonos nacionais? E o “outro”?	40
1.4. A dinâmica local a partir dos anos 20.....	42
CAPÍTULO II – A CONSCIÊNCIA HISTÓRICA E O ATO DE NARRAR: UMA PROPOSTA DESAFIADORA NO AMBIENTE ESCOLAR.	50
2.1. O indivíduo e a memória: uma reflexão filosófica.....	63
2.2. Aprendizagem histórica e identidade	68
CAPÍTULO III – NARRATIVAS LOCAIS E A ESCRITA DE SI.....	71
3.1. Resultados da pesquisa-ação durante a prática docente	90
CONCLUSÃO.....	97
REFERÊNCIAS.....	101

INTRODUÇÃO

A temática que deu início a este estudo foi a narrativa como aspecto inseparável das dinâmicas e inter-relações sociais de qualquer contexto histórico que se observe. Primeiramente, a reflexão gravitou em torno da análise do gênero narrativo e seu poder de idealizar, transmitir, convencer ou justificar ações humanas em prol de determinada causa, quer seja coletiva ou individual. Isto por si só já ocasionaria uma discussão abrangente; porém, tendo em vista o tipo de trabalho aqui demandado, com um público-alvo e viés na educação – mais especificamente em ensino de História – a abordagem foi se modificando pouco a pouco, até ir para o prático, sem abrir mão da discussão teórica e, por assim dizer, subjetiva. Diante disto, o estudo viesou-se sobremaneira para a análise do contexto histórico local e, obviamente, para algumas narrativas engendradas em torno dele. A proposição é explicável, discute-se sobre narrativas na dimensão linguística e subjetiva, porém com o foco *in loco*, ou seja, uma análise factual, mais pontual e delineada do local onde os indivíduos habitam.

Sendo assim, o estudante, tem a possibilidade de adentrar em uma discussão sobre narrativas, fazendo a análise de seu próprio entorno: o Município de Panambi e suas dinâmicas histórico-sociais. O estudo aqui empreendido, não se restringe unicamente a estudantes que habitam no referido município, esta problemática pode ter aplicabilidade em outros locais, basta direcionar o arcabouço aqui desenvolvido em outros contextos históricos e suas especificidades.

As proposições supracitadas vão ao encontro do que aqui defende-se como essencial para enfeixar o estudo: uma dimensão propositiva pedagógica que prevê a escrita de si. Ora, se as narrativas histórico-sociais ou coletivas estão em análise, tanto nos aspectos linguísticos, subjetivos quanto factuais, a narrativa autobiográfica poderá receber destaque, pois, o estudante terá a oportunidade de conhecer as narrativas locais, assimilá-las, reproduzi-las, questioná-las, reinterpretá-las ou até mesmo renegá-las, mas o importante é que o mesmo saiba quem é no contexto histórico em que está inserido, construindo seu protagonismo e registrando os acontecimentos sobre os quais ele é a pessoa mais autorizada a narrar.

As elucidações até aqui feitas de forma propedêutica, poderão especificar-se ao se observar as narrativas em suas inter-relações envolvendo o indivíduo e as concreções

históricas para as quais este estudo se direcionará, assim como a subjetividade da abrangência narrativa e suas irradiações; quer no aspecto coletivo ou pessoal. Tendo em vista esta problemática, introduz-se também a zênite do pensamento que a engendrou, assim como os desdobramentos que se farão necessários a sua sustentação, os quais serão tecidos nesta Dissertação.

Em um primeiro momento, cabe reconhecer a importância da História, da consciência e da conexão inseparável que estas estabelecem com os seres humanos, um grau de importância nem um pouco desprezível, mais do que isto, imprescindível; entretanto a estes aspectos estão as narrativas, que circundam os indivíduos, impactando-os, de uma forma ou outra. Prossegue-se então com a análise.

Em qualquer contexto em que haja inter-relações humanas existem narrativas, muitas delas remontam tempos imemoriais, presentes nos discursos religiosos, quando se queria conduzir um povo à “terra prometida”, no dizer dos governantes, quando queriam justificar uma guerra; mas também, quando se buscava descrever o modo de ser de uma sociedade, agrupamento ou nação. As narrativas edificaram cidades, construíram impérios, criaram os estados, as instituições, a cultura, as leis e a religiosidade; portanto, narrativa é História e, conseqüentemente, seus desdobramentos.

As narrativas são formas de expressão das sociedades, além disso, são formas de legitimação para se alcançar um fim determinado. As narrativas buscam defender, justificar algo, um modelo a ser seguido, mas também, representam aquilo que se idealiza. Narrativas bem sedimentadas podem reverberar durante décadas ou séculos, perpetuarem-se através dos símbolos, imagens, monumentos, hinos, livros, bandeiras, brasões e discursos; contribuindo para a consolidação de “modelos” histórico-sociais.

Diante disso, para se compreender como as narrativas se constituem e se propagam, além da análise teórico-subjetiva ou análise do discurso, o estudo do contexto local demonstra-se uma forma eficaz de compreensão, pois o mesmo tem um impacto direto da vida do indivíduo, está constantemente acontecendo, como páginas de um livro a serem escritas dia após dia. É através da compreensão do meio no qual o indivíduo está inserido que o mesmo pode refletir sobre sua própria história, pois é onde ele precisa interagir; posicionar-se, contrapor-se, coadunar-se, sendo a narrativa, uma forma de engendrar esse ser e agir.

Além de se buscar compreender sobre quais narrativas dão sustentação para o que hoje se conhece como referência para a história local analisada, precisa-se revisar, fundamentalmente, como elas se manifestam no contexto histórico e, como podem se fazer presentes no cotidiano. Partindo do pressuposto acima, percebe-se que as narrativas estão em toda parte, proferidas, desenhadas, escritas, circundam os indivíduos desde a mais tenra idade; por outro lado, fazer uma leitura sobre elas é, ao mesmo tempo, refletir sobre o papel histórico que se está representando, o conhecimento que se tem de si no local em que se interage.

Por isto, os estudos sobre Educação Histórica e Consciência Histórica entram como proposta para tornar o ensino de História mais amplo, mais significativo para os discentes. Tendo em vista a necessidade de se atribuir maior visibilidade ao estudo da história local e suas abrangências, pode-se obter êxito ao se trabalhar com identidade, memória, sujeito, tempo e local, de modo a compreender como os estudantes percebem as peculiaridades históricas de seu entorno e como estas questões se apresentam no cotidiano e refletem nas mentalidades locais.

Desta forma, o trabalho em sala de aula sobre investigação, rememoração e interpretação da histórica local contribui para uma melhor compreensão sobre o modo de ser de seus habitantes. Como ocorre o diálogo entre o eu e a história local juntamente com suas representações? Como o pensar e agir dos estudantes estão imbricados ou não nos aspectos constitutivos da localidade?

Neste sentido, a discussão enviesa-se para a importância de se estudar a história local não unicamente para o aprendizado de fatos passados ou conteúdos de História propriamente ditos, mas sobremaneira, para levar o indivíduo a refletir com maior profundidade sobre acontecimentos que fizeram e fazem parte de sua história. A partir de então, entra-se em um processo que pode mostrar a cada pessoa meandros antes imperceptíveis, tais como a maturação de seu pensamento. Neste viés, a escrita de si representa uma visão mais consciente da própria vida, do pensar de cada um. A escrita de si auxilia no autoconhecimento, assim como instiga as pessoas a perceberem-se neste mundo como protagonistas.

A abordagem aqui proposta amplia-se para se refletir sobre a seguinte indagação: é possível que o estudante possa compreender o viés histórico das narrativas

coletivas locais discernindo-as de sua narrativa pessoal, porém levando em conta a importância do diálogo entre ambas?

Os objetivos mais pontuais deste estudo são, de maneira introdutória, exemplificados mais especificamente, na apresentação dos capítulos a seguir.

O primeiro capítulo faz uma investigação histórica sobre o Município de Panambi, Rio Grande do Sul, local onde habitam os indivíduos envolvidos neste estudo. Trata-se de uma abordagem enviesada para os fatos históricos, mas fundamentalmente, sobre as narrativas que procuraram instigar e dar sustentação a ações humanas que acabaram por refletir na dinâmica histórico-social do Município. Cabe destacar que, se faz uma análise sucinta sobre povos que povoaram a região do planalto gaúcho, ao mesmo tempo, as dinâmicas populacionais no decorrer do século XIX, e suas novas configurações, a partir do início do século XX e nas décadas posteriores.

Neste viés busca-se analisar mais especificamente o território que deu origem à Panambi, que posteriormente veio se tornar município, na metade do século XX. Trata-se de uma análise mais pontual do final do século XIX e limiar do XX, em vista do fenômeno da migração e imigração de teuto-brasileiros e alemães, via obtenção de terras de um empreendimento particular, por iniciativa da Empresa de Colonização Dr. Herrmann Meyer. Tendo em vista que no final do século XIX, a empresa colonizadora buscou não unicamente se estabelecer como um foco de colonização alemã, mas sim como uma colônia modelo, quando comprou terras localizadas onde hoje é Panambi e as vendeu em lotes para colonos vindos das colônias velhas¹ do Rio Grande do Sul e também a imigrantes alemães. A partir de então, idealizou-se por parte da empresa colonizadora uma colônia que tivesse semelhança com a “pátria mãe”, uma “nova Alemanha”, que passou a se chamar Neu-Württemberg.

Visando preservar a cultura alemã, a colonizadora oferecia educação e assistência religiosa, mantendo um professor e um pastor no local, o que se baseava em

¹ O termo “colônias velhas”, no que concerne especificamente à colonização alemã no Rio Grande do Sul, se refere basicamente à primeira fase de colonização (1824-1889). A primeira colônia alemã, localizada no Vale do Rio dos Sinos, foi São Leopoldo (1824), posteriormente surgiram colônias como São Lourenço, Montenegro, Estrela, Lajeado, Nova Petrópolis, Santa Cruz, Teotônia, entre outras. Boa parte das colônias velhas se estabeleceram nos vales dos rios dos Sinos, Taquari e Caí. Na segunda fase da colonização alemã (a partir de 1890), surgiram as chamadas colônias novas, principalmente na região do planalto gaúcho, a exemplo Selbach, Ijuí, New-Württemberg (Panambi), entre outras que estavam localizadas nos municípios de Cruz Alta, Passo Fundo, Palmeira e Santo Ângelo.

uma ligação entre escola e igreja, que muito se espelhava na Reforma Protestante, com reflexos na cultura e educação. Do ponto de vista de um ideal, pode-se então destacar que em Neu-Württemberg buscava-se edificar uma colônia refratária ao processo de nacionalização, visando precipuamente o ideal de germanidade. Diante disso, a idealização desse empreendimento particular, que visava à venda de terras, buscava atrair um número significativo de colonos para a “nova Alemanha”, era preciso então, mais do que uma simples propaganda, a narrativa deveria ser convincente.

Em síntese, se propagava a ideia de que seria possível viver e prosperar em Neu-Württemberg, no sul do Brasil, com a sensação de se estar vivendo na pátria mãe, a velha *Heimat*² – como se convencionou referir-se à Alemanha. Não obstante, principalmente na fase inicial, a colonizadora passou por muitos revezes, precisando articular-se para salvar o empreendimento. Tais articulações não ficaram apenas no campo operacional, mas na sustentação do ideal através de narrativas, contranarrativas e propagandas. Apesar dos revezes, a colonizadora e seus habitantes, em algumas décadas erigiram um povoamento repleto de empreendimentos e características bem peculiares. Esses aspectos reverberaram nas décadas posteriores através de narrativas observáveis na dinâmica histórico-social, percebíveis nos símbolos, livros, monumentos, dizeres, brasão, hino, instituições, religiosidade e economia.

A história precedente à colonização não é esquecida, seus desdobramentos históricos, observados através de outros grupos sociais que estabelecem uma relação histórico-social antes e depois da instalação da colônia coadunam-se, o que se apresenta no desenvolvimento do capítulo.

O segundo capítulo canaliza contribuições de autores relevantes para a corroboração do que está se propondo neste estudo; sendo assim, as reflexões gravitarão em torno das seguintes temáticas: narrativas, consciência histórica, memória, identidade, aprendizagem e escrita de si. Neste sentido, se faz uma concatenação de conhecimentos direcionados à reflexão teórica, importante para a análise histórica *in loco*, ao tempo que serve como ponto de apoio para atuação prática, no terceiro capítulo. Em síntese, o segundo capítulo serve como aporte teórico-reflexivo a ser recorrido

² Conforme Neumann (2009, p.20), “o termo *Heimat* pode ser traduzido por pátria. Dentro da linha do romantismo alemão, seu significado é mais ampliado, remetendo à terra natal, ao lar, e a todos os sentimentos correlatos. Logo, como é um termo complexo, optou-se por mantê-lo no original”.

sempre que possível, para melhor compreensão da dimensão propositiva deste estudo e, conseqüentemente, das ações necessárias ao andamento do trabalho em sala de aula.

O terceiro capítulo é destinado à dimensão propositiva da Dissertação, momento em que se concatenam os conhecimentos discutidos nos capítulos precedentes às reflexões feitas em aula com os estudantes, o que deságua na elaboração do material didático a ser usado em aula por professores que se interessem por história local, narrativas e escrita de si. Para isto, usar-se-á exemplos específicos do que pode ser explorado. Inicialmente, a ênfase será a mediação³ com os estudantes, possibilitando aos professores trabalharem o ensino de História com foco nas narrativas locais e suas abrangências na sociedade estudada. Neste viés, são desenvolvidas atividades reflexivas sobre as formas de narrativas, como elas podem ser construídas e como impactam diretamente a vida dos seres humanos.

Para o desenvolvimento da proposição, são apresentadas sequências didáticas com reflexões, textos, imagens e fotografias, que servem como material de apoio para a interpretação das narrativas e suas correlações de um modo geral e com a história local. Junto às sequências didáticas, constam atividades que confluem para o desenvolvimento da temática em questão.

Outro passo importante contido no capítulo é o instigar a reflexão pessoal do indivíduo no meio em que habita. A proposta de análise sobre as narrativas locais atua sinergicamente com outra, a narrativa autobiográfica, um tema que converge para o autoconhecimento do indivíduo e sua finalidade como ser social, momento em que busca levá-lo a perceber a importância de ocupar seu lugar no contexto em que está inserido, registrando seus passos históricos em uma trama existencial: a escrita de si.

A partir da observação do local onde os jovens habitam, das narrativas que os cercam e de suas experiências pessoais, tornou-se imprescindível concatenar tais elementos a exercícios de autoconhecimento, a fim dar um sentido mais amplo à existência, diferenciando o eu pessoal do eu coletivo e, ao mesmo tempo, valorizando a interação de ambos.

³ Conforme Vygotsky, o processo de mediação, por meio de instrumentos e signos, é fundamental para o desenvolvimento das funções psicológicas superiores, distinguindo o homem dos outros animais. A mediação é um processo essencial para tornar possível as atividades psicológicas voluntárias, intencionais, controladas pelo próprio indivíduo (OLIVEIRA, 2002, p.33).

Ainda no terceiro capítulo, são apresentados resultados da prática docente, como as motivações para a escolha da temática aqui proposta, assim como são descritas algumas reflexões, discussões e atividades desenvolvidas com a turma de nono com a qual se desenvolveu a pesquisa-ação de maneira mais pontual.

Cabe aqui deixar claros os motivos que deram início a este trabalho e às temáticas nele enfocadas. Em minha trajetória não foram poucas as vezes que ouvi – e ainda ouço – pessoas adultas dizendo: “Eu detestava as aulas de História, de que adiantava decorar datas e saber da vida de grandes personalidades”. Percebi que a História para muitas pessoas passou como algo sem sentido prático, sem significado e, com pouca relevância. A meu ver, isto era um ponto de vista equivocado sobre a História. Mas por que algumas pessoas tinham aquele ponto de vista sobre a História? A resposta é simples: a maneira como “aprenderam História” na escola, de forma descontextualizada, pouco discutida e sem relação com o cotidiano dos estudantes. Era o legítimo “vencer os conteúdos” até o final do ano.

Desde que comecei a lecionar, procurei sempre que possível contextualizar os conteúdos de História, na maneira como os fatos passados poderiam exercer influência na atualidade. Com a experiência adquirida durante os anos de docência, aprimorei a forma de trabalhar, procurei estabelecer relações entre os fatos históricos e o cotidiano dos estudantes; buscando fazer contrapontos, reflexões, no sentido de “se colocarem na História”, se posicionarem.

A história local chama muito a atenção dos estudantes, principalmente fatos por eles desconhecidos, referentes à sociedade, a cultura, a personagens ou povoamento local. Muitos ficam impressionados com histórias que ocorreram a muito tempo, das quais nem sabiam da existência. Nesse sentido, através das reflexões ocorridas nas aulas de História, muitos estudantes passaram a conversar com familiares idosos, avós, bisavós, entre outros, a fim de ouvirem histórias de seus ancestrais e do contexto local. Essas experiências enriqueciam as reflexões em aula, momento em que se direcionava o estudo da história local relacionando-o com a história regional, estadual, nacional e daí por diante, o que contribuía sobremaneira para os conhecimentos dos conteúdos programáticos.

Embora os conteúdos sobre história local sejam desenvolvidos mais especificamente nos anos iniciais do Ensino Fundamental, discutir sobre ela nos anos

finais foi de suma importância. A experiência de trabalho que tive no Museu e Arquivo Histórico Professor Hermann Wegermann (MAHP) me proporcionou conhecimentos muito importantes sobre fontes documentais, objetos e imagens sobre a história do município. Estes conhecimentos enriqueceram muito as minhas aulas, gerando importantes discussões sobre os aspectos da história local, os desdobramentos econômicos, políticos; sociais, culturais e religiosos, assim como as narrativas que se reproduziam sobre tais aspectos.

Nos últimos anos resolvi aprimorar a dinâmica durante as aulas de História, continuei, obviamente, discutindo os conteúdos programáticos, mas os principais protagonistas da história seriam os estudantes. Em uma das escolas que trabalhei, organizei em uma turma de 8º ano uma roda de conversas, onde cada um traria um objeto ou fotografia pessoal que considerasse importante e, a partir do mesmo, começaria a contar uma história sobre si. Foi um momento em que os estudantes contaram fatos marcantes de suas histórias de vida, muitos ficaram impressionados com as histórias dos colegas, histórias alegres, tristes; engraçadas, de superação, de desafios. A dinâmica feita em aula alcançou os objetivos pretendidos: consegui que refletissem que a História está muito próxima de nós, é aquilo que fizemos todos os dias e que, antes do que qualquer outra história, os estudantes deveriam perceber a importância de suas próprias trajetórias.

Percebi que os estudantes precisavam ter um momento para se expressarem. A adolescência demonstra-se um período complexo, conflituoso, os jovens ainda têm muitas dúvidas sobre suas trajetórias, sendo as rodas de conversa algo que eles aproveitam muito. Parece que o mundo sensível, sempre está lhes devendo algo, principalmente respostas.

Através dessas conversas, compreendi que os seres humanos desde a mais tenra idade buscam explicações sobre a existência, seus acertos e seus reveses. Essas experiências me levaram a perceber que a compreensão de si mesmo *in loco* ajuda compreender categoricamente contextos históricos mais abrangentes. Pensar sobre si é o princípio de toda reflexão histórica que se faça.

A partir das experiências supracitadas, observei que os estudantes ficavam mais participativos nas aulas, eles passaram a se perceber na História, a compreender mais seus colegas em suas idiossincrasias. As aulas tornaram-se mais significativas e

proveitosas, nas quais, muitas vezes, se estabelecia em torno de fatos históricos mais abrangentes relações inerentes a outras conjunturas histórico-sociais, locais, inclusive.

Realizei essas dinâmicas em mais de uma escola, pois essas reflexões e conversas eram sobremaneira pertinentes, salutares para os estudantes. Sempre levando em conta a organização, planejamento e os objetivos almejados.

No ano de 2023 ingressei no Mestrado em Ensino de História (ProfHistória), tendo em vista que o mesmo tinha como objetivo principal o aperfeiçoamento docente, o que resultaria no desenvolvimento de um produto final para ser trabalhado no contexto escolar. O que fazer agora? Primeiramente pensei em trabalhar a história local, suas peculiaridades e narrativas em torno da mesma, tendo em vista que já tinha um bom conhecimento histórico sobre o Município de Panambi; porém lembrei-me: E as conversas e reflexões feitas com os estudantes sobre suas próprias histórias e a relação das mesmas com a história local? Foi então que me veio à mente desenvolver a temática aqui proposta, sobre as narrativas coletivas e autobiográficas. Então, em 2024, desenvolvi o trabalho de maneira mais pontual, com uma turma de nono ano da Escola Municipal de Ensino Fundamental Princesa Isabel.

CAPÍTULO I

PANAMBI: ANTECEDENTES HISTÓRICOS E O CONTEXTO LOCAL

Este capítulo faz uma abordagem sobre fatos, grupos sociais, pessoas; lugares e apontamentos historiográficos sobre o contexto histórico analisado, assim como reflete sobre algumas narrativas produzidas em torno dos aspectos supracitados.

Um território, indivíduos, várias histórias e narrativas, que conduzem ou pelo menos buscam convencer, às vezes abraçadas por uns; por outros tantos, contestadas. Diante disto, observa-se que o convencer pode tornar-se um poder predominante. Só se convence ou pelo menos se busca convencer alguém com algo que lhe pareça vantajoso. Então há de se produzir, para tal fim, um enredo atraente, com uma possível vantagem, promessa de futuro, de “progresso”; “a salvação” e os porquês da beligerância. Surgem então, as lideranças, em prol de uma ou mais causas.

Desde então, a astúcia pode sobrepor-se a aspectos baseados unicamente na força. Nada – ou quase nada – que se refira à história das sociedades está isento de narrativas, quer sejam políticas, religiosas, econômicas, beligerantes, culturais ou de mera sobrevivência. Sendo assim, se discute as narrativas produzidas por agentes históricos com diferentes graus de envolvimento na trajetória da sociedade que se engendrou na região e localidade que serão aqui analisadas.

A história de uma sociedade não é apenas aquilo que demonstra ser no presente, mas também àquilo que oculta ou que é desconhecido por muitos. As predominâncias presentes são relativas à direção para onde uma população converge, mas não são menos históricas naquilo que divergem. História não é Física, mas suas dinâmicas estão envolvidas pelas leis desta, corpos, atração, repulsão; pessoas e História: consciências, convergências, divergências. Todo movimento que se sobressai é combustível para seu oposto, muitas vezes não sendo perceptível ou factível em pouco tempo, mas inescapável em um processo histórico. As narrativas têm prazo de validade, a depender de com quem estão contracenando ou coadjuvando.

A História não é menos história quando não analisada do ponto de vista da preponderância, do heroísmo ou do *homo economicus*. Uns narraram, outros foram narrados, outros tantos, “esquecidos”. Há os que ressurgem; os que contracenam, os que

figuram, mas há também aqueles que independentemente de sua trajetória podem sobremaneira escrever suas histórias.

Antes de se fazer diretamente um reconhecimento histórico do território sobre o qual se está estudando, o atual Município de Panambi, hoje situado no noroeste do Estado do Rio Grande do Sul e/ou “planalto gaúcho”, convém destacar que, a história deste povoamento não pode fechar-se apenas aos limites do atual município, pois o contexto regional carrega uma gama de significados que possibilitaram seu surgimento. Procede-se então aos antecedentes regionais, juntamente com suas dinâmicas políticas, econômicas e sociais.

Rio Grande do Sul, um território, primeiramente habitado pelos povos originários, majoritariamente guaranis; delimitado, posteriormente, além-mar, pelo Tratado de Tordesilhas (1494), através do qual, tornou-se território de domínio espanhol. A partir de então, como estratégia de ocupação e expansão da fé católica, a Espanha enviou os padres jesuítas para edificar as missões e catequizar os indígenas. Implementaram-se as reduções jesuíticas, primeiramente as Reduções do Tape, no século XVII, posteriormente, os Sete Povos das Missões, no século XVIII.

O planalto gaúcho, que estava na área de abrangência das referidas missões, tornou-se palco de importantes transformações. A introdução do gado pelos jesuítas, ainda no século XVII, formou, com o passar dos anos, uma grande reserva de animais que se espalharam pelas pastagens naturais do território. No século XVIII, tropeiros paulistas que sabiam dessa reserva de animais passaram a buscar o gado xucro existente no planalto, em grande parte na região de Cruz Alta, que veio a tornar-se município na primeira metade do século XIX. Os animais provenientes dessa região eram levados para serem comercializados nas feiras de Sorocaba, em São Paulo. Entre os séculos XVIII e XIX, tendo em vista a busca pelo gado e o conseqüente conhecimento dos territórios sulinos pelos tropeiros, formaram-se as estâncias.

Entretantes, cabe aqui indagar: qual era a situação geopolítica do território gaúcho no período supramencionado? Ainda no século XVIII, Portugal e Espanha procuraram resolver alguns conflitos existentes entre as duas coroas, lembrando que, o território, hoje rio-grandense, pertencia à Espanha, parte do mesmo, principalmente os territórios missioneiros, foram moeda de troca com Portugal, pelo fato de que os portugueses se estabeleceram em território espanhol quando fundaram a Colônia do

Sacramento (no atual Uruguai) em 1680, o que gerou uma série de conflitos entre Portugal e Espanha.

Visando acabar com esses conflitos, firmou-se o Tratado de Madri (1750), pelo qual a Espanha entregaria a Portugal a posse dos territórios ocupados pelos Sete Povos das Missões, em troca da desocupação portuguesa na Colônia do Sacramento. Para o cumprimento do tratado entre as duas coroas, Portugal exigiu a retirada dos jesuítas e indígenas aldeados nas reduções, porém, os jesuítas e guaranis não aceitaram os termos do tratado, momento em que Portugal e Espanha se uniram militarmente para a expulsão daqueles. Episódio que ficou conhecido como Guerra Guaranítica (1753-1756). O resultado da guerra foi a derrota dos jesuítas e indígenas e, conseqüentemente, o desmantelamento dos Sete Povos das Missões.

A partir de então, abre-se espaço para outras conjunturas histórico-sociais, com novos personagens, mas também com os já existentes; os mortos tombaram, mas os sobreviventes, os “vencidos” e seus descendentes não deixaram de existir, tampouco abandonaram completamente o território missioneiro e/ou planalto gaúcho. Em virtude das novas dinâmicas sociais e novas ocupações a irradiarem-se pelas regiões antes abrangidas majoritariamente pelos povos originários, estes, em busca de sobrevivência, espalharam-se por vários espaços, embretando-se nas matas.

O Tratado de Madri não foi suficientemente eficaz para resolver os conflitos entre Espanha e Portugal. Em 1777 foi firmado o Tratado de Santo Ildefonso, no qual o território missioneiro voltou a ser de domínio espanhol, o que não permaneceria por muito tempo, conforme Zarth

O planalto, a metade setentrional do Rio Grande do Sul, foi em grande parte conquistado aos castelhanos em 1801, quando milicianos gaúchos tomaram de assalto o território das missões. Essa área era sede das antigas reduções jesuíticas – conhecidas por "Sete Povos das Missões" – que haviam sido destruídas em meados do século XVIII por portugueses e espanhóis em operação conjunta contra os índios guaranis. (ZARTH, 1997, p.17).

Sendo assim, esse território, antes espanhol, passa, pouco a pouco, a ser domínio de Portugal, que busca durante o século XIX incrementar o povoamento e defesa da região. Segundo Zarth

Após a conquista das Missões, seguiram-se lutas entre caudilhos uruguaios e rio-grandenses até a década de 1820, despovoando e instabilizando a

região. Nessas regiões, alguns estancieiros começaram a instalar-se nos campos de Cruz Alta, transformada em município e vila em 1834 e que seria, a partir dessa data, o centro político e econômico do planalto gaúcho durante o século XIX. (ZARTH, 1997, p.17).

A ocupação dos campos do planalto gaúcho por estancieiros, quer tenham sido tropeiros ou militares que ganharam concessões do governo imperial, ocorreu em grande parte em forma de títulos de posse recebidos de comandantes das armas, o objetivo era claro: povoar o território e proteger as fronteiras sulinas contra possíveis invasões advindas dos países platinos. Conforme Zarth

O planalto rio-grandense, como todo o extremo Sul do Brasil, constituía-se numa área em que os objetivos principais do governo português e posteriormente brasileiro eram de ordem estratégica ou geopolítica. Desse modo, a própria incorporação do planalto à coroa portuguesa deu-se de forma militar e política. Em função dessas condições, o Sul brasileiro, embora sendo economicamente periférico, recebia mais atenções, através de soldos militares e incentivos à formação de estância como forma de garantir o povoamento. (ZARTH,1997, p. 25).

Desta forma, a posse das terras por militares tinha objetivos estratégicos, pois buscava-se ocupar e povoar a região com pessoas que se dispusessem a lutar em caso de invasão. Conforme Zarth

Particularmente na formação das estâncias do planalto, que nos interessa e que é mais recente, seguiu-se o mesmo modelo. A freguesia do Divino Espírito Santo de Cruz Alta, instalada em 1821 e emancipada em 1834, teve seus vastos campos apropriados a partir da conquista das missões em 1801. As autoridades militares do território tomado aos castelhanos doavam ou vendiam a preços irrisórios os campos a militares e tropeiros. (ZARTH, 1997, p. 38).

Além de militares, tropeiros e indígenas, outros grupos se faziam presente na região, os agricultores de subsistência e os extrativistas, que ocupavam as terras devolutas, os últimos viviam da extração da erva-mate, obtida nos ervais nativos. Cabe ressaltar que tais ervais eram públicos, logo, os indivíduos que praticavam a atividade extrativista, não eram donos das terras, mas usufruíam das mesmas, visto que tal atividade, além de subsistência, gerava impostos, devido à exportação do produto.

Ao se direcionar a atenção ao habitante originário da região, o indígena, cabe lembrar que o mesmo após a conquista portuguesa do território missioneiro,

passou a viver cada vez mais embretado nas matas, circundando a região em busca de caça. Além dos guaranis, muitos caingangues ocupavam o norte e noroeste do Rio Grande do Sul. Convém destacar que os indígenas estavam cada vez mais em vulnerabilidade, a beligerância e sede de conquista de outros ocupadores da região do planalto, principalmente estancieiros, entre outros povoadores, não deixaram muitas opções de sobrevivência para aqueles povos. Conforme Zarth

Entre as primeiras vítimas da privatização das terras na região estão em primeiro lugar os indígenas remanescentes das antigas reduções jesuíticas e imigrantes caingangues de outras áreas do sul do Brasil. Os indígenas do século XIX, no norte riograndense, ofereceram forte resistência diante dos invasores, terminando, como sempre, por capitular. (ZARTH, 1997, p. 29).

Nesse contexto, chegava à região, de maneira fortuita, um modelo de homem, o *homo economicus*, que seria responsável por trazer uma nova dinâmica econômico-social, a partir de então, o indígena, que habitava a terra desde tempos imemoriais, passou a ser visto como um empecilho para o “progresso”, começaram então a surgir algumas narrativas em torno desse personagem:

No século XIX, as queixas mais veementes em relação aos indígenas partiam dos comerciantes de bestas que cruzavam as áreas em que estavam sujeitos aos ataques, dos indígenas. Para os comerciantes de bestas, para os tropeiros, o índio deveria ser simplesmente eliminado, pois se constituía em sério obstáculo para o livre-trânsito das tropas de muares que rumavam à feira de Sorocaba, em São Paulo. Pediam, nesse intuito, providências às autoridades provinciais e durante longos anos essa questão mereceu um capítulo especial nos relatórios anuais dos dirigentes da província. (ZARTH, 1997, p. 29).

Por outro lado, o governo imperial via de maneira diferente essa situação:

A política oficial em relação ao índio nem sempre concorria com o imediatismo dos tropeiros e dos estancieiros locais, para os quais tratava-se de resolver o problema a qualquer custo. O governo imperial e o provincial enxergavam o índio de outra forma, como elemento povoador da zona fronteira com as repúblicas do Prata. Tratava-se, portanto, de submeter e controlar os nativos e não de eliminá-los. Isso implicava adotar outras medidas no sentido de garantir a presença dos índios na zona de fronteira, mas de forma pacífica. O governo estabeleceu uma política de aldeamentos – por via da catequese – para delimitar o espaço de atuação dos índios e sistematizar o controle da população, utilizando-a à medida do possível para os interesses governamentais, integrando-a, por via da produção, à comunidade regional. Ao mesmo tempo, adotou-se uma forte repressão aos que se negavam a aldear-se ou criavam problemas. (ZARTH, 1997, p. 29,30)

Uma coisa era o posicionamento do governo imperial em relação à questão indígena, outra era a formação de uma nova ordem a predominar no sul do Brasil, com a qual o governo imperial não iria entrar em conflito, nesse sentido:

Apesar dos esforços do Diretor dos índios, a modificação do modo de vida da população indígena não era uma tarefa fácil e por isso o aldeamento das tribos foi uma longa luta das autoridades encarregadas da questão. Para os indígenas, o aldeamento significava perder a liberdade de circular livremente pelas florestas em busca de caça e em atividades extrativistas de fazer roçados em terras novas num estilo rudimentar, mas racional diante das condições presentes (abundância de terras virgens). Além disso, alguns grupos indígenas não viam com simpatia a reunião com grupos rivais. De qualquer modo, o poderio dos estancieiros com a ajuda governamental submeteu a população indígena confinando-a em áreas florestais e forçando-a a mudar de comportamento (ZARTH, 1997, p.31).

A ordem sobre a qual se está abordando, o “topo da pirâmide social local”, procurou aumentar seu poderio. As terras de mato, conhecidas como devolutas, na qual os extrativistas e agricultores de subsistência viviam, passaram a ser objeto de cobiça pelos estancieiros.

Por volta da década de 1860, entretanto, quando os latifundiários pecuaristas já não tinham possibilidades de incorporar novos campos devolutos, iniciou-se um processo de apropriação das áreas de mato e desse modo explodiu uma série de conflitos entre os usurpadores e os coletores de erva-mate que até então não possuíam propriedade jurídica de seus roçados e dos ervais. É nesse instante que a exclusão dos camponeses pobres tem início, obrigando-os a emigrarem para áreas inóspitas e ainda devolutas ou a tornarem-se peões de estância em substituição ao escravo negro (ZARTH, 1997, p. 28).

Ao se analisar os aspectos supracitados, pode se ter uma base sobre a narrativa que contribuiria para a efetivação do projeto de apropriação das terras conhecidas como devolutas. Para legitimar algo que possa ser posteriormente questionado, sempre é necessário recorrer ao discurso, sendo assim, buscava-se uma heroicização do militar, cujas narrativas podiam ser percebidas a partir do poder público:

Em 1867, em plena guerra, a câmara municipal de Cruz Alta enviava um ofício ao governo provincial com uma nominata de “cidadãos que têm prestado serviços ou concorrido com auxílios para a atual campanha contra o Paraguai”. O mesmo ofício reclama que um capitão local ainda não fora condecorado pelos seus serviços como voluntário na guerra, para o qual organizara um corpo de 120 homens. Os nomes da lista são de tradicionais famílias locais. Segundo o informe da câmara, tiveram heroica

participação no comando de atividades militares. Evidentemente que a nominata restringe-se aos chefes militares e pouco se faz referências aos soldados “voluntários”, a não ser quando esses desertavam. (ZARTH, 1997 p. 39).

E, se no âmbito do poder público, havia um reconhecimento sobre a importância dos militares na conquista e defesa do território, tornava-se propício para a classe ter seus objetivos cada vez mais concretizados:

Após a guerra contra o Paraguai, o capitão da Guarda Nacional e coronel honorário do Exército, Tibúrcio Alvares Siqueira Fortes, que participou do conflito como comandante do sexto Corpo Provisório de uma das divisões militares, foi protagonista de um disputado processo de apropriação de terras. Na década de 1870, já muitos campos nativos estavam privatizados. Restavam então avançar sobre os matos devolutos e os ervais públicos onde viviam agricultores extrativistas pobres. Com o cargo de juiz-comissário do município de Santo Antônio da Palmeira, encarregado de medir terras devolutas, o dito capitão passou a demarcar arbitrariamente os ervais em que trabalhavam centenas de coletores de erva-mate, que faziam ali seus roçados além de exploração do mate. Evidentemente, a relação entre apropriação de terras e militarismo não é um fenômeno novo, pois as usurpações, de modo geral, são sempre fruto da força e da arbitrariedade. O que se pode destacar no caso sulino é que os usurpadores de terra procuram ter um respaldo moral, à medida que se apresentam como defensores da pátria diante dos tradicionais oponentes estrangeiros da bacia do Prata. Dessa forma, as lutas internas que travam contra a população desprivilegiada passam despercebidas. (ZARTH, p. 39,40).

É inegável a importância do militar na conquista e defesa do território em questão, mas as narrativas em torno de seu heroísmo serviram de combustível para “legitimar” ações em detrimento de outros povos a habitarem o território: o *homo bellicus* coaduna-se ao *homo economicus*.

A expropriação dos extrativistas ou lavradores de subsistência por parte dos estancieiros ia além do desejo de aumentar suas propriedades. Por quais motivos estancieiros necessitariam de áreas de floresta? Poderia haver vários motivos, mas o principal deles seria um fenômeno a ocorrer no estado:

Essa apropriação de terras florestais visava também à venda futura a colonos imigrantes subsidiados pelo governo que, desde 1824, vinham se multiplicando na província. Nesse particular, na década de 1870, a câmara municipal de Cruz Alta solicitava a vinda de colonos para a região de forma insistente, como forma de "incrementar a agricultura" nos matos do município (ZARTH, 1997, p. 28).

Não há dúvidas, o planalto gaúcho precisava se desenvolver economicamente, mas a expulsão dos coletores de erva-mate e agricultores de subsistência de suas áreas de forma arbitrária relegou-os a uma “desimportância” do ponto de vista socioeconômico da época, podendo ser notado em muitas obras produzidas até meados do século XX. A narrativa em torno do progresso prevaleceu por muito tempo, independentemente de seu pano de fundo, a começar pela narrativa historiográfica, pois, conforme Zarth (1997, p.22) “o estudo de Waibel, portanto, remonta apenas a 1890, quando os primeiros colonos imigrantes chegaram. Os habitantes precedentes são desconsiderados”. Nesse sentido, no âmbito historiográfico, pelo menos, a narrativa gravitava em torno do colonizador, promovedor do progresso. Conforme Zarth

A bibliografia regional, de modo geral, tem caracterizado o planalto gaúcho do século XIX como área atrasada, que teria passado à condição de zona de fronteira no final do século, quando se fundaram várias colônias oficiais e particulares, com imigrantes que passaram a ser denominados de “pioneiros” da região. (ZARTH, 1997, p. 22).

No que tange a historiografia, Zarth ainda ressalta que

Jean Roche dá muito destaque para a qualidade dos colonizadores, aproximando-se, desse modo, das concepções weberianas de espírito de progresso e, ao referir-se aos antigos habitantes, deixa implícita a ideia de tradicionalismo. Nesse discurso, o colono europeu seria o legítimo portador do espírito de progresso do capitalismo ao passo que o caboclo brasileiro estaria representando o tradicionalismo, o atraso. (ZARTH, 1997, p. 22,23)

Ao se observar a historiografia de meados do século XX, percebe-se que as narrativas passaram a gravitar em torno de um novo fenômeno, o imigrante europeu como “pioneiro”. Reforça-se ainda mais a versão do *Homo economicus*, promovedor do progresso; o *homo belicus*, ainda figura na região, mas não é a tônica do momento.

Se dinâmica histórico-social vai mudando juntamente com a dinâmica econômica, as narrativas também. Pode-se perceber isto facilmente no discurso de Waibel, quando destaca que “nem o extrativista, nem o caçador; nem o criador de gado pode ser considerado como pioneiro; apenas o agricultor pode ser considerado como tal, somente ele é capaz de transformar a mata virgem numa paisagem cultural” (Apud ZARTH, 1997, p.23). Nessa perspectiva, Roche afirma que “na evolução do Rio Grande do Sul, os colonos teuto-brasileiros não representam tanto uma massa, como uma qualidade de homens, diferente dos primeiros habitantes, um

fermento a que se deve a elaboração de civilização original” (Apud ZARTH, 1997, p.22). Sobre os autores supracitados, Zarth afirma categoricamente que: “Essa concepção de fronteira supõe que existem homens eleitos para ocupar determinado espaço e promover-lhe o progresso”. Nesse viés, reafirmavam-se as narrativas que predominariam na região na virada do século XIX para o século XX (1997, p.23).

Embora as coisas não fossem nem um pouco fáceis para os colonizadores, pelo menos a narrativa seria favorável. Os grupos excluídos do discurso do “progresso”, praticamente inexistentes por muito tempo nas reflexões dos meios socioeconômicos, dos historiadores, entre outros agentes, não deixaram de se fazerem presentes, tais grupos não eram a tônica do momento, porém não deixaram de coexistir e atuar; uma coisa é a narrativa produzida, outra coisa são os acontecimentos que nunca cessam e, por sua vez, constituem a dinâmica histórico-social. Desta forma, a própria historiografia de meados do século XX produz a narrativa dos não promovedores do progresso, conforme Zarth

Esse discurso sobre a fronteira pioneira, do qual Leo Waibel é o mais explícito representante (por tal razão o tomamos como exemplo), expressa uma postura discriminatória em relação a uma camada da população que geralmente é excluída. A exclusão desses habitantes, que diversos autores consideram intrusos, obscurece a compreensão da própria dinâmica do processo de ocupação da terra e da formação dos grupos sociais. Os posseiros, ditos intrusos, são os primeiros a proletarizar-se e a sujeitar-se ao precário mercado de trabalho. (ZARTH, 1997, p. 23).

Neste sentido, a zênite da discussão gravita em torno das narrativas produzidas sobre personagens e grupos que contracenaram no cenário histórico-social a se analisar. Analisar a existência da abundância narrativística em torno de uns e a quase inexistência em torno de outros não se refere a elencar excluídos, heróis, perdedores ou promovedores do progresso. Objetiva-se, fundamentalmente perceber: como grupos sociais contracenam, coadjuvam, “desaparecem” e reaparecem no cenário histórico com o passar das décadas? Por quais motivos as narrativas são produzidas sobre algo ou alguém? Como pode ocorrer o devenir dos agentes históricos e grupos sociais no decorrer do tempo?

1.1. Panambi: a ocupação do território

Na região do atual Município de Panambi, antes pertencente ao Município de Cruz Alta, o povoamento do tipo promovido pelas políticas colonialistas ocorreu

paulatinamente através da vinda paulistas e luso-brasileiros, quer fossem militares ou tropeiros que iam ocupando terras indígenas, que eram anunciadas nos discursos como “devolutas”. No que tange aos indígenas Guarani, anteriormente mencionados, muitos dos quais não se aldeavam após o dismantelamento das missões jesuíticas, assim como o avanço dos “desbravadores”, acabavam por circundar a região pelas matas em busca de caça, muitas vezes em uma situação de nomadismo; com os Caingangues, não foi diferente, pois com a ocupação da região por parte dos desbravadores, o espaço ficou cada vez mais reduzido para esses grupos indígenas.

Em suma, os indígenas são os povos que habitavam o território desde tempos imemoriais, ao se fazer uma análise mais pontual, convém lembrar que o território do atual município de Panambi, entre o final do século XVII e século XVIII, estava sob o domínio da Redução Jesuítica de São João Batista, dessa forma, era comum a presença de índios guarani na localidade, seja por diversas situações, entre elas o pastoreio. Estes indígenas, posteriormente não desaparecem, continuaram buscando a sobrevivência no local – cujos achados arqueológicos demonstram tal realidade.

Conforme o discurso oficial dos registros documentais, o primeiro morador oficial a se estabelecer em terras que hoje situam-se no atual Município de Panambi foi Manoel José da Encarnação, o qual tomou posse de terras “devolutas”, estas posteriormente seriam legitimadas com o beneplácito do governo Imperial. Encarnação era paulista e teria ficado sabendo destas terras “despovoadas” (como eram nomeadas as terras anteriormente habitadas pelos indígenas) por intermédio de seu amigo Manoel Gomes Moraes. Conforme Malheiros “Encarnação constrói uma bela estância e, manda fazer junta à mesma uma Capela e dá o nome de N.S da Conceição. Pois eram encarnação e sua família, católicos” (1979, p.12). Posteriormente, nos anos de 1855 o imigrante português João Luis Malheiros chegou ao Brasil, sendo que em 1858 adquiriu porções de terras na localidade de Boa Vista, atual Município de Panambi. Conforme Malheiros,

Lá em Boa Vista, João Luis Malheiros deu início ao cultivo de terra e a criação de gado suíno e bovino [...] Plantava arroz, milho, feijão e mandioca[...] Deu início ao plantio de um pomar com marmeleiros portugueses, citros, macieiras, pessegueiros e videiras [...] Explorou uma cascata no arroio Farinheiro e montou uma Atafona para fabricação de farinha de mandioca; e outros produtos como a tapioca [...] Pelo ano de 1880, João Luís constrói uma casa grande para a residência com loja de secos e molhados, ferragens, alouçados, tecidos, calçados, remédios caseiros e outros produtos [...] O Malheiro, como era conhecido, João Luís, para dar escoamento à produção da sua agricultura, projetou e construiu uma estrada desde Boa Vista até ao Passo do Paiol no Fiúza. Pagou as custas da estrada, vendendo uma tropa de bois gordos ao preço

de 8000 por cabeça, já que toda ou maior parte da estrada era dentro do mato, sertão. De Boa Vista até a para Belizário, abriu passo no Caxambu, fez pontilhões e cortou os barrancos para entupir as barocas das erosões, a fim de dar trânsito para tráfego de carretas. Daí, até Cruz Alta, procedeu reparos nos caminhos dos tropeiros, que, de Belizário rumavam em direção a Figueiras, cruzam por Encarnação, a estrada das tropas e o passo das tropas no Rio Palmeira. (MALHEIROS, 1979, p.15,16,17)

De acordo com os aspectos supracitados, fica claro que, ampliou-se a ocupação da localidade a partir do século XIX, com a vinda de famílias luso-brasileiras, paulistas e também do imigrante português. O que viria tornar o povoamento de maneira fortuita na região seria o fenômeno ocorrido no século final XIX:

No final do século a pressão demográfica sobre as colônias velhas, situadas nas proximidades de Porto Alegre e fundadas sob o sistema de pequenas propriedades, impulsionaram colonos excedentes para as novas áreas disponíveis nas matas do planalto. Com esses agricultores, somados aos novos imigrantes europeus e aos antigos agricultores já instalados, o território rio-grandense foi totalmente ocupado de forma efetiva. As áreas florestais do Alto Uruguai foram definitivamente transformadas em zonas agrícolas. Os novos contingentes demográficos e a ferrovia, construída na década de 1890, deram um grande impulso à tímida agricultura local, aproveitando-se da fertilidade natural dos solos virgens. (ZARTH, 1997, p.20).

No final do século XIX e início do XX, o atual território panambiense receberia esses excedentes populacionais de teuto-brasileiros vindos das colônias velhas (Santa Cruz, Estrela, Lajeado, São Lourenço, entre outras), assim como imigrantes alemães. A dinâmica local é impactada pela referida colonização, a partir de então, as narrativas produzidas gravitariam em torno dos mais novos desbravadores. Os grupos anteriormente retratados, obviamente não deixaram de existir, nem de se fazerem presentes no “entorno” histórico-social; mas é fato que, algumas narrativas prevaleceriam sobre outras, pelo menos por um bom período de tempo.

1.2. Neu-Württemberg: uma “extensão” da pátria alemã no planalto gaúcho

Nessa outra fase do povoamento, a nova dinâmica inicia-se a partir do ano de 1898, o mesmo é um marco a representar significativas mudanças nos rumos da história local, se trata da data que dá início à colônia Neu-Württemberg, por iniciativa de um empreendimento particular. Extensões de terras foram compradas pelo alemão Herrmann Meyer, fundador da empresa colonizadora que ganhou seu nome. O

empreendimento visava vender os lotes de terras – que hoje compreendem grande parte do Município de Panambi – a imigrantes alemães que desejassem se estabelecer no local. Conforme Neumann

[...] a colônia Neu-Württemberg ocupou, em parte, as terras de duas antigas sesmarias, concedidas entre 1810 e 1822, então já subdivididas em propriedades menores: a sesmaria do Tenente-Coronel Joaquim Thomaz da Silva Prado, paulista [...] A outra sesmaria pertenceu ao também paulista, Manoel José da Encarnação, localizada entre os arroios Corticeira (Fiúza) e Porongos (Caxambu), consistindo na área mais próxima da sede de Cruz Alta. (NEUMANN, 2009, p.279, 280)

Para atrair compradores, a empresa colonizadora investiu em uma narrativa convincente: se edificaria no local uma colônia modelo, uma “nova Alemanha”. A ideia de uma nova Alemanha, preconizada por Meyer, se mostrou claramente refratária ao projeto de nacionalização vigente no Rio Grande do Sul e, ao mesmo tempo, à formação de colônias mistas. Procurava-se edificar uma colônia étnica alemã.

Dessa forma, a idealização de Meyer, conforme Neumann (2009, p.133), “visava mediar a formação de uma nova *Heimat*, reproduzindo um modelo de cidade alemã utópica, representada concretamente pela colônia Neu-Württemberg, dotando-a de todos os elementos materiais e imateriais da velha *Heimat*”. Além dos ideais de Meyer, suas constatações também foram decisivas para investir em tal empreitada, de acordo com Neumann (2009, p.133), Meyer buscava “evitar a repetição de problemas observados nas regiões coloniais do estado, como o processo acelerado de perda da germanidade, assimilação ao meio nacional e negligência em relação à assistência religiosa e educacional”. Em síntese, se propagava a ideia de que seria possível viver e prosperar no sul do Brasil com a sensação de se estar vivendo na pátria mãe, a velha *Heimat*. A partir dessa ideia, se erigiu não unicamente um povoamento repleto de empreendimentos, costumes, crenças e características bem peculiares, mas fundamentalmente, narrativas que visavam fortalecer essa nova dinâmica histórico-social.

Deve-se levar em conta que Meyer tinha um projeto de colonização de acordo com seus ideais, mas sua utopia levava em conta, fundamentalmente, a questão do empreendedorismo, pois, ao disputar a venda de lotes com outras empresas

colonizadoras, Meyer usava a narrativa sobre a nova *Heimat* como um diferencial em relação a seus concorrentes.

As terras compradas pela Empresa de Colonização Dr. Herrmann Meyer, localizadas no local onde hoje é Panambi, acabaram sendo vendidas em lotes para colonos que vieram das colônias velhas do Rio Grande do Sul e para imigrantes alemães. Ressalta-se que, a vinda destes últimos era o foco principal de Meyer para a edificação da colônia modelar por ele preconizada.

Os colonos que compraram as terras nessa localidade deveriam dispor de recursos próprios para manter-se. Não obstante, visando preservar a cultura alemã, a colonizadora oferecia educação e assistência religiosa, mantendo um professor e um pastor no local, o que se baseava em uma ligação entre escola e igreja, que muito se espelhava na Reforma Protestante. Neumann (2009) demonstra que em vários aspectos procurou-se fazer de Neu-Württemberg uma colônia modelo, que mantivesse acima de tudo a germanidade, nesse sentido a autora descreve que :

O projeto de colonização republicano no Rio Grande do Sul apregoava a formação de colônias mistas, acelerando assim a nacionalização dessas populações, evitando a formação de quistos étnicos. Foi nesse contexto, e contra essa corrente, que Herrmann Meyer insistiu na formação de uma colônia étnica alemã – e, por acaso, ao lado da colônia Ijuí, a primeira colônia oficial mista, fundada em 1890 –, defendendo como princípio de seu empreendimento a realização de um trabalho cultural junto aos alemães ali estabelecidos. [...] Na prática, com o seu projeto de colonização, Meyer visava a mediar a formação de uma nova *Heimat*, reproduzindo um modelo de cidade alemã utópica, representada concretamente pela colônia Neu-Württemberg, dotando-a de todos os elementos materiais e imateriais da velha *Heimat*. Seus propósitos atendiam às expectativas dos emigrantes alemães, que abandonavam sua *Heimat* em busca de melhores condições de vida, unindo-os em um mesmo projeto [...]. Portanto, o projeto de colonização de Meyer foi apresentado e reconhecido como um empreendimento engajado na manutenção do *Deutschum*/germanidade. A velha *Heimat* funcionava como matriz e sustentáculo da germanidade, uma ponte de ligação com a nova *Heimat*, realimentada e reatualizada constantemente. Os imigrantes e descendentes deveriam manter-se etnicamente alemães e fiéis à pátria de origem [...] (NEUMANN, 2009, p.133).

Dentro dessas perspectivas, o projeto precisava ser atraente, partindo de início, pelo próprio nome:

O nome da colônia deveria ser representativo, sintetizando seus objetivos, e chamativo, para os emigrantes em potencial da Alemanha e os colonos da antiga zona colonial. Neu-Württemberg parecia resumir tudo isso: uma colônia alemã e para alemães, em um novo espaço: o sul do Brasil, com novas possibilidades e oportunidades, em oposição à antiga Württemberg; outra leitura sugere que se tratava de uma reprodução em escala reduzida da antiga

Württemberg, servindo assim como um referencial familiar aos emigrantes. Nova também em contraposição às colônias velhas, por se localizar no Planalto rio-grandense, a nova fronteira de expansão colonial. (NEUMANN, 2009, p. 108).

Sendo assim, “Neu-Württemberg, nos ideais de Meyer, seria uma cidade alemã em todos os sentidos, com uma igreja e seus sinos, escola, pequenos artesãos, indústrias, e nos seus arredores, pequenas chácaras e os campos com suas plantações” (NEUMANN, 2009, p.108-109). Esse objetivo de realizar uma imigração puramente alemã pode ser notado nas seguintes observações:

[...] três publicações, colocadas em circulação em três décadas distintas, concordam no ponto central: a colonização levada adiante por Herrmann Meyer estava realmente empenhada na manutenção do Deutschtum, graças aos investimentos em escola, igreja e incentivo ao associativismo – conferiam o mérito pela formação e consolidação desse tripé, ao pastor, professor e posterior diretor da colônia, Hermann Faulhaber. Esse era o objetivo também da publicação da Faulhaberstiftung (1933: 5) sobre Neu-Württemberg, visando despertar na Alemanha o interesse pelos alemães no exterior, e mostrar como no Brasil “em condições difíceis, mas sob uma organização alemã hábil e idealista, se formou e se desenvolveu uma colônia, que por todo amor à nova Heimat Brasil mantivera seu autêntico caráter alemão”. (NEUMANN, 2009, p.143).

Essa forma de demonstração englobava então os ideais de Meyer sobre “cidade utópica” com o viés para a venda de lotes, um ideal que trazia junto os lucros do empreendimento. Porém, no início do século XX, Meyer precisou lidar com os acontecimentos e possibilidades:

A colônia ideal imaginada por Meyer, destinada essencialmente para emigrantes alemães, rapidamente cedeu lugar para um modelo de colônia real possível, aceitando então descendentes de imigrantes alemães das colônias velhas e, com certa resistência, tolerando a presença de luso-brasileiros nas cercanias e na própria colônia. Comprometia-se com isso a pretensa homogeneidade da colônia, bem como forçava o contato com o outro. (NEUMANN, 2009, p. 136).

A cidade utópica idealizada por Meyer não engendrou-se exatamente como ele havia planejado. Se as narrativas antes eram utilizadas para dar sustentação aquela, logo precisaram convergir para outra forma de atuação, pois a colonizadora passaria receber críticas e ataques a seu projeto. Para que se possa entender tais fatores, é oportuno analisar o aspecto da propaganda utilizada por Meyer e, também, o que ocasionou uma espécie de contrapropaganda em detrimento do projeto utópico.

No início do século XX, principalmente, quando Meyer começa a investir em prospectos para atrair imigrantes, “subjacente, esse material destinava-se à propaganda do empreendimento de colonização junto aos emigrantes alemães em potencial, ou seja, seu público leitor estava na Alemanha” (NEUMANN, 2009, p.113). Ocorre que esse público, em alguns casos, lhe traria problemas, que doravante serão explicitados. Por enquanto continua-se a analisar a propaganda, no concerne à mesma, Neumann destaca que

[...] se sobressai seu caráter sensacionalista, motivado, em parte, pelo próprio otimismo de Meyer em relação ao desenvolvimento e à futura expansão de seu complexo colonial, além de estar confiante na venda de terras em um ritmo cada vez mais acelerado, reavendo, a curto prazo, o capital investido. Em razão disso, descreveu as colônias de forma idealizada, como por exemplo, Neu-Württemberg, onde enumerou a presença de uma grande venda, oficinas, moinho, escola, além dos grandes telhados com telhas, salientando que as estradas de carretas estavam em tão perfeitas condições de trânsito, que era possível ir de bicicleta da sede de Cruz Alta até a referida colônia (NEUMANN, 2009, p.114).

Sobre o exposto, reafirma-se a questão do empreendedorismo de Meyer, mas, ao mesmo tempo, havia o ideal de germanidade:

Justificando o seu envolvimento com um projeto de colonização no exterior, Herrmann Meyer (1901: 1-2) argumentou que no contexto de depressão no qual se encontrava a Alemanha no final do século XIX, a emigração se mostrava como uma saída para resolver os problemas sociais internos. Todavia, os emigrantes deveriam ser direcionados para um lugar onde pudessem permanecer alemães, evitando a repetição daquilo que aconteceu nos Estados Unidos, ou seja, os emigrantes alemães ali se tornaram norte-americanos e, por conseguinte, transformaram-se em concorrentes da Alemanha. (NEUMANN, 2009, p.115)

De que forma seria possível Meyer divulgar sobremaneira sua narrativa? Deve-se levar em conta que o mesmo

“inserido no meio editorial e publicitário, estava envolvido diretamente na propaganda de seu projeto de colonização, a imprensa, ao noticiar fatos e acontecimentos da colônia, ou publicar artigos, contribuía voluntariamente para a circulação dessa propaganda, com um raio de ação bem mais abrangente, e sem custos” (NEUMANN, 2009, p.209).

Outro fenômeno que viria contribuir sobremaneira para os objetivos de Meyer era o uso da imagem:

No final do século XIX, o uso da fotografia para fins de registro e propaganda estava em ascensão, com a modernização dos processos fotográficos. Em 1896, Herrmann Meyer já possuía um aparelho fotográfico portátil, o qual usava nos

seus trabalhos de campo, como as viagens ao Brasil. Registrar em imagens para mostrar aos seus compatriotas o que era o Rio Grande do Sul, foi seu objetivo em 1898-99, quando viajou pela zona colonial antiga. Como integrante de uma editora, conhecia também o poder de sedução exercido por uma fotografia, especialmente quando utilizada para fins de propaganda. Ciente dessas possibilidades, registrou em imagens fotográficas o crescimento de seu complexo colonial, sob diferentes ângulos, de forma contínua. Dispor de um acervo fotográfico atualizado das colônias servia também para exibir no seu círculo de relações e aos emigrantes interessados em migrar para essa região. Ainda, foi a forma encontrada por Herrmann Meyer para visualizar as suas colônias à distância, uma vez que não viajou mais para o Brasil. (NEUMANN, 2009, p.225,226).

Então a narrativa era direcionada e atuava juntamente com a imagem, focando na propaganda:

Sempre existe uma razão para a criação de uma fotografia, permeada pela opção do fotógrafo, o qual seleciona o assunto, influenciando na concepção e construção da imagem final. As vistas urbanas das décadas de 1910, 20 e 30 da colônia Neu Württemberg foram produzidas a partir dos interesses dos fotógrafos, atendendo às expectativas da Colonizadora Meyer, para a qual uma imagem positiva da colônia era essencial para sua propaganda e venda de terras, devendo para isso ser representada como um lugar atraente. Eram produções em busca do espelho, retirando/ocultando tudo aquilo que perturbava a imagem desejada. Isto é, o invisível, aquilo que existe, mas não é privilegiado como tema fotográfico, como os lavradores nacionais, o desbravamento da mata, as doenças, a morte, etc. (NEUMANN, 2009, p.259-260).

Ao se observar a imagem abaixo, pode-se perceber visualmente tais objetivos,



Nova-Württemberg. Cartão Postal, 8,5x13,5 cm. Foto de Alfred Bornmüller, Neu-Württemberg, 1907. Fonte: Acervo do MAHP.

Sendo assim, a fotografia apresentada de forma direcionada, através de um cartão postal com efeitos coloridos, buscava chamar a atenção sobre um lugar desejável de se viver:

Se o fotógrafo atua como um filtro cultural, o seu leitor também olha para a fotografia a partir de sua cultura, selecionando o que deseja ver ou não. Kossoy (2002) ressalta que a imagem fotográfica entendida como documento/representação, contém em si realidades e ficções, o que a torna ambígua. Apesar dessas particularidades, a imagem fotográfica fornece provas, indícios, e funciona sempre como documento iconográfico acerca de uma dada realidade, um testemunho que contém evidências sobre algo que em algum momento existiu. Ou, como reitera Ulpiano T. B. Meneses (2003b: 142), “a imagem não mente jamais, o discurso dos homens sobre ela ou por seu intermédio é que pode ser mentiroso. Como diz o ‘social photographer’ americano do começo do século passado, Lewis Hine, fotografos não podem mentir, mas mentirosos podem fotografar”. (NEUMANN, 2009, p.260).

Conforme Ivo Canabarro (2005, p. 38, in Neumann, 2009, p. 260)

as intenções de construção da visualização da mesma sociedade é um meio de mostrar-se para si e para os outros, revelando não somente o que se havia conquistado, mas a organização das diferentes sociedades em suas formas produtivas ou mesmo nos modelos idealizados de representação, os quais podem ser apropriados de outros contextos, tanto pelos fotógrafos quanto pelos fotografados.

Como foi anteriormente destacado neste estudo, “narrativa é História e, conseqüentemente, seus desdobramentos”, o convencer requer uma série de arranjos de acordo com aquilo que se quer abranger, a narrativa é então elaborada de acordo com a complexidade dos objetivos,

Portanto, nas três primeiras décadas do século XX, Herrmann Meyer, por meio da Empresa de Colonização Dr. Herrmann Meyer, esteve envolvido na construção de um projeto social e cultural de preservação da germanidade/Deutschum no exterior, funcionando a colônia Neu-Württemberg como laboratório para esse experimento. Pretendendo-se modelar a nível de Rio Grande do Sul e como uma via alternativa dentro da própria Alemanha e para os emigrantes alemães, investiu maciçamente em propaganda, bem como na produção e divulgação de prospectos e artigos informativos. Reafirmava, diante de todas as críticas, a viabilidade de seu projeto de uma colônia étnica alemã, mas não necessariamente confessional, em pleno século XX; e que Neu-Württemberg realmente era “um pedaço da Alemanha no sul do Brasil”, criando essa imagem de si, para si e para os outros, sendo paulatinamente reconhecida pelos outros como tal, construindo assim a sua identidade individual e coletiva. Enquanto Herrmann Meyer foi o idealizador desse projeto, traçando suas coordenadas gerais, Hermann e Marie Faulhaber foram os responsáveis diretos pela sua execução na prática, especialmente no campo religioso, educacional e cultural. (NEUMANN, 2009, p.260, 261).

Narrativas enviesadas e estruturadas para determinados fins, impactam de uma forma ou outra os indivíduos que estão em seu entorno, sua abrangência pode durar anos, décadas ou séculos, a depender de como e para o que foram engendradas,

Dessa forma, as narrativas produzidas na primeira metade do século XX pela e sobre a colônia Neu-Württemberg – e ainda reproduzidos e reatualizados atualmente – destacaram, em primeira linha, o lado supostamente filantrópico e cultural do projeto de colonização de Meyer, ocultando ou esquecendo, sob todos os aspectos, o seu projeto capitalista, evidente no cotidiano da colonização. (NEUMANN, 2009, p.261).

Não obstante as afirmações supracitadas, para toda e qualquer narrativa, pode haver o outro lado da moeda, os divergentes ou aqueles cujos ideais não se coadunavam ao que se idealizava ou se oferecia inicialmente. Ocorreu uma série de críticas por parte de imigrantes alemães que se estabeleceram em Neu-Württemberg e não encontraram o que esperavam, ou seja, a realidade estava em desacordo como a propaganda; mas, por outro lado, estes aspectos também podiam ser usados como pretexto de tais imigrantes por não disporem de recursos para manterem-se ou também por não serem agricultores no país de origem, portanto, acabavam por desistir do árduo trabalho de desmatar os lotes para fazer as roças e produzir, além de que, muitas vezes podiam ser prejudicados por colheitas frustradas, entre outros infortúnios.

Uma parcela dos emigrantes alemães, já no século XIX, era composta por cidadãos, com uma variada gama de profissões, desigualdade de nível cultural e diferença de mentalidade. Chegados ao Rio Grande do Sul, a maior parte custou a adaptar-se à vida rural, sendo os primeiros a desejar estabelecer-se nas cidades, ou após um estágio nas colônias agrícolas, ou mesmo desde o embarque. (NEUMANN, 2009, p.428)

Nota-se que, pouco a pouco a imigração estava demonstrando-se uma tarefa complicada e cheia de reveses que iam além da utopia de Meyer:

[...] Herrmann Meyer imaginava uma colônia com e para emigrantes alemães, trazendo os dois primeiros imigrantes pessoalmente para a colônia Neu Württemberg, em 1898: Holzwart e Friedrich Zügel, ambos camponeses de Württemberg, com o intuito de se estabelecerem na colônia como pioneiros, aguardando a chegada de mais um grupo de 150 famílias de camponeses, o que não se concretizou. Desde o momento do desembarque no porto de Rio Grande até a sua instalação em alguma colônia, os imigrantes eram disputados por agentes da colonização, muitas vezes sendo desviados de seu percurso original. (NEUMANN, 2009, p.429).

A colonizadora, visando manter seu projeto de colonização, procurou chamar a atenção dos compradores oferecendo alguns benefícios, mas ao que parece, em alguns casos, o insucesso foi inevitável:

Com o propósito de conquistar o seu espaço no campo da colonização e ser respeitada, a Colonizadora Meyer viu-se obrigada a oferecer algumas vantagens e propostas competitivas aos seus compradores. Assim, entre 1897 e 1900, sob a administração de Carlos Dhein, foram concedidos adiantamentos em dinheiro aos imigrantes e colonos nacionais, para a compra do lote colonial, ferramentas e mantimentos, a juros módicos, a serem quitados no prazo estipulado na carta de dívida. Porém, essa prática rapidamente mostrou-se insustentável, pois a inadimplência e os prejuízos extrapolaram os limites de crédito da empresa. Um dos casos de maior projeção nesse período e que colocou a Colonizadora em alerta foi do imigrante Johann Heffner. Interessado em emigrar para a colônia Neu-Württemberg, mas desprovido de capital, solicitou um adiantamento de 1.200 marcos junto a Herrmann Julius Meyer (pai), de quem era conhecido, mediante a assinatura de uma declaração de dívida, a qual seria lançada nos livros de contabilidade da Firma Herrmann Meyer, após ser revalidada em conformidade com as leis brasileiras. O referido imigrante chegou a Cruz Alta em 6 de março de 1899, sem trazer familiares. Quando interpelado por Carlos Dhein para assinar a revalidação da declaração de dívida, negou-se, alegando que o empréstimo era um negócio particular entre ele, Heffner, e Herrmann Julius Meyer, não dizendo respeito à Colonizadora Meyer, bem como achava injusto pagar 6% de juros sobre os 1.200 marcos cambiados em 22 de dezembro do ano anterior. (NEUMANN, 2009, p.430-31).

Carlos Dhein, na época, administrador da colonizadora, tinha a incumbência de resolver essas questões, no caso acima descrito,

Defendendo os interesses da companhia, Dhein alegou não ser possível fazer uma exceção, pois isso geraria atritos com os outros colonos, visto que todos pagavam 6% de juros. Ademais, Heffner veio “sem um Pfennig”, não podendo pagar sequer o valor da entrada do lote colonial, de Rs. 200\$000, muito menos o valor total, de Rs. 800\$000, conforme o combinado. (NEUMANN, 2009, p.431):

Os lucros com o empreendimento e a idealização da colônia destinada a imigrantes alemães aos poucos foi se tornando algo distante. Os desdobramentos dos acontecimentos vinham dia a dia, no que se refere a “Heffener”,

O desfecho desse caso ocorreu antes mesmo do esperado. No informe sobre o andamento da colonização, datado de 9 de abril, assinado provavelmente pelo contador da empresa, foi anexada a seguinte observação: “Johann Heffner pegou as suas coisas e fugiu da colônia de ‘mala e cuia’ [ist mit Sack und Pack von der Colonie geflohen], estou esperando ele com ajuda policial, que ele deve vir por Santa Bárbara para Cruz Alta. Vou deixá-lo preso na polícia até Carlos Dhein retornar de sua viagem”. O abandono puro e simples da colônia, representava apenas um prejuízo isolado para a Colonizadora; contudo, seus desdobramentos poderiam ser danosos para o futuro da colonização, caso

Heffner iniciasse uma campanha difamatória contra o empreendimento. (NEUMANN, 2009, p.432).

No final do século XIX, a Europa passava por uma série de crises que refletiam na vida de seus habitantes, sendo que um novo lar “cheio de riquezas” era o que muitos buscavam; não obstante, a realidade poderia ser diferente do que se imaginava. Conforme Neumann

A decisão de deixar a sua terra natal vinha acompanhada de uma série de expectativas em relação ao país escolhido para se estabelecer. No imaginário dos emigrantes, existia um lugar ideal, de fartura e riquezas. Ellen Woortmann (2004) parte da noção do calling, ou seja, chamamento, uma construção ideológica de inspiração bíblica, que levou milhares de (i)migrantes deixarem seu local de origem e deslocarem-se para novas terras a eles destinadas por Deus: a nova Canaã. Esse fenômeno também pode ser identificado como destino. (NEUMANN, 2009, p.436-437)

Então, se constrói narrativas do ponto de vista de ideais. Quem viria para uma terra além-mar sem algo para se agarrar; um discurso, uma promessa, uma oportunidade, uma salvação? A narrativa é aquilo que se propõem dar conta disso, mas também, quando ela sucumbe, são necessárias ações que fiquem entre a narrativa e o ideal; depois, a narrativa reorganiza-se e reaparece, é o que se pode chamar de “História e seus desdobramentos”. Em 1902, em visita à Neu-Württemberg, o administrador “Horst Hoffmann verificou que a situação da maior parte dos colonos era realmente muito grave” (Neumann, 2009, p.444). Conforme Hoffmann:

Muitos, literalmente, não têm mais o que comer e só ainda vestindo trapos, tanto que crianças maiores andam seminuas. Milho e feijão, que após a geada de início de outubro ainda puderam ser replantados, estão com boa aparência, isso se chover nos próximos dias. Mas, todos que plantaram sementes de trigo e centeio estão desesperados. O que a geada não matou, foi atacado por lagartas, tanto que várias manchas de plantações, de vários hectares, precisam, a meu ver, ser lavrados novamente e replantados. Nem pensar que a colheita desse ano vai arrancar as pessoas dessa situação. Por isso é natural a preocupação, particularmente dos bons elementos, os nossos colonos mais antigos, visto que nós estabelecemos pela cláusula do contrato que o pagamento da metade do valor da compra deve ser feito em outubro 1903. Do meu ponto de vista e de Scharf, não há um colono em Neu-Württemberg que vai fazer uma boa colheita, e em 1903 não vai poder pagar mais do que os juros dos três anos decorridos. Eu olhei as roças de praticamente todos os colonos, particularmente daqueles que são nossos devedores, e a minha resposta assim para tal questão formulada foi que cada um que fez um bom trabalho e junto aos quais via que eles superavam com diligência essa fase ruim, não precisavam temer pelo seu futuro no fim de 1903, mas o contrato seria seguido ao pé-da-letra para aqueles que não cuidarem bem das suas roças. Talvez isso

traga para muitos um impulso para dedicarem-se com todas as suas forças nesse ano [1903] às suas roças. (Apud Neumann, 2009, p.445)

Diante disso, objetivando “ajudar os colonos e evitar uma debandada geral, Horst Hoffmann intensificou os trabalhos de abertura e construção de estradas, possibilitando assim uma fonte de renda aos colonos para comprar comida” (Neumann, 2009, p. 445). Nessa mesma época ocorre algo que poderia complicar ainda mais a situação da colônia, conforme relatório de Hoffmann a Meyer (Neumann, 2009, p. 445), o ministro plenipotenciário da Alemanha viria ao Rio Grande do Sul em 1902 e provavelmente visitaria Neu-Württemberg. O relatório assim narrava:

Eu quase tenho que dizer “infelizmente” o ministro plenipotenciário da Alemanha, Sr. Treutler virá no próximo mês ao Rio Grande e, provavelmente, fará uma visita a Neu-Württemberg. Nós precisamos receber, atender e dar uma boa hospedagem, bem como organizar uma recepção festiva. Nas colônias públicas vão ser feitas muitas coisas, nós em Neu-Württemberg, mesmo sendo uma colônia pequena e recente, não devemos ficar muito aquém, para essa rusticidade não sobressair tanto assim. Para os nossos colonos isso de maneira alguma pode trazer sacrifício, e eles irão participar, mesmo que para a maior parte restou o pouco vestuário gasto, e não tem mais roupas de domingo, infelizmente isso não irá trazer uma boa impressão. (NEUMANN, 2009, p. 445)

A narrativa inicial sobre algo pode ser acompanhada por aqueles que aderem à mesma e buscam evitar uma visão negativa da “terra prometida”, nesse sentido narrativas se sucedem, se repetem, quando não funcionam se reorganizam, quando são atacadas contra-atacam. Narrativas são sempre narrativas, usadas de acordo com os objetivos ou decisões tomadas pelas pessoas ou grupos. Muitas vezes narrativas podem justificar atos, mas, também, atos podem ser feitos para dar “solidez” a narrativas, em um fluxo dual, a depender das circunstâncias, sendo assim

O que poderia ter sido um desastre e comprometer a imagem da colonização como um todo, foi transformado em um grande acontecimento, envolvendo os colonos, administradores da Colonizadora Meyer e o ministro da Alemanha, cada qual ostentando a imagem pela qual queria ser visto e reconhecido. A situação de miséria, pelo menos naquele dia, deveria ser mascarada pelo clima de festa – a primeira grande festa promovida pela empresa para os colonos. Recepção, discursos, visitas, tudo organizado por Rudolf Scharf, com a colaboração de Rudolf Ahrons e sob as instruções de Horst Hoffmann, para mostrar o melhor da colônia e as suas possibilidades de desenvolvimento sustentável no futuro – pois o veredicto da autoridade alemã seria essencial nesse sentido. “Conforme von Treutler, os dias que ali permaneceu foram de

descanso, e pela primeira vez visitou uma colônia em formação, onde prevaleciam os trabalhos iniciais de instalação, o que achou muito interessante”. (NEUMANN, 2009, p.445-446).

A narrativa sobre a possível realidade ou o ato em prol da sustentação da narrativa não ocorreu unicamente por parte da colonizadora, mas também por parte daqueles que com muito esforço conseguiam se estabelecer e, ao mesmo tempo, também buscavam trazer compatriotas e/ou familiares para a “terra prometida”.

Enquanto permanecia essa indefinição e disputa surda entre resultados práticos e ideais de colonização, os próprios imigrantes instalados na colônia, seguindo a tendência registrada ao longo do século XIX, foram engajados a fazer propaganda da colônia Neu-Württemberg na Alemanha, por meio do envio de cartas a serem publicadas na imprensa alemã, merecendo mais credibilidade do que artigos de jornal escritos por Herrmann Meyer ou a propaganda oficial da Colonizadora. (NEUMANN, 2009, p.446).

Ao se observar os reveses e intempéries pelas quais a colonizadora passou com a vinda de imigrantes alemães e, conseqüentemente, a difícil instalação e adaptação dos mesmos, devido à série de problemas que foram elencados anteriormente, a colonizadora entendeu serem os colonos nacionais “desejáveis” ao desenvolvimento da região. Conforme Neumann

Portanto, o primeiro decênio de atuação da Empresa de Colonização Dr. Herrmann Meyer serviu como uma espécie de laboratório, onde o colonizador e seus funcionários testaram na prática os seus ideais de colonização. Facilmente, perceberam que a colônia ideal imaginada e a colônia real possível diferiam muito entre si, conseqüência da complexidade inerente a um projeto de colonização privado. Com os resultados concretos da colonização em mãos, Meyer então convenceu-se, de que os imigrantes definitivamente eram inapropriados para a fase de instalação da colônia, sendo os colonos nacionais mais apropriados bem como possuíam mais capital financeiro para arcar com as suas despesas. Embora nem sempre declarado oficialmente, a atuação da Colonizadora Meyer pautou-se nesse princípio para definir os desejáveis e indesejáveis para as suas colônias. O afluxo imigratório na década de 20, então, ocorreu justamente na fase mais adiantada da colônia, quando os imigrantes passaram a desejáveis, em particular aqueles com formação técnica, tendo por objetivo a modernização da produção fabril e agrícola. (2009, p. 454)

Ainda conforme a autora, no que se refere aos “imigrantes alemães não-camponeses, o cuidado deveria ser redobrado.[...] A entrada de imigrantes inapropriados para a vida na colônia, ou sem destino, acabava por provocar problemas sociais, que extrapolavam os limites da colônia”. Se anteriormente, a narrativa da “terra prometida”

seria uma promessa para os “escolhidos”, agora as circunstâncias eram outras, as narrativas também.

Em suma, se em todo jogo pode haver o contra-ataque, para qualquer discurso pode haver a contranarrativa. Meyer então teve de enfrentar outra batalha:

A propaganda influencia a todos, mas principalmente àqueles que já demonstram interesse pela emigração. Propaganda e contrapropaganda foram uma constante durante a emigração para o Brasil. A cada dia surgiam artigos na imprensa alemã denunciando sua situação precária, com reclamações de emigrantes que foram ou se sentiram ludibriados, denúncias da atuação desonesta de agentes de emigração. Do outro lado, a incisiva propaganda em prol da emigração para o Brasil e o desenvolvimento das colônias, incluindo a publicação de prospectos, artigos de jornal e cartas de emigrantes (NEUMANN, 2009, p.458).

O poder da narrativa não ocorre unicamente através de sua “arquitetura”, mas, fundamentalmente de seu “arquiteto”, para a contranarrativa vale o mesmo:

Percorrendo esse espaço da propaganda, é possível mapear uma parte da rede de relações de Herrmann Meyer e a sua posição na mesma, bem como os mecanismos acionados em defesa de seus interesses. Meyer exercia seu tráfico de influência junto a importantes políticos do *Auswärtiges Amt*, de onde recebia, informações diretas e confidenciais. Desse lugar privilegiado, também alertava as autoridades do *Auswärtiges Amt* e o cônsul do Brasil, bem como os cônsules da Alemanha no Brasil, dos casos em que seu empreendimento poderia vir a ser atacado via artigos na imprensa, cartas, publicações ou reclamações, defendendo se por antecipação. Como agente do consulado brasileiro em Leipzig, tinha acesso a informações sigilosas, ampliando o seu raio de ação (NEUMANN, 2009, p.459).

Tais fatores ocorriam porque muitas empresas colonizadoras concorriam entre si na venda de terras,

Na opinião de Horst Hoffmann, o projeto de colonização de Meyer só poderia funcionar em pequena escala, devido às limitações de capital para a expansão. Não estavam em condições de competir ou se equiparar às grandes empresas de colonização, como a *Albert Schmidt & Cia.*, “que tem uma área de 4.000 lotes coloniais demarcados e quase todos comercializados, onde os colonos têm 5 a 6 anos para pagar as terras, além de ter uma estação de trem e telefone, bem como pode manter a igreja e a escola”. (NEUMANN, 2009, p.460).

O diretor da colônia, Horst Hoffmann “também estava preocupado com a propaganda direta realizada contra a Colonizadora Meyer, a qual já iniciava nas cidades marítimas da Alemanha, e se estendia aos vapores da *Hamburg-Süd-Amerik. Linie*,

como o pastor Faulhaber havia confirmado” (Neumann, 2009, p. 461). Tal preocupação de Hoffmann não era em vão:

Foram publicados dois artigos em revistas distintas, acusando Herrmann Meyer de capitalista, de especulação, de agente político da Alemanha, procurando formar um Estado dentro do Estado do Rio Grande do Sul. Ainda, que seu projeto não era muito sério, oferecendo vantagens fantasiosas para os emigrantes que não condiziam com a realidade, levando-os a abandonar a colônia novamente. (NEUMANN, 2009, p.480).

Em suma, o que foi idealizado, passou a ser enviesado para outra análise sobre o destino da colônia:

Nota-se, nas colônias da Empresa de Colonização Dr. Herrmann Meyer, que as intrigas e os conflitos localizados envolviam tanto os imigrantes quanto os colonos nacionais, porque acabam se misturando na colônia. Mas os imigrantes lideravam em absoluto a lista daqueles que se sentiam enganados pela empresa, reclamavam das condições precárias da colônia, registravam sua revolta em cartas e encaminhavam a Meyer, ao consulado ou, ainda, jornais e revistas. Raramente os colonos nacionais tomaram essa atitude, justamente porque já estavam adaptados à vida colonial. (NEUMANN, 2009, p.486).

A partir do exposto nota-se que as queixas contra a colonizadora eram justamente por parte de imigrantes alemães, não de colonos velhos, desta forma, aqueles que demonstravam ser na utopia de Meyer as pessoas ideais para formação inicial da nova *Heimat*, acabaram sendo, pelo menos nos primeiros anos da formação colônia, os principais problemas de Meyer. O foco direcionava-se então para aqueles moradores das colônias velhas, já habituados ao trabalho como agricultores. Toda utopia precisa de narrativa, quando aquela é desbancada pela realidade, a narrativa não deixa de existir, apenas concentra-se em outro foco.

1.3. Somente imigrantes e colonos nacionais? E o “outro”?

Ficou claro no decorrer da análise aqui desenvolvida, que Meyer, primeiramente não desejava colônias mistas, nem pessoas que não representassem a germanidade, em seus planos estavam primeiramente os imigrantes alemães. Posteriormente, quando o empreendimento de Meyer estava sendo ameaçado de ruir, a propaganda direcionou-se para os moradores das colônias velhas. Mas, os caboclos, os lavradores nacionais, os negros, entre outros, eram inexistentes na colônia?

O projeto de colonização da Empresa de Colonização Dr. Herrmann Meyer era bem claro nesse aspecto, tanto na teoria quanto na sua prática, cedendo apenas quando as circunstâncias o forçavam. Uma colônia étnica alemã e para alemães não comportava o outro, representado pelo luso-brasileiro. Excluía-se dessa forma duplamente o lavrador nacional ou caboclo, primeiro pelo fator étnico, e depois, pela sua condição de intruso. (NEUMANN, 2009, p.312-313).

Então, desde o início, o projeto utópico de Meyer buscava ao máximo evitar a presença do outro, mas em algumas situações, a nova *Heimat* precisou contar com a presença de pessoas que não faziam parte da referida utopia:

O desequilíbrio nas contas da Colonizadora Meyer foi resultado, no primeiro momento, das despesas com os trabalhos de medição e divisão em lotes coloniais, incluindo as diárias dos trabalhadores, mantimentos e instrumentos de trabalho. Carlos Dhein engajou como diaristas os caboclos estabelecidos nos arredores das colônias, chegando a 40 pessoas. Além de conhecedores da região, eram uma mão de obra barata. Progressivamente, os colonos foram aproveitados em tal atividade, e parte do valor de suas diárias descontadas nas prestações do lote colonial. Entretanto, as diárias pagas aos colonos eram mais elevadas do que aquelas pagas aos caboclos, encarecendo a colonização. (NEUMANN, 2009, p.357-358).

Até aqui já se sabe que o lavrador nacional não era desejável para viver em Neü-Wurttemberg, mas é inegável sua importância para o desenvolvimento inicial da mesma, pois “a relação da Empresa de Colonização Dr. Herrmann Meyer com o lavrador nacional foi diversa: era empregado como mão de obra nos trabalhos de abertura e construção de estradas e pontes – só Carlos Dhein empregava de 30 a 40 trabalhadores caboclos, já em 1899 –, na construção de casas, etc”. (NEUMANN, 2009, p.317). Em suma, havia o discurso em torno daqueles que eram ideais para a cidade utópica, mas não havia um discurso favorável aqueles outros que eram sobremaneira necessários, sendo apenas algumas vezes mencionados:

Para os imigrantes, camponeses ou cidadãos, a vida na colônia consistiu em longo aprendizado e adaptação às condições precárias inerentes à fase de instalação em um lote colonial, requerendo a adequação de suas tecnologias de produção às características do meio, iniciando pelo processo de derrubada da mata, queimada, arroteamento do solo, plantio e colheita. Nessa fase, o auxílio de um caboclo ou colono era de grande serventia, para poupar tempo e dinheiro. (NEUMANN, 2009, p.506).

Ainda nesse sentido, é possível destacar que

Inicialmente, o colono trabalhava para garantir a sua sobrevivência, e a Colonizadora investia em obras conforme disponibilizava de capital e somente nas mais urgentes – ao contrário das colônias públicas, que realizavam trabalhos para ocupar os colonos, segundo Horst Hoffmann. Dentro do possível, procurava reduzir despesas, contratando um engenheiro somente para trabalhos de maior envergadura, para os demais, empregava “brasileiros que moram nas redondezas, que sabem conduzir os trabalhos de derrubada das matas com mais destreza e menos custos. Empregar colonos na abertura de estradas torna-se 35% mais caro do que empregar brasileiros”. (NEUMANN, 2009, p.463).

Sobre a presença do outro, há de se complementar que não se tratava apenas de lavradores nacionais ou caboclos, os negros, de alguma forma também auxiliaram na edificação da nova *Heimat*. Neumann destaca algumas explicações de Meyer sobre o desenvolvimento de um lote colonial em Neu-Württemberg:

Segundo ele, o colono recém-chegado na sede permanecia, no primeiro dia, na Casa do Imigrante, mas no dia seguinte deveria providenciar uma colônia para se estabelecer, caso não tenha reservado um lote junto ao procurador geral da Colonizadora, em Porto Alegre. A permanência na Casa do Imigrante só era permitida por um dia. Em meio à mata nativa, havia consideráveis áreas de capoeira, que apresentavam uma coloração diferente. Tratava-se das áreas cultivadas anteriormente pelos “intrusos, negros ou brasileiros”, que migravam com grande frequência, abrindo novas roças em outra área de mata nativa. As terras de capoeiras eram mais indicadas para os imigrantes alemães, pois tornavam a derrubada da mata menos penosa. Já os colonos rio-grandenses preferiam uma colônia com mata fechada. Após a escolha do lote, o colono iniciava a derrubada de uma área de mata para o plantio, levando consigo machado, foice de roçar e machete. Para ajudar, recorria a um vizinho, “ou confiava a um negro, por pouco dinheiro, o trabalho de derrubada e fazer a roça”. Os imigrantes “não vão longe sem ajuda, aqui não é tão fácil” (NEUMANN, 2009, p.118).

Apesar dos objetivos iniciais de Meyer, em edificar uma colônia étnica alemã, sem assimilações, a presença de outros grupos sociais não deixou de se fazer presente, quer seja no início da colonização, quer seja nos anos posteriores.

1.4. A dinâmica local a partir dos anos 20

Até os primeiros anos do século XX, a colônia havia passado pela fase de instalação, o projeto utópico de Meyer não havia sido realizado como esperado, os imigrantes alemães – seu principal alvo – de início, lhe trouxeram grandes dores de cabeça. Então, os indivíduos preferidos foram os colonos advindos das colônias velhas do Rio Grande do Sul, pelo fato de já estarem habituados com o trabalho na agricultura, não eram aventureiros em busca de terras, por assim dizer.

Meyer sofreu duras críticas por parte de imigrantes alemães que não tiveram sucesso na colônia, tais críticas repercutiram e quase destruíram sua imagem no meio internacional. Cabe lembrar que Meyer, muito influente no meio editorial alemão, sempre buscava defender-se por antecipação.

Os primeiros anos em Neu-Württemberg foram de muitas dificuldades para os colonos, sendo que os mesmos contaram com a ajuda de caboclos, lavradores nacionais e negros para o duro trabalho inicial de abrir a mata, construir estradas, casas, entre outros trabalhos.

Após a fase mais difícil, relativa às primeiras instalações dos colonos e, até a colônia começar a prosperar, surge a próxima fase da colonização, principalmente a partir da década de 1920, momento em que a agricultura já estava prosperando; começa sobremaneira, a instalação de indústrias. Nessa próxima etapa da colonização, o imigrante alemão que no início foi visto muitas vezes como um problema, torna-se dali por diante importante para o desenvolvimento industrial da colônia:

Uma pequena parcela desses emigrantes, provenientes da região de Urach e arredores, em Württemberg, escolheram como destino a colônia Neu Württemberg, formando um fluxo migratório regular e contínuo de 1920 a 1926, somando 145 famílias, mais 33 famílias de outras regiões alemãs, totalizando 178 famílias, compostas por 638 indivíduos. Tratava-se de um grupo heterogêneo, predominando os imigrantes urbanos, já com alguma especialização, e uma minoria de camponeses, todos eles com capital suficiente para adquirir o seu lote colonial, já de segunda mão, com as benfeitorias ou terreno urbano, minimizando as dificuldades da fase de instalação. Com isso, as poucas colônias restantes em Neu Württemberg foram comercializadas rapidamente. O crescimento populacional também implicou em um reordenamento interno, no aumento da produção e do consumo, bem como das atividades e da população urbana. (NEUMANN, 2009, p.450)

Sendo assim, essa nova leva pessoas, desta vez, majoritariamente imigrantes alemães, puderam prosperar em uma fase em que grande parte das dificuldades havia sido superada, contando, assim que chegaram, com uma melhor infraestrutura, pois “na década de 1920, a colônia Neu-Württemberg estava no auge de seu desenvolvimento econômico. Havia demanda por mão de obra especializada nas pequenas fábricas em expansão [...]” (NEUMANN, 2009, p. 452). Ainda nesse sentido cabe destacar que

Em uma carta dirigida a Hermann Faulhaber, em 18 de dezembro de 1910, após uma ausência de 11 meses, Minoly reafirmou o seu entusiasmo frente ao progresso visível da colônia, reclamando apenas do “tremendo, terrível pó” da estrada. “Novas casas, ruas e indústrias aqui levantaram-se triunfalmente. Parece que um espírito poderoso ergue sempre, impele com gigantesca força

para o nobre campo do adiantamento esta venturosa colônia”. Pois, “imagine, meu ilustre amigo, no ano de 1909 só contava esta colônia 5 engenhos a vapor de serrar tábuas; hoje, existem 12, além de vários motores já encomendados e inumeráveis outras oficinas, umas já funcionando e outras projetadas”. Tendo em vista o crescimento vertiginoso e a disponibilidade de uma infraestrutura básica, Minoly vislumbrava para a década de 1910 a emancipação política de Neu-Württemberg. Esboçou, inclusive, a sua configuração geográfica. (NEUMANN, 2009, p.492)

A imprensa local, por sua vez, destacava o crescimento da colônia:

Nova Württemberg, atual Pindorama, é bem um hino de trabalho. O braço construtivo do alemão que veio a colaborar conosco na grandeza da nossa terra, soube transformar aquele pedaço de terra cruzaltense, num dos mais ricos e progressistas da região. [...]. Forçoso é reconhecer, portanto, o esforço do trabalhador alemão e dos seus descendentes, brasileiros como nós outros e que por isso mesmo ainda mais amam a terra em que nasceram e onde vivem e prosperam numa eloquente demonstração de energia, de vitalidade moça (Folha da Serra, 1º/1/1939, Ano I, n. 1, p. 24, Apud NEUMANN, 2009, p.494,495).

Sendo Neu-Württemberg distrito de Cruz Alta até a metade do século XX, aquela procurou obter reconhecimento e melhorias:

Os espaços coloniais foram construídos e percebidos como lugares diferenciados dentro dos municípios de Cruz Alta e Palmeira, cujo desenvolvimento seguia caminhos próprios, mas conectado e interdependente do contexto macro. Assim, a colônia-modelo Neu-Württemberg desenvolveu a agricultura e a indústria, em um município predominantemente pastoril e comercial, com elevada geração de renda, valendo-se de seu potencial econômico como moeda para barganhar melhorias materiais, e defender os seus interesses. (NEUMANN, 2009, p.504)

Nas décadas posteriores, a colônia não deixou de crescer, convergindo para a exaltação da narrativa inicial da nova *Heimat*, os obstáculos e os problemas anteriores foram suplantados, a narrativa do progresso vindo pelas mãos do imigrante seria a tônica local, chamando a atenção por toda região do planalto e demais localidades:

Neu-Württemberg era vista e representada como um lugar de trabalho, onde vivia uma população laboriosa e ordeira. Por essa razão, “nesta vila não existem nem vagabundos nem mendigos. As diversas oficinas e fábricas que se desenvolvem se encarregam da assistência social, por isso que não falta trabalho para quem pretenda” (O Commercio, 12/9/1929, n. 1789, ano XII, p. 3). Associava-se a oferta de trabalho ao avanço industrial. Rapidamente, a colônia transformou-se no centro econômico mais importante do município, suplantando a sede Cruz Alta – “PINDORAMA [Neu-Württemberg] – uma colmeia de trabalho intenso. Dentro de poucos anos de vida transformou-se de simples colônia num dos mais importantes distritos da nossa comuna” (Diário Serrano, 19/4/1942, capa, edição especial). Nas entrelinhas, criticavam o

relativo atraso industrial da sede do município e a redução de sua arrecadação, que continuava baseada na pecuária e comércio, e apresentavam a colônia Neu-Württemberg como o modelo do que Cruz Alta poderia vir a ser caso diversificasse a sua produção e investisse mais em industrialização e na modernização da produção pecuária. (NEUMANN, 2009, p.530).

Nesse sentido, a utopia de Meyer, anteriormente ameaçada de fracasso, reverbera nas décadas posteriores ao início da colonização. Uma nova dinâmica entra em jogo, a era dos industriais, sendo os imigrantes alemães elencados como atores principais desse progresso:

Alexandre Fortes (2001), por sua vez, analisou as relações interétnicas estabelecidas entre os imigrantes/descendentes alemães e com o outro no mundo do trabalho, em particular nas empresas Renner e Meyer, pertencentes a descendentes alemães do Quarto Distrito de Porto Alegre. Ambos os proprietários definiam seus empreendimentos como indústria nacional, mas, no seu interior, reproduziam a segmentação étnica existente na cidade e, ao menos até a II Guerra Mundial, influenciavam na política de contratação dos trabalhadores, sua relação com as chefias, assim como sua distribuição por setores. Do lado dos trabalhadores, cada nova leva de imigrantes necessitava constituir o seu espaço social e cultural num universo estruturado não apenas pelas relações de classe e pelas características da nação de destino, mas também por esta hegemonia local que associava germanidade a status e poder. A realidade encontrada por Fortes nessas duas empresas em Porto Alegre, se aplicava também nas oficinas e depois indústrias de Neu-Württemberg/Panambi, pelo menos até a década de 1990. Talvez fosse percebido como natural, porque a quase totalidade dos trabalhadores era de ascendência alemã. Isso contribuiu, porém, para perpetuar essa estrutura por mais tempo, pois um dos quesitos para ser admitido nas empresas e no comércio em geral era dominar a língua alemã. (NEUMANN, 2009, p.531)

Um grupo de imigrantes alemães, vindos após a difícil fase de instalação da colônia ganhou protagonismo e definiu os rumos do futuro município. Novas narrativas exerceriam predominância no meio econômico, social, religioso e, conseqüentemente, nos símbolos locais a serem propagados e historiados nessa fase de desenvolvimento. Este grupo era formado pelos suabos:

A colônia Neu-Württemberg registrou um alto índice de crescimento econômico e demográfico nas décadas de 1910 e 1920, em virtude da aceleração da venda de terras e, conseqüentemente, a entrada de um considerável contingente populacional. Inclusive, a chegada de um considerável contingente de imigrantes alemães, em sua maioria suabos (Schwaben) desiludidos com as condições de vida e de trabalho de seu país no contexto pós-guerra, provenientes de áreas urbanas e sabedores de algum ofício, se não foram os responsáveis diretos pelo incremento da industrialização, pelo menos contribuíram para ativar ou reativar esse processo, apresentando-se como mão-de-obra qualificada, permitindo que se

desenvolvesse um conjunto de pequenas fábricas com tecnologias e maquinários modernos, importados geralmente da Alemanha. (NEUMANN, 2009, p.532).

Nas décadas posteriores, a economia da colônia cresceu cada vez mais, o foco principal do progresso não estava na figura do agricultor – embora o mesmo fosse ainda muito valorizado – estava na classe dos industriais como representantes do progresso e do poder local:

O aspecto industrial diferenciado da colônia-modelo Neu-Württemberg em relação ao restante da área de Cruz Alta e das denominadas colônias satélites Xingu e Erval Seco, foi percebido e anotado pela imprensa, curiosos, e também estudiosos, cada qual atribuindo uma razão específica. Alfredo Ludwig (1940: 2), em viagem pelo estado no final da década de 1930, tinha por objetivo “mostrar o nascer das nossas indústrias, a sua evolução trabalhosa, lenta, mas firme, o seu atual grau de adiantamento bem grande, e relatar a luta, titânica às vezes, por que passaram seus iniciadores”, atribuiu todo desenvolvimento cultural e material da colônia ao trabalho de Hermann Faulhaber. O historiador Jean Roche (1969: 186) nas suas observações sobre a formação e o desenvolvimento da colônia, chegou à mesma conclusão, considerando-a uma das “áreas mais dignas de nota”. O autor foi mais longe ainda, projetando em Walter Faulhaber, líder emancipacionista e primeiro prefeito de Panambi, uma continuidade do modelo da “antiga colônia Neu Württemberg” e, por extensão, do trabalho e dos ideais de seu pai, Hermann Faulhaber. Ou seja, na transmissão de seu poder de liderança, construído e legitimado por uma rede de alianças, com base nos colonos, escola e igreja, como uma herança imaterial (LEVI, 2000). No rearranjo interno da colônia, agora município, um novo grupo emergente, detentor do poder econômico, assumia então efetivamente o poder político: os industrialistas, sinalizando assim para o rumo a ser seguido. Então, Walter Faulhaber representava o tradicional e o moderno ao mesmo tempo, legitimando o seu poder. (NEUMANN, 2009, p.549).

Durante muitas décadas, as narrativas, livros, símbolos, jornais e imagens, gravitavam em torno daqueles discursos sobre os desbravadores e promovedores do progresso. Embora, o projeto inicial fosse direcionado para o protestantismo, em alguns momentos Meyer procurou mudar essa imagem, devido ao fato que poderia não atrair imigrantes de outras denominações religiosas, porém “a colônia criou uma imagem de si como protestante, sendo vista e reconhecida como tal, até hoje” (Neumann, 2009, p.585). Evidentemente, as narrativas pertencem àqueles que as constroem, sejam por ideais, causas, lutas ou outras situações que o curso da História impõe. Neumann (2009) também destaca sobre alguns fatores que – além da dedicação de Meyer – justificavam a singularidade da Colônia:

Esse foi o caráter da publicação “Die Schwaben im Ausland [Os suabos no exterior], em 1935, editada pelo Deutsches Ausland Institut. Tinha por objetivo relembrar aos suabos no estrangeiro a sua origem, sua cultura, e um chamamento à preservação das mesmas, ou seja, a manutenção do Schwabentum”. [...] A obra apresentava os suabos como trabalhadores, resistentes, persistentes e habilidosos. Muito religiosos, característica essa que, somada ao trabalho, lhes permitia superar as dificuldades. Foi com a contribuição desse material humano que a colônia Neu-Württemberg se transformou em uma colônia alemã modelo, um exemplo de colonização no exterior, cujos frutos ultrapassavam as fronteiras da colônia. O êxito era resultante, sobretudo, do trabalho incansável do diretor da colônia, Hermann Faulhaber, um württemberger, que organizou o ensino de tal forma que serviu de exemplo para toda a serra do Rio Grande do Sul. A colônia foi provida de imediato de escola e igreja, ambas contribuindo para manter a cultura e a língua alemã. Outro ponto importante da colônia era o associativismo, com a formação de Vereine, presente em todos os segmentos econômicos e sociais. (NEUMANN, 2009, p.142,143).

Ainda nesse sentido, na colônia, o casal Faulhaber

[...] estava empenhado em manter a própria cultura de origem o mais intacta possível, o que também era a sua função, propiciando aos colonos o mesmo modelo de ensino e momentos de sociabilidade que teriam na sua terra natal – segundo a crítica de Luiz Meisinger, transformando todos os alemães em suabos. Faulhaber e o seu trabalho de regermanização da população colonial foi identificado pelos seus pares, e nos círculos germanistas do estado, como o símbolo do Deutschtum no Noroeste do estado. (NEUMANN, 2009, p.579)

Os reflexos históricos desses ideais buscados em prol da “nova Alemanha” são refletidos ainda hoje na dinâmica social do município. As narrativas em torno desse passado continuam a reverberar, embora nos últimos anos se discuta mais sobre os outros povoadores que faziam parte desse contexto, tanto que, no ano de 2012, foi inaugurado o “Portal das Colonizações”, incluindo através desse monumento, além do imigrante alemão, outros grupos étnicos.

De um modo geral, se percebe que em Panambi, os aspectos da colonização alemã têm um viés mais abrangente nas configurações culturais, econômicas, religiosas e histórico-sociais. Os símbolos e suas representações, tais como o Brasão, que traz o desenho de uma semirroda dentada como símbolo da indústria; há também a bigorna e o martelo, representando o ofício de muitos imigrantes que para o local vieram, e o arado, representando o trabalho agrícola. O carvalho e a palmeira servem para representar a Alemanha e o Brasil. Na parte de superior do Brasão está escrito Panambi, Cidade das Máquinas. Na parte inferior do Brasão está escrito Nova Württemberg - 1899. Embora

existam diversos fatores que caracterizam a história do município, os fatores ligados ao progresso econômico - via setor industrial - e à religiosidade como característica da maioria de seus habitantes, formam um elo na história local, percebível no próprio Hino do Município, mas também nas instituições, dizeres, entre outros.



Brasão de Panambi

Ainda no que tange a simbologia, é imprescindível que se discuta a origem do nome do município. Por que Panambi? Cabe ressaltar que, com o advento do Estado Novo (1937-1945), surge a Campanha da Nacionalização, cujo objetivo era diminuir a influência cultural estrangeira trazida pelos imigrantes, promovendo uma maior integração linguística na constituição da identidade brasileira. Sendo assim, a partir de 1938, Nova-Württemberg passou a se chamar Pindorama, em 1943 Tabapirã e em 1944 passou a se chamar Panambi, palavra proveniente da língua guarani, cuja tradução é mariposa ou borboleta, sendo esta última a prevalecer e gerar um cognome: Vale das borboletas Azuis. Esta definição se dá devido à grande quantidade de borboletas azuis existentes na época. Cabe refletir, por qual motivo na parte inferior do Brasão Municipal está escrito Nova-Württemberg? Seria o fato de que as “nações frequentemente localizam suas fontes em um passado remoto e antigo, e projetam uma perspectiva de futuro ilimitado que engloba a própria afirmação e desenvolvimento nacional” (RÜSEN in SCHMIDT; BARCA; MARTINS, 2011, p.58). Em suma,

Panambi, um município situado no sul do Brasil, com um passado ligado à velha *Heimat*.

A análise histórica do Município de Panambi busca compreender os motivos pelos quais algumas narrativas preponderaram, e de alguma forma, impactam a vida de seus habitantes. A compreensão das peculiaridades locais é necessária para que cada indivíduo possa interagir e contracenar no meio em que se está inserido. Neste sentido cabe refletir: Como cada indivíduo poderá se colocar na história em meio às identidades com as quais contracena? É possível que cada indivíduo, independentemente de sua origem, possa buscar fontes em seu passado histórico como forma – no dizer ruseniano – de afirmação de uma perspectiva futura? São aspectos importantes para se refletir nos próximos capítulos.

CAPÍTULO II

A CONSCIÊNCIA HISTÓRICA E O ATO DE NARRAR: UMA PROPOSTA DESAFIADORA NO AMBIENTE ESCOLAR.

A partir dos desafios presentes neste estudo, convém munir-se de referenciais importantes para o fim objetivado. No que concerne a um dos pontos centrais da análise aqui empreendida, a consciência histórica, torna-se importante destacar que esta temática tem sido discutida sobremaneira do ponto de vista da Filosofia da História e acaba sendo direcionada para a Educação Histórica. Conforme Barca (2007, p. 116):

O conceito de consciência histórica, em debate no âmbito da filosofia analítica da História, constitui actualmente um dos objectos centrais de pesquisa no campo da educação histórica, com a intenção de reunir dados empíricos que possibilitem um melhor entendimento das ideias dos jovens acerca dos usos da História no seu quotidiano⁴.

Para Rüsen (2001, p. 57) a consciência histórica representa “a suma das operações mentais com as quais os homens interpretam sua experiência da evolução temporal de seu mundo e de si mesmos, de forma tal que possam orientar, intencionalmente, sua vida prática no tempo”. Rüsen ainda destaca que:

A consciência histórica é o trabalho intelectual realizado pelo homem para tornar suas intenções de agir conformes com a experiência do tempo. Esse trabalho é efetuado na forma de interpretações das experiências do tempo. Estas são interpretadas em função do que se tenciona para além das condições e circunstâncias dadas da vida. (RÜSEN, 2001, p.59)

Tendo em vista os posicionamentos supracitados, se entende que os indivíduos procuram formas de orientação baseando-se nas ações passadas que ainda possam fazer sentido no presente e influenciarem o futuro, os conhecimentos de tais ações podem servir como um guia, um porto seguro para a experiência humana no curso do tempo.

Ao interpretar o pensamento ruseniano, Germinari (2010, p.52), em sua tese de doutorado, expôs o que entende por consciência histórica:

⁴ Optou-se por manter a grafia original do texto.

Entendo que a consciência histórica não é equivalente à quantidade de informações que uma pessoa acumulou sobre passado ao longo da vida, mas diz respeito às operações mentais que articulam o passado, presente e futuro numa estrutura temporal coerente, na qual o passado é chamado para guiar a interpretação das mudanças temporais sofridas pelos homens no presente. Essa convocação do passado ao presente orienta e alimenta a esperança no futuro. Assim sendo, a consciência histórica associa o passado como experiência e o presente e o futuro como campos de ação orientados pelo passado. Tal articulação do tempo, realizada pela consciência, orienta as ações intencionais sobre a realidade, bem como expande a subjetividade, por meio da autoidentificação no curso da história, isto é, no fluxo do tempo humano.

Ao destacar neste estudo a importância de se dar visibilidade ao contexto local em que os estudantes estão inseridos, Cerri (2014, p.27-28) traz uma contribuição, quando argumenta que consciência histórica é

[...] uma das condições da existência e do pensamento: não está restrita a um período da história, a regiões do planeta, a classes sociais ou a indivíduos mais ou menos preparados para a reflexão histórica ou social. Para isso a “história” não é entendida como disciplina ou área especializada do conhecimento, mas como toda produção de conhecimento que envolva indivíduos e coletividades em função do tempo.

Mas tais reflexões acerca da consciência histórica ganham um sentido mais expressivo, mais claro, factual, quando se procede à narrativa histórica, Rüsen enfatiza que narrativa histórica

[...] designa-se o resultado intelectual mediante o qual e no qual a consciência histórica se forma e, por conseguinte, fundamenta decisivamente todo pensamento histórico e todo conhecimento histórico científico. (RÜSEN, 2001, p.61)

Ainda conforme Rüsen,

A resistência dos homens à perda de si e seu esforço de auto-afirmação constituem-se como identidade mediante as representações de continuidade, com as quais relacionam as experiências do tempo com as intenções no tempo: a medida da plausibilidade e da consistência dessa relação, ou seja, o critério de sentido para a constituição de representações abrangentes de continuidade é a permanência de si mesmos na evolução do tempo. A narrativa histórica é um meio de constituição da identidade humana. (RÜSEN, 2001, p.66).

Um importante estudo de Cunha (2018) intitulado “*Escrever histórias para convencer os outros: memórias, diários e cartas de imigrantes*”, leva a uma compreensão categórica sobre narrativas, o caso a ser discutido neste estudo, utiliza a

reflexão mais específica sobre a questão: a de convencer. Para Cunha (2018, p.235), “escrever histórias, narrar e narrar-se são estratégias humanas de significação da relação com a realidade vivida e imaginada”. As reflexões do autor podem levar as seguintes indagações: Por qual motivo os seres humanos escrevem histórias sobre si ou sobre outrem? E, a partir disso, por quais motivos resolvem convencer alguém a defender ou abraçar ideias ou causas específicas?

Neste viés, é pertinente trazer a discussão para as aulas de história, para que os estudantes possam refletir sobre o contexto histórico que os cerca, possibilitando o trabalho com as narrativas construídas *in loco*. A exemplo do estudo aqui proposto, convém discutir primeiramente a história local, começando pela ocupação e povoamento⁵ do território do atual Município de Panambi, ocorrido por iniciativa dos luso-brasileiros – nas primeiras décadas do século XIX – com ênfase em suas possíveis motivações. Posteriormente, cabe discutir a povoação de forma mais acentuada, na virada do século XIX para o XX, com formação da Colônia Neu-Württemberg, momento em que a Empresa Colonizadora D.r Herrmann Meyer produziu uma narrativa convincente para atrair os colonos alemães que quisessem comprar lotes na região, para onde poderiam vir e prosperar sentindo-se como se vivessem em seu país de origem ou de seus antepassados – a velha *Heimat*.

Sendo assim, tais migrações, assim como a chegada sucessiva de outros povos que se estabeleceram no local, remetem há uma gama de significados culturais que exercem influência na dinâmica social do povoamento engendrado em suas fases distintas, o que pode levar os estudantes a refletirem sobre as seguintes indagações: Quais motivações os luso-brasileiros tinham para vir ocupar a região estudada? Posteriormente, por qual motivo alguém viria comprar lotes de terra em Neu-Württemberg – atual Panambi? Por quais motivos outros povos vieram se estabelecer no local? Quais narrativas compõem o imaginário das pessoas? Atualmente, é possível que o passado histórico-coletivo se faça presente no cotidiano de cada indivíduo? É possível perceber nos espaços urbanos e rurais características peculiares que constituem a dinâmica social local? De que forma o passado influencia o presente, mas também vai se modificado com as novas configurações histórico-sociais?

⁵ Há de se levar em conta que, anteriormente ao povoamento mais efetivo, o território do atual Município de Panambi era de abrangência do território missionário de São João Batista, sendo que a presença guarani na região trazia aspectos da cultura indígena. Embora não seja demonstrado especificamente em documentos escritos sobre a presença guarani em Panambi, há reminiscências que se apresentam através de artefatos arqueológicos encontrados em seu território.

Neste sentido, o estudo de Cunha (2018) oferece uma explicação interessante sobre narrar, convencer, significar, viver e imaginar. Segue abaixo uma história vivenciada pelo autor no exercício da cátedra:

“Em uma aula presencial introdutória, no primeiro semestre de 2014, fiz o seguinte relato oral”:

– No final de semana passado, estimulado pelas informações de uma amiga e colega antropóloga reconhecida internacionalmente, decidi participar de uma das (provavelmente) últimas colheitas de sagu que ainda acontece em três lugares remotos do Rio Grande do Sul. Por recomendação dela, que em uma de nossas conversas havia me alertado sobre o desaparecimento deste tipo de agricultura, decidi conhecer e participar desta experiência comunitária pouco conhecida. Saí cedo de casa no último sábado e fui de carro até a comunidade de Walachai, um dos povoados do município de Morro Reuter, aqui no Rio Grande do Sul. Segundo a tradição local as primeiras sementes de sagu, cujo nome científico é *Semen Sago Orientales* – o que indica sua origem possivelmente asiática –, foram trazidas pelos imigrantes germânicos que chegaram à localidade em meados da primeira metade do século XIX. Provavelmente por seu fundador proveniente de Echternach, em Luxemburgo. Os descendentes de imigrantes alemães de Walachai não são os únicos que ainda cultivam sagu. Segunda minha colega da universidade, há mais duas comunidades que o cultivam, uma no interior de Vacaria e outra em um dos distritos de Nova Prata, todos aqui do nosso Estado. Quando cheguei, a cerimônia que antecede a colheita, que dura no máximo dois ou três dias, já havia começado. Estavam todos com roupas claras, homens, mulheres, jovens e até algumas crianças, com as cabeças cobertas com chapéus, bonés e várias mulheres usando lenços. Todos carregando cestos forrados com tecidos, dos quais pendiam luvas cirúrgicas. Cheguei no meio do discurso de uma das lideranças locais, que lembrava com lágrimas nos olhos e voz embargada que era preciso resistir. E que, ainda que o sagu natural de Walachai não conseguisse concorrer com os preços do sagu de fécula de mandioca que monopoliza o mercado, tratava-se de uma tradição a ser mantida. Para que nunca nenhum dos habitantes do lugar esquecesse quem era, esquecendo a história de sua família e de sua comunidade. Depois do discurso, ouvimos todos ainda algumas recomendações de um técnico agrícola, aposentado da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER, e partimos para a lavoura de sagu da comunidade para iniciarmos a colheita. A única lavoura de sagu de Walachai fica em uma área de cerca de dois hectares de propriedade coletiva comunitária, nos fundos do prédio da nova igreja católica do lugar. Um terreno inclinado e com boa drenagem. A visão do lugar me remeteu à memória das imagens de um dos filmes de Akira Kurosawa, a luz do sol iluminava a encosta coberta de arbustos cujos frutos maduros mostravam os minúsculos grãos brancos do sagu natural. Começamos a colheita. Os pequenos grãos de sagu foram sendo colhidos cuidadosamente e sendo depositados em grandes balaios artesanais forrados de material plástico. Lamentavelmente a produção de sagu de Walachai não chega ao mercado e é consumido apenas pelos membros da comunidade. Uma experiência que para mim será inesquecível. Um patrimônio de nossa cultura regional, ameaçado contundentemente de desaparecimento. Segunda minha colega antropóloga, nem o Ministério da Cultura tem demonstrado interesse em financiar projetos que divulguem essa agricultura comunitária pouco conhecida, o que com certeza contribui para que em poucos anos ela desapareça e com ela uma das expressões culturais de nosso Estado. (CUNHA, 2018, p. 237, 238)

Ao relatar a experiência supracitada à turma em que estava lecionando, Cunha destacou a reação da mesma em relação ao acontecimento narrado:

A narrativa acima foi atenciosamente ouvida, muito bem recebida e intensamente comentada pelos mestrandos e doutorandos presentes na aula. Algumas das perguntas mais marcantes foram as relacionadas ao desconhecimento do “sagu”, também como semente de uma planta. O sagu que utilizamos no sul do Brasil, como ingrediente de uma sobremesa tradicional, é produzido industrialmente com fécula, amido extraído de mandioca, mas também do milho, da batata ou do arroz. Houve também perguntas relacionadas à necessidade de mais informações sobre como acessar “esta importante e desconhecida informação cultural”, através de bibliografias ou experiências presenciais. (CUNHA, 2018, p. 238)

Ao dar continuidade à aula, Cunha descreve o teor da história por ele narrada:

Importante salientar, aqui, que o relato acima reproduzido é uma ficção. Uma mentira, ainda que interessante ou logicamente construída. Diante disso, algumas questões se apresentam: – por que os ouvintes acreditaram? Por que alguns inclusive duvidaram da minha sinceridade quando informei que se tratava de uma mentira, cujo relato tinha a função de levar a uma reflexão sobre a importância da construção convincente de um texto científico? Acreditaram na mentira e não acreditaram na minha sinceridade! (CUNHA, 2018, p. 238)

A partir da experiência vivenciada por Cunha, este estudo propõem as seguintes reflexões: Como as narrativas vêm carregadas de elementos ficcionais ou não ficcionais? Imaginar aquilo que se almeja é uma projeção de futuro ou apenas algo “ficcional”? Como é possível narrar ou ser abrangido pelas narrativas? Como fatores histórico-sociais, culturais e religiosos podem reverberar na dinâmica da sociedade estudada? Como cada indivíduo pode constituir sua identidade nas inter-relações com os elementos que o cerca?

Retornando ao relato de Cunha, pôde-se observar como o autor fundamenta a experiência vivida em sala de aula, quando escreve:

Os mestrandos e doutorandos, pesquisadores em formação, não teriam acreditado na “narrativa ficcional e mentirosa”, se não tivessem encontrado nela referências concretas e prováveis que ligaram o que ouviram com o que já conheciam, com a hierarquia de valores relacionada com a construção lógica do texto narrado, com o reconhecimento do “professor” etc. Portanto, não há mentira absoluta e não há verdade completa! Esta experiência prática me levou a pensar, a refletir e pesquisar sobre o papel da narrativa (ficcional ou real) sobre o mundo – mito, memória e história –, sobre os outros – biografia –, e sobre si mesmo – autobiografia –, como uma estratégia histórica de formação do humano desde a sua origem”. (CUNHA, 2018, p. 238, 239)

Ao se abordar neste estudo a história local, entende-se que é possível fazer algumas aplicabilidades, tendo como base as discussões supracitadas. Embora a história, o povoamento da localidade que aqui se está estudando, suas transformações e permanências no decorrer do tempo não se trate de uma ficção – pois ocorreu e ocorre de fato – busca-se a zênite da problemática estabelecida: a maneira como se procura dar significação para a realidade “vivida e imaginada” – na expressão de Cunha. Ao se usar a questão imaginar é comum e, até mesmo inevitável, que qualquer pessoa que almeje algo precise primeiramente imaginar, buscar significados e, partindo disso, os possíveis desdobramentos em sua trajetória.

Adentrando sobremaneira na prática docente, é possível desenvolver a problemática trabalhando introdutoriamente o sentido de narrar e, conseqüentemente, como as narrativas se manifestam. Neste sentido, a história ficcional narrada por Cunha (2018), devido sua clareza e praticidade, é deveras pertinente para que os estudantes entendam o que são narrativas, por quais motivos as mesmas são construídas e, como pode haver nesse gênero elementos ficcionais ou não, quando se empreende o “significar e imaginar”.

A partir da imaginação e significação há o direcionamento para a questão da aplicabilidade, momento em que é sobremaneira possível levar os estudantes a refletirem sobre a maneira como a história local os abarca através de suas vivências, convivências e/ou ancestralidades e, a partir destas, a maneira como projetam, significam e almejam algo dentro do contexto em que buscam protagonizar. Desta maneira, demonstra-se que a narrativa ficcional ou não ficcional engendra uma série de fatores, nos quais os indivíduos de uma forma ou outra estão envolvidos, havendo inúmeras possibilidades de narrar, serem narrados e, fundamentalmente, narrar a si mesmos.

Outro passo importante no trabalho em sala de aula é a questão do posicionar-se de cada indivíduo de acordo com sua formação pessoal, sua consciência histórica, remetendo isto a sua capacidade de decisão e, ao decidir, narrar e justificar o porquê de suas escolhas. Há um estudo desenvolvido por Rösen (in SCHMIDT; BARCA; MARTINS, 2011), intitulado “O desenvolvimento da competência narrativa na aprendizagem histórica: uma hipótese ontogenética relativa à consciência moral”, no

referido estudo, o autor conta uma história que serve de base para desenvolver o raciocínio sobre a narrativa levando em conta a consciência moral:

O antigo Castelo de Col se encontra nas terras altas da Escócia. É a antiga residência dos chefes do clã Maclean e está ainda em posse de um membro da família, que vive no castelo. Em cima da muralha existe uma pedra gravada com a seguinte inscrição: "Se algum homem do clã Maclonish aparecer perante este castelo, mesmo que venha à meia-noite, com a cabeça de um homem em sua mão, encontrará aqui segurança e proteção contra tudo". O texto é de um antigo tratado celebrado em Highlands em uma ocasião memorável. Em um passado distante, um dos antepassados Maclean obteve do rei da Escócia uma concessão de terras que pertenciam a outro clã mas que as perdeu por haver ofendido ao rei. Maclean, acompanhado por sua esposa, avançou com uma força armada de homem para tomar posse de suas novas terras. No confronto e batalha com o outro clã, Maclean foi derrotado e perdeu sua vida, no entanto sua esposa, grávida, caiu nas mãos dos vencedores. O chefe do clã vitorioso transferiu para a família Maclonish a guarda da grávida, Lady Maclean, com uma condição específica: se a criança nascida fosse um varão, deveria morrer imediatamente, se fosse uma menina, lhe seria permitido viver. A esposa Maclonish, que também estava grávida, deu a luz a uma menina quase ao mesmo tempo em que Lady Maclean deu a luz a um menino. Elas então trocaram as crianças. O jovem Maclean, havendo sobrevivido a esta armadilha da sentença de morte que sobre ele pesava antes de nascer, recuperou com o tempo seu patrimônio original. Em agradecimento ao clã Maclonish determinou então seu castelo como um lugar de refúgio para qualquer membro daquela família que se encontrasse em perigo. Esta narração se encontra no livro *Journeu to the Western Islands of Scotland*, de Samuel Jonson, publicado pela primeira vez em 1775. (RÜSEN in SCHMIDT; BARCA; MARTINS, 2011, p.51,52)

Após a narração da história, o autor expõem os motivos pelos quais utiliza-se da mesma para trabalhar a questão da competência narrativa assim como a questão da competência moral, mas também, trata-se de, a partir dos pressupostos anteriormente destacados, se fazer uma análise sobre a questão de decidir e produzir uma narrativa de acordo com a decisão tomada. Rüsen segue sua argumentação em relação à história narrada e seus possíveis desdobramentos:

Minha intenção, com o presente trabalho, é utilizar esta história para demonstrar a natureza da competência narrativa e suas diversas formas, e a importância da competência para a consciência moral. Para aproximarmos de uma maneira mais concreta, permita-se imaginar esta narração dentro de uma situação real onde se desafiam os valores morais, e onde seu uso e legitimação requerem argumentos embasados historicamente. Imagine que você é um membro do clã Maclean e vive atualmente no castelo de um ancestral. Uma noite escura, um membro do clã Maclonish – permita-nos chamá-lo de Ian – bate a sua porta pedindo ajuda. Conta que a polícia o está seguindo em razão de um crime de cuja autoria o acusa. Como raciocinaria você? O ajudaria a esconder-se da polícia ou decidiria por alguma outra ação? Imagine que logo seja necessário explicar a um amigo o que está acontecendo; e este amigo, que você encontra por acaso, não conhece a narração do clã. Não importa que atitude tome a respeito de Ian Maclonish, você será obrigado a contar-lhe o relato dos bebês trocados, para fazer-se convincente (e assim interpretada) a situação em que você se encontra e a decisão que deve tomar. Sua narração da

lenda do clã provavelmente será diferente dependendo da natureza de sua decisão. Além do mais, sua decisão original depende de sua própria interpretação da antiga lenda do clã em relação às crianças trocadas. Assim, portanto, a existência de quatro possibilidades para tal interpretação. 1. Pode esconder Ian Maclonish porque sente que é obrigação de sua parte honrar o antigo acordo de Highlands. Neste caso, dirá a seu amigo que você – como um Maclean – se sente obrigado a ajudar a Ian porque considera vigente a antiga narração e então existem ainda laços entre os clãs. Você passa a relatar a lenda dos bebês trocados com a intenção de esconder da polícia Ian Maclonish, para manter o antigo tratado do clã, renovando e continuando, dessa forma, a importância da relação entre os grupos. 2. Pode esconder Ian Maclonish, motivado por múltiplas razões. Assim, pode dizer que ajudou a Ian porque no passado um Maclonish uma vez ajudou a um membro do clã Maclean, e agora você se sente obrigado a retribuir, com base no princípio da reciprocidade de favores. Ou pode dizer que o ajuda para cumprir a obrigação de um tratado entre os clãs: porque os acordos devem ser mantidos como tais, ou seja, estão unidos pelo tratado. Logo conta a lenda concluindo com a observação de que a ajuda mútua ou a manutenção de um tratado entre os clãs é, para você, um guia e um princípio moral, como já foi provado quando o bebê foi salvo. 3. Pode negar-se a esconder Ian Maclonish. Então, primeiramente tem que explicar o pedido de auxílio para aquele, narrando o conto dos bebês e a pedra com a inscrição. Mas comenta a história afirmando que não acredita, que é meramente um "mito" ou uma "lenda" desprovida de qualquer evidência e validade comprometedora, o que não o obriga moralmente de nenhuma maneira. Também pode argumentar que desde a introdução do direito inglês moderno, aqueles antigos tratados teriam perdido a validade que uma vez tiveram e agora são letra morta. Neste caso, você apresenta uma série de argumentos histórico-críticos para se desculpar da obrigação de manter o antigo pacto. Portanto, argumenta historicamente para romper qualquer laço de união entre você e o clã Maclonish, o qual pode ter sido válido e obrigatório no passado. 4. Pode se decidir a convencer Ian Maclonish de que é inútil se esconder da polícia e que seria melhor se entregar às autoridades. Você, por sua vez, se compromete a fazer de tudo para ajudá-lo, por exemplo, contratando o melhor advogado disponível. Neste caso, você narra o conto às crianças, mas o circunscreve agregando o seguinte argumento: o sistema legal se transformou muito desde o direito do clã da era pré-moderna até a época moderna. Você ainda se sente obrigado a ajudar alguém do clã Maclonish, mas deseja fazê-lo baseado em considerações modernas e não como prescrevia o antigo pacto. (RÜSEN in SCHMIDT; BARCA; MARTINS, 2011, p.52,53,54)

Levando em conta a questão ontogenética relativa à consciência moral, é possível, juntamente com os estudantes, refletir sobre situações reais ou fictícias, relacionando-as ao contexto *in loco*, a fim de saber quais seriam suas decisões mediante acontecimentos específicos sobre os quais já houvesse narrativas sedimentadas. Por conseguinte, propor aos estudantes que expressem os motivos ou princípios pelos quais – diante de determinada circunstância que se impusesse – cada um tomaria determinada decisão e, qual narrativa utilizaria para justificar sua escolha. A partir de então, a reflexão parte da análise pessoal, onde cada estudante pode ser levado a refletir sobre sua realidade constitutiva e analisar seu contexto, sua consciência moral, sua herança histórico-social, religiosa, familiar e cultural e, de que maneira isto lhe influencia na

tomada de decisões, a fim de que tais reflexões sejam importantes para o autoconhecimento e para narrar a si mesmo.

Em continuidade às reflexões de Rüsen – pelo menos no que compete à problemática aqui estabelecida – tem-se a “relação entre a consciência histórica, os valores morais e o raciocínio”, momento em que o autor destaca:

Na situação representada em nossa narração, devíamos decidir por um curso de ação. Tal decisão dependia de valores. Esses valores são geralmente princípios, guias de comportamento, ideias ou perspectivas-chaves que sugerem o que deveria ser feito em uma situação determinada, em que existem várias opções. Tais valores funcionam como fonte de arbitragem nos conflitos e como objetivos que nos guiam ao atuar. Que significado tem assinalar tais valores como "morais"? Nossas perspectivas se enquadram nesta ação sistematicamente, reconhecem a relação social dentro da qual vivemos e devem decidir um curso de ação a tomar. Elas expressam esta relação social como uma obrigação para nós, dirigindo-nos, assim, até a essência de nossa subjetividade, recorrendo a nosso sentido de responsabilidade e nossa consciência. Como entra a história nesta relação moral entre nossa ação, nossa personalidade e nossas orientações valorativas? A narração esquematizada no princípio deste ensaio pode nos servir para proporcionar uma resposta: quando se supõe que os valores morais guiam as ações que tomamos em uma dada situação, devemos relacionar os valores a essa situação, interpretar os mesmos e seu conteúdo moral com referência à realidade em que os aplicamos, e avaliar a situação nos termos de nosso código de valores morais aplicáveis. [...] Mas, por que tem que ser a consciência histórica um pré-requisito necessário para a orientação em uma situação presente que demanda uma ação? [...] A resposta simples é que a consciência histórica funciona como um modo específico de orientação em situações reais da vida presente: tem como função ajudar-nos a compreender a realidade passada para compreender a realidade presente. (RÜSEN in SCHMIDT; BARCA; MARTINS, 2011, p.55, 56)

Diante dos pressupostos rusenianos pode-se perceber claramente como a consciência histórica está ligada a uma série de fatores que vão além de registrar acontecimentos, principalmente quando cada indivíduo precisa analisar a situação pela qual está passando, a fim de tomar uma decisão, momento em que necessita refletir sobre uma série de valores, conteúdos morais que do passado até o presente se manifestam em uma série de aspectos da vida pessoal e em coletividade, levando cada um a indagar-se sobre quais serão as perspectivas futuras a depender das decisões tomadas de acordo – ou não – com códigos de valores ou morais. Rüsen demonstra claramente tais aspectos:

Então, o que é especificamente histórico nesta explicação, nesta interpretação da situação e em sua legitimação? O histórico como orientação temporal une o passado ao presente de tal forma que confere uma perspectiva futura à realidade atual. Isto implica que a referência ao tempo futuro está contida na interpretação histórica do presente, já que essa interpretação deve permitir-nos atuar, ou seja, deve facilitar a direção de nossas intenções dentro de uma matriz

temporal. Quando dizemos que nos sentimos forçados ou obrigados pelo antigo tratado, definimos uma perspectiva futura em nossa relação com o clã Macleanish. O mesmo é verdade em relação a todas as outras explicações e justificativas históricas associadas a nossa decisão. (RÜSEN in SCHMIDT; BARCA; MARTINS, 2011, p.56)

O autor complementa sobremaneira o supracitado:

A consciência histórica transforma os valores morais em totalidades temporais: tradições, conceitos de desenvolvimento ou outras formas de compreensão do tempo. Os valores e as experiências estão mediados e sintetizados em tais concepções de mudança temporal. [...] É assim que a consciência histórica de um membro contemporâneo do clã Maclean pode traduzir a ideia de moral pela qual os tratados são obrigatórios e devem ser cumpridos na forma concreta de um acordo presente, válido para além do tempo. A consciência histórica mistura "ser" e "dever" em uma narração significativa que refere acontecimentos passados com o objetivo de fazer inteligível o presente, e conferir uma perspectiva futura a essa atividade atual. Desta forma, a consciência histórica traz uma contribuição essencial à consciência ética moral. Os procedimentos criativos da consciência histórica são necessários para os valores morais e para a razão moral, como se a plausibilidade lógica dos valores morais (em relação à sua coerência, por exemplo), se não mais, em relação à própria plausibilidade, no sentido de que os valores devem ter relação aceitável com a realidade. (RÜSEN in SCHMIDT; BARCA; MARTINS, 2011, p.57)

No decorrer do estudo, Rösen exemplifica a questão prática da consciência histórica, no que se refere à direção temporal:

A orientação temporal da vida tem dois aspectos, um interno e outro externo. O aspecto externo da orientação por via da história revela a *dimensão temporal da vida prática*, descobrindo a temporalidade das circunstâncias incluídas na atividade humana. O aspecto interno da orientação por via da história revela a *dimensão temporal da subjetividade humana*, outorgando autocompreensão e conhecimento das características temporais dentro das quais aqueles tomam a forma de identidade histórica, ou seja, uma consistência constitutiva das dimensões temporais da personalidade humana. (RÜSEN in SCHMIDT; BARCA; MARTINS, 2011, p.58)

A reflexão sobre o passado, presente e futuro são conceitos imprescindíveis para qualquer reflexão histórica que se deseje empreender, visto a complexidade que isto demanda dentro de uma série de operações mentais que se manifestam através dos indivíduos e sociedades, dos mais simples aos mais complexos aspectos da vida humana, é neste sentido que:

Por meio da identidade histórica a personalidade humana expande sua extensão temporal, mais além dos limites do nascimento e da morte, mais além da mera mortalidade. Via esta consciência histórica, uma pessoa se faz parte de um todo

temporal mais extenso que em sua vida temporal. (RÜSEN in SCHMIDT; BARCA; MARTINS, 2011, p.58)

Em vista do supracitado, percebe-se que, quando se busca compreender historicamente a dinâmica de uma sociedade – como está se analisado no presente estudo – há uma série de fatores que estão envolvidos: os fatos, os códigos morais, a religiosidade, a cultura, a memória, a maneira como as mentalidades se refletem nos símbolos, obras, instituições e, fundamentalmente, partindo disto, como cada indivíduo expressa esse ser e estar na reflexão do passado para entender algo presente e também como forma de perspectivar o futuro. Desta forma, pode-se entender que

[...] o papel de um membro atual do clã Maclean pressupõe uma identidade familiar histórica que se pode rastrear em um antigo período de batalhas entre clãs pela concessão real de um território. Dando atualmente assistência a Ian Maclonish afirmamos esta identidade, que significa ser um Maclean com respeito ao futuro. Um exemplo mais familiar de tal "imortalidade temporal" (assim pode ser caracterizada a identidade histórica) é a identidade nacional. As nações frequentemente localizam suas fontes em um passado remoto e antigo, e projetam uma perspectiva de futuro ilimitado que engloba a própria afirmação e desenvolvimento nacional. (RÜSEN in SCHMIDT; BARCA; MARTINS, 2011, p.58)

Com base na abordagem acima, pode-se fazer uma reflexão de maneira mais plural sobre a questão de identidade histórica no local em que este estudo se propõe analisar, porém, há certa diferença em relação ao contexto europeu, onde a história do Castelo de Col se passa. Especificamente, no local sobre o qual o presente estudo se desenvolve ocorreu a ocupação e povoamento das terras via migração de luso-brasileiros, assim como imigração do elemento luso; posteriormente, na virada do século XIX para o XX, ocorre a imigração dos alemães e migração dos teuto-brasileiros. Tais migrações e imigrações buscaram denotar uma dinâmica um tanto europeia ao local, quer na cultura, religiosidade, economia e sociedade, porém, essa dinâmica é inevitavelmente mesclada com aspectos locais e regionais precedentes, cujas reminiscências são possíveis de serem encontradas, as peculiaridades históricas do Rio Grande do Sul por si só já remetem a isto.

Posteriormente, outras etnias contribuíram para engendrar uma diversidade étnica, porém, alguns aspectos histórico-sociais da influência alemã demonstraram-se mais acentuados na dinâmica social, principalmente durante o século XX. A questão a se refletir é a seguinte: De que forma é possível cada indivíduo se identificar – ou não –

em relação à formação de uma identidade local? É possível buscar fontes no passado histórico local como forma – no dizer ruseniano – de afirmação de uma perspectiva futura? Como cada estudante poderá protagonizar na história em meio às identidades com as quais contracenar? E, refletindo mais profundamente sobre as indagações supramencionadas: Como cada estudante, através de sua consciência histórica, pode engendrar uma narrativa que o leve ao conhecimento de si ou daquilo que busca ser no meio em que protagoniza?

Dada a importância da consciência histórica como forma de orientação no curso do tempo e, por conseguinte, o papel das narrativas históricas na função de engendrar e externar esta consciência através das formas de expressão e formação da identidade humana; cabe agora destacar a questão mais abrangente a influenciar a vida dos indivíduos. Trata-se de saber como as narrativas locais e/ou coletivas influenciam a formação da consciência histórica dos jovens e, como o narrar destes, a partir de suas interpretações, pode levá-los a diferentes caminhos na História. Até que ponto as narrativas individuais coincidem ou não com as narrativas coletivas? Entende-se então que há mais de um direcionamento para o ato de narrar: o narrar enviesado para passado coletivo que está engendrado por narrativas consolidadas e o narrar como parte deste passado, porém em um viés mais categórico de conhecimento que o indivíduo pode ter sobre si mesmo, de sua própria história.

Entra-se em um ponto de cruzamento: a análise do passado coletivo com o passado individual. Direciona-se agora, primeiramente para o passado coletivo. Quais aspectos demonstram-se mais acentuados na sociedade que se está analisando? Quais narrativas perpassam o decorrer das décadas? Como as consciências históricas se constituem? É possível que as narrativas locais influenciem a formação de consciências históricas?

Como este estudo tem como ponto de partida a análise do contexto histórico local, cabe refletir inicialmente sobre as narrativas que se produziram em meio à sociedade estudada, sejam elas geridas conforme o prisma da configuração social dos povos que formaram a referida comunidade, dos aspectos históricos, culturais, religiosos e econômicos; da influência da migração e imigração, dos escritos dos historiadores ou memorialistas, do posicionamento dos grupos religiosos e seus ritos e,

de forma geral, o desaguar de todos esses aspectos na formação do *modus vivendi* dessa população.

Neste viés, pode-se entender que as configurações supramencionadas são engendradas no bojo dessa sociedade devido às suas particularidades e multiplicidade de fatores que a constituem, porém, as que mais se demonstram enraizadas são as que possuem as narrativas mais “convincentes”, ou que convergem para um fim objetivado por e para tal maneira de organização dessa sociedade.

Cabe aqui enfeixar a questão de narrativas locais e/ou coletivas e entre estas o indivíduo que é abrangido pelas mesmas, recebe suas influências, porém possui sua trajetória, seus objetivos, para isso precisa ter presente os aspectos coletivos e pessoais e, ao mesmo tempo, a interação entre ambos. Parte-se destes pressupostos em direção àquilo que viabiliza o autoconhecimento e, por conseguinte, o protagonismo histórico via narrativa pessoal.

Para complementar os posicionamentos dos autores supracitados, quando se referem à narrativa e ao estudo da consciência histórica, se faz importante, como forma de sustentação, refletir sobre o posicionamento de Germinari, a fim de instigar a autoria e protagonismo histórico dos estudantes, no momento em que o autor destaca que

[...] o homem precisa agir intencionalmente para poder viver e que essa intencionalidade o define como um ser que precisa ir além das suas circunstâncias e condições dadas, isto é, o homem somente pode viver no mundo, na relação consigo mesmo, com os outros homens e com a natureza, se não tomar o mundo e a si mesmo como dados puros, mas interpretá-los de acordo com suas intenções. (GERMINARI, 2010, p.50).

Quando os estudantes têm uma maior compreensão sobre a formação de suas consciências históricas e das influências que recebem do meio onde vivem e passam a trabalhar o autoconhecimento a partir da reflexão, conseguem discernir entre o eu e o outro, buscando formas de protagonizar através de uma interação mais autônoma em seus referidos contextos. Sendo assim:

O autoconhecimento ocorre como um processo de formação e de libertação autocrítica, como uma “chance de reconhecimento do outro”. Nesse sentido, a formação histórica permite a compreensão da liberdade como a superação, por esses jovens, das coerções oriundas dos dados culturais prévios da memória histórica dominante. Assim, ao internalizar, por meio da empatia, a alteridade das experiências do passado antes desconhecida, os jovens situam a si mesmos na salutar multiplicidade dos modos de ser, sentir e viver dos

homens em muitos tempos e lugares, “expandindo seu horizonte de autocompreensão para a humanidade” fazendo, com isso, de sua consciência histórica a forma de pensamento mais profunda de si mesmos (RÜSEN, 2007 apud FRONZA, 2012, p.63).

A partir de então, deve-se considerar a relevância do uso de ferramentas de análise, comparação e contraposição, a fim perceber o que permanece de forma mais lúcida, categoricamente ressignificada na consciência histórica de cada indivíduo envolvido no estudo proposto e, o que permanece apenas como algumas reminiscências, sem maiores significados para o autoconhecimento e orientação de si no meio em que se está a protagonizar. Após auferir estes resultados, a escrita de si torna-se imprescindível para externalizar de maneira mais autônoma o despertar da consciência. Neste sentido:

A intenção do uso das narrativas autobiográficas é ultrapassar a prática metodológica eminentemente técnica e, não raro, cartesiana relacionada com os usos da História oral tradicional, especialmente no Brasil. A narrativa autobiográfica, registrada de forma escrita ou oral é, por sua natureza, obviamente subjetiva. Esta característica precisa ser reconhecida dialeticamente e não como complementar à pesquisa documental que caracteriza a história tradicional. As narrativas autobiográficas trazem a História para ser significada no presente e conduzem o sujeito em si para o contexto social de seu reconhecimento (CUNHA, 2019, p.95).

No viés da Educação Histórica, entende-se que a escola deve fazer sentido na vida dos estudantes, não se atendo unicamente a uma espécie de método na obtenção de resultados ou meramente reprodução de conteúdos sistemáticos, mas em algo significativo para o contexto em que os sujeitos estão inseridos.

Dentro destas perspectivas, busca-se trabalhar a História como algo que tenha uma relação significativa tanto para o sujeito quanto para a coletividade, provendo aos estudantes e demais pessoas envolvidas uma ampliação de seus conhecimentos. É preciso que o indivíduo possa se apropriar da História como parte integrante de sua realidade, desenvolvendo autoria, via análise de sua consciência histórica e da realização da escrita de si.

2.1. O indivíduo e a memória: uma reflexão filosófica.

Em vista dos referenciais deveras importantes até agora utilizados no presente capítulo, destaca-se que ainda há aspectos que precisam ser discutidos sobre a problemática estabelecida por este estudo. Há necessidade de se acrescentar algumas

observações no campo da memória e, conseqüentemente, da História. A partir de então, entende-se ser pertinente fazer algumas reflexões para tal empreitada, começando pelo que se entende por memória, na visão de Bergson

A memória do corpo, constituída pelo conjunto dos sistemas sensório-motores que o hábito organizou é, portanto, uma memória quase instantânea à qual a verdadeira memória do passado serve de base. Como elas não constituem duas coisas separadas, como a primeira não é, dizíamos, senão a ponta móvel inserida pela segunda no plano movente da experiência, é natural que essas duas funções prestem-se um mútuo apoio. Por um lado, com efeito, a memória do passado apresenta aos mecanismos sensório-motores todas as lembranças capazes de orientá-los em sua tarefa e de dirigir a reação motora no sentido sugerido pelas lições da experiência: nisto consistem precisamente as associações por contiguidade e por similitude. Mas, por outro lado, os aparelhos sensório-motores fornecem às lembranças impotentes, ou seja, inconscientes, o meio de se incorporarem, de se materializarem, enfim, de se tornarem presentes. Para que uma lembrança reapareça à consciência, é preciso com efeito que ela desça das alturas da memória pura até o ponto preciso onde se realiza a ação. Em outras palavras, é do presente que parte o apelo ao qual a lembrança responde, e é dos elementos sensório-motores da ação presente que a lembrança retira o calor que lhe confere vida. (BERGSON, 1999, p.178-179).

Ao direcionar a reflexão ao campo da memória e da História, temas caros e inseparáveis neste estudo, é preciso estar atento à complexidade de fatores que circundam o indivíduo e seu contexto, há profundidades que ainda precisam ser exploradas no que concerne ao narrar. Indivíduo e coletividade, eis a questão; o que ambos narram? Como são narrados? Ao se lançar um olhar de modo mais abrangente, percebe-se que há algumas formas mais usuais de narrar indivíduos e coletividades: a partir da “história-historiografia” ou através do que se pode chamar “memória coletiva”, ambas externadas por seus historiadores, memorialistas, entusiastas, religiosos, propagandistas e afins.

Nesse ínterim, se encontra o indivíduo – e sua memória – que desde a mais tenra idade é envolvido por aspectos culturais, sociais, simbólicos, religiosos e as narrativas coletivas que o circundam, já possuindo aquele, parte de sua constituição histórica, muito antes de ter a capacidade de narrar a si mesmo; depois, quando o indivíduo passa a ter esse “poder” – o de narrar – ainda pode narrar ou narra-se, porém, sempre lhe espregueia a possibilidade de estar influenciado, preponderantemente, pela constituição do meio em que está inserido.

Quando o indivíduo evoca sua história, é possível que recorra a todos os arcabouços que até então lhe constituem de maneira mais objetiva, costumeira, superficial ou busca os estudos históricos sobre sua nação, região e, de suas próprias

origens, partindo do sentido macro para o mais particular. Iniciativas estas, que tomadas, tornam-se não pouco importantes, porém significativas apenas parcialmente; caso objetive ir além de aspectos sensíveis ou objetivos do mundo que o cerca, o indivíduo terá de recorrer a uma série de indagações mais profundas sobre si mesmo, relacionando-as, comparando-as e, fundamentalmente, contrapondo-as no contexto em que se insere. Neste sentido, a memória demonstra-se imprescindível:

A memória, praticamente inseparável da percepção, intercala o passado no presente, condensa também, numa intuição única, momentos múltiplos de duração, e assim, por sua dupla operação, faz com que de fato percebamos a matéria em nós, enquanto de direito a percebemos nela [...]. Se a memória é o que comunica sobretudo à percepção seu caráter subjetivo, eliminar sua contribuição, dizíamos, deverá ser o primeiro passo da filosofia da matéria. Acrescentaremos agora: uma vez que a percepção pura nos dá o todo ou ao menos o essencial da matéria, uma vez que o restante vem da memória e se acrescenta à matéria, é preciso que a memória seja, em princípio, um poder absoluto independentemente da matéria. (BERGSON, 1999, p. 77).

Ainda no que tange à memória, Bergson discorre sobre as “memórias”, quando destaca a importância da harmonia que precisa haver entre as duas memórias, as quais o autor nomeou “memória do corpo” e “memória verdadeira”. Bergson assim argumenta:

Não é pela firmeza desse acordo, pela precisão com que essas duas memórias complementares se inserem uma na outra, que reconhecemos os espíritos "bem equilibrados", isto é, os homens perfeitamente adaptados à vida? O que caracteriza o homem de ação é a prontidão com que convoca em auxílio de uma situação dada todas as lembranças a ela relacionadas; mas é também a barreira insuperável que encontram nele, ao se apresentarem ao limiar da consciência, as lembranças inúteis ou indiferentes. Viver no presente puro, responder a uma excitação através de uma reação imediata que a prolonga, é próprio de um animal inferior: o homem que procede assim é um impulsivo. Mas não está melhor adaptado à ação aquele que vive no passado por mero prazer, e no qual as lembranças emergem à luz da consciência sem proveito para a situação atual: este não é mais um impulsivo, mas um sonhador. Entre esses dois extremos situa-se a favorável disposição de uma memória bastante dócil para seguir com precisão os contornos da situação presente, mas bastante enérgica para resistir a qualquer outro apelo. O bom senso, ou senso prático, não é na verdade outra coisa. (BERGSON, 1999, p.179).

Independentemente se for levado em conta ou não os fatores supramencionados, ter-se-á de qualquer forma as memórias, distribuídas, espalhadas, reunidas pelas narrativas coletivas, pelos memorialistas ou organizadas pela história-historiografia e suas correntes de pensamentos, elas desempenharão suas funções de representar,

registrar, organizar, argumentar sobre os acontecimentos; participe ou não cada indivíduo de suas elaborações mais categóricas ou simplesmente corriqueiras.

Então, parte-se da análise da memória e como esta se manifesta na História, a fim de que se possa convergir para a história narrada a partir da trajetória individual, que lança o olhar para fora de si, percebe todo arcabouço coletivo, repleto de narrativas, ritos, símbolos, obras e tradições para voltar o olhar para dentro: o narrar a si mesmo e pensar mais profundamente enquanto sujeito histórico. Ao se refletir tais aspectos sobre o indivíduo e o narrar a si mesmo, convém entender que

A inteligência, por intermédio da ciência que é obra sua, franquear-nos-á cada vez mais completamente o segredo das operações físicas; da vida, ela só nos traz e, aliás, só pretende nos trazer uma tradução em termos de inércia [...]. Mas é para o interior mesmo da vida que nos conduziria a *intuição*, isto é, o instinto tornado desinteressado, consciente de si mesmo, capaz de refletir sobre seu objeto e de ampliá-lo indefinidamente. [...] a intuição poderá nos fazer apreender o que os dados da inteligência têm aqui de insuficiente e nos deixar entrever o meio de completá-los. De um lado, com efeito, irá utilizar o próprio mecanismo da inteligência para mostrar como os quadros intelectuais não encontram mais aqui sua aplicação exata e, de outro, por seu trabalho próprio, irá nos sugerir ao menos o vago sentimento daquilo que se deveria pôr no lugar dos quadros intelectuais (BERGSON, 2005, p.191,192).

Uma vez que o indivíduo esteja dentro de contextos sociais, de coletividades, está representado no âmbito da História, mesmo que em fragmentos, pela configuração da realidade da qual faz parte, logo, é evidente que ele não fique totalmente isento, nem mesmo de fora; o que muda é a maneira como ele percebe ou não sua inserção nessa história e, como, através da intuição, pode entender-se como protagonista e protagonizar, por isto

Se existe um meio de possuir uma realidade absolutamente, ao invés de conhecê-la relativamente, de se colocar nela ao invés de adotar pontos de vista sobre ela, de ter uma intuição dela ao invés de fazer sua análise, enfim, de apreendê-la fora de toda expressão, tradução ou representação simbólica, a metafísica é exatamente isso. *A metafísica é portanto a ciência que pretende passar-se de símbolos*. Há pelo menos uma realidade que todos nós apreendemos por dentro, por intuição e não por mera análise. É nossa própria pessoa em seu escoamento através do tempo. É nosso eu que dura. Podemos não simpatizar intelectualmente, ou antes, espiritualmente, com nenhuma outra coisa. Mas certamente simpatizamos com nós mesmos. (BERGSON, 2006, p. 188).

É em um sentido filosófico e um tanto metafísico que se imerge nesta discussão para posteriormente emergir de volta ao que se pode chamar de mundo sensível, com

seu arcabouço de símbolos, narrativas, contextos históricos e afins, entre os quais o indivíduo precisa interagir; o mesmo não tem o poder de transformar radicalmente o seu entorno da maneira que lhe convier, mas

Temos de buscar nossa circunstância, tal qual ela é, precisamente no que tem de limitação, de peculiaridade: o exato lugar na perspectiva do mundo; não nos determos perpetuamente em êxtase frente aos valores hieráticos, mas sim conquistar para nossa vida individual o posto oportuno entre eles. Em suma: a reabsorção das circunstâncias é o destino concreto do homem. (ORTEGA Y GASSET, 2019, p.31)

Neste sentido, não se procura destacar a noção de protagonismo histórico entendido unicamente como a realização de “grandes feitos” ou lutas por “grandes valores”, ou apenas “conquista de poder”, mas perceber a profundidade de outros valores para os quais os seres humanos muitas vezes costumam esquecer, isto leva a refletir como a escrita de si pode significar muito, ao registrar e fomentar a reflexão de quem a faz e, possivelmente, servir de documento histórico para complementar ainda mais o conhecimento sobre indivíduos e sociedades, forma-se então o elo: memória e história.

O narrar a si mesmo é inserir-se na história ativamente, é escrever sobre os aspectos fundamentais da existência. Estar na história é, fundamentalmente, posicionar-se nela, dizer quem é, de onde vem, para onde quer ir. Não se trata de um narrar que beira o “romantismo”, mas de algo filosoficamente pertinaz, não são os grandes acontecimentos que formam a base das sociedades, sejam quais forem as benesses ou abalos causados pelos mesmos; a base da vida humana são os alicerces que os indivíduos calcam no “solo” dia após dia, dos quais os “grandes eventos” são apenas as erupções daqueles.

O reconhecimento de si no contexto do qual se faz parte é imprescindível, é a superação de fatores externos, os quais muitas vezes não se tem o poder de mudar, que faz os indivíduos protagonistas de si mesmos e, por conseguinte, protagonistas no meio em que se inserem; causa primeiramente analisada dentro do conhecimento que cada um tem do seu próprio ser, que não está sozinho, mas em meio a uma constelação de seres.

Em suma, busca-se fazer algumas colocações sobre a abordagem histórica e, de que forma o que se tem como memória dos indivíduos ou coletividades pode estar sendo representado. O foco aqui, ao utilizar-se de análises filosóficas ou até metafísicas

não refere-se a uma crítica há “edifícios conceituais” enraizados nas trajetórias dos indivíduos, mas sim ao que falta para ampliar ainda mais suas ações. É uma forma de concatenar os sentidos da experiência humana via escrita de si, pois, “quem olha para fora sonha, quem olha para dentro desperta” (JUNG 2015, p.33). Tendo em vista que “todo sujeito nasce na história e cresce nela” – expressão utilizada por Rüsen (2010, p.107) – não há mais a possibilidade de estar fora dela, mas narrar o ser e estar na mesma a partir de si ou ser talvez apenas narrado, são coisas um tanto diferentes. O indivíduo pode dançar conforme a música, mas também pode escrever suas próprias letras e criar suas melodias.

2.2. Aprendizagem histórica e identidade

A partir do que foi anteriormente refletido, cabe aqui fazer algumas abordagens sobre o tema aprendizagem histórica, relacionando-o com os objetivos para os quais este estudo se propõe, assim como, adentrar nos conceitos referentes à didática da história. Importantes estudos foram desenvolvidos sobre estes temas que se complementam entre si; pois convergem para o que se chama Educação Histórica. Neste viés, há contribuições significativas para as temáticas supracitadas:

A aprendizagem histórica pode se explicar como um processo de mudança estrutural na consciência histórica. A aprendizagem histórica implica mais que um simples adquirir de conhecimento do passado e da expansão do mesmo. Visto como um processo pelo qual as competências são adquiridas progressivamente, emerge como um processo de mudança de formas estruturais pelas quais tratamos e utilizamos a experiência e conhecimento da realidade passada, passando de formas tradicionais de pensamento aos modos genéticos (RÜSEN in SCHMIDT; BARCA; MARTINS, 2011, p.51).

Como um dos objetivos centrais deste estudo é a investigação sobre os impactos das narrativas locais na formação da consciência histórica dos estudantes e, por conseguinte, a autoanálise dos mesmos no contexto em que estão inseridos, via utilização de ferramentas didáticas de análise, reflexão e contraposição; uma importante abordagem sobre a temática didática da história se faz necessária, essencialmente no que tange ao conhecimento e fundamento de relacionar a História à vida prática e à identidade humana:

A didática da história está recuperando a posição que tinha ocupado quando do início da história como uma disciplina profissional, isto é, cumprindo um papel central no processo de reflexão na atividade dos historiadores. A disciplina da história não pode mais ser considerada uma atividade divorciada das

necessidades da vida prática. [...] através da análise das operações da consciência histórica e das funções que ela cumpre, isto é, pela orientação da vida através da estrutura do tempo, a didática da história pode trazer novos insights para o papel do conhecimento histórico e seu crescimento na vida prática. Nós podemos aprender que a consciência histórica pode exercer um papel importante naquelas operações mentais que dão forma à identidade humana, capacitando os seres humanos, por meio da comunicação com os outros, a preservarem a si mesmos. Focando essa questão de identidade histórica, a didática da história enfatiza um elemento crucial na estrutura interna do pensamento e da argumentação histórica, bem como suas funções na vida humana. Se nós pudermos considerar a educação histórica como um processo intencional e organizado de formação de identidade que rememora o passado para poder entender o presente e antecipar o futuro, então a didática da história não pode ser posta de lado como sendo alheia ao que diz respeito aos historiadores profissionais. Agora eles têm de considerar e explicar sua própria pesquisa histórica como parte desse processo crucial de formação de identidade. (RÜSEN in SCHMIDT; BARCA; MARTINS, 2011, 38)

Dentro das perspectivas que se espera deste estudo, convém enfatizar a História não como algo que vai ao encontro dos seres humanos para que eles possam apenas conhecê-la, mas interajam junto a ela, dialogar; para que isto ocorra, o meio possível para tal realização está na escola, essencialmente na capacidade dos docentes em concatenar e viabilizar os meios necessários. Há então uma questão a ser observada quanto ao fato de apenas ensinar História ou possibilitar aos estudantes aprenderem História, este último se refere ao colocar a mesma na vida prática, protagonizar. Cabe reforçar estes conceitos com a abordagem de Rösen,

Metodologicamente, a didática da história pode usar métodos estabelecidos da psicologia e sociologia e reestruturá-los de acordo com a peculiaridade da consciência histórica. Com respeito às reflexões sobre o processo específico sobre ensino e aprendizagem em sala de aula, a didática da história pode escolher os elementos da pedagogia pertinentes à peculiaridade da consciência histórica [...]. Assim também, no campo da vida pública, o foco sobre a experiência de aprendizado deve conduzir a um programa coerente de pesquisa e explanação. Finalmente, com respeito ao processo real de instrução histórica nas escolas, a ênfase sobre o aprendizado de história pode reanimar o ensino e o aprendizado de história ressaltando o fato de que a história é uma matéria de experiência e interpretação. Assim concebida, a didática da história ou ciência do aprendizado histórico pode demonstrar ao historiador profissional as conexões internas entre história, vida prática e aprendizado. Isto, mais do que qualquer coisa, pode dar um novo significado à frase *historia vitae magistra*. (RÜSEN in SCHMIDT; BARCA; MARTINS, 2011, p. 40)

Ao direcionar a reflexão para a função da escola e, fundamentalmente, da História, se objetiva ir ao encontro do que aqui se propõe, buscando naquelas, peças fundamentais para o edifício histórico de cada um: autoconhecimento, a escrita de si. Para isto, é importante trazer reflexões que confluem com o que se está propugnando:

A apropriação da história ‘objetiva’ pelo aprendizado histórico é, pois, uma flexibilização (narrativa) das condições temporais das circunstâncias presentes da vida. Seu ponto de partida são as histórias que integram culturalmente a própria realidade social dessas circunstâncias. O sujeito não se constituiria somente se aprendesse a história objetiva. Ele nem precisa disso, pois já está constituído nela previamente (concretamente: todo sujeito nasce na história e cresce nela). O que precisa é assenhorear-se de si a partir dela. Ele necessita, por uma apropriação mais ou menos consciente dessa história, construir sua subjetividade e torná-la a forma de sua identidade histórica. Em outras palavras: precisa aprendê-la, ou seja, aprender a si mesmo. (RÜSEN, 2010, p. 107)

A importância de se estabelecer um elo entre História e educação é fundamental. No que concerne ao estudante, cabe ao mesmo tirar o proveito máximo das oportunidades educacionais, estabelecendo significado em sua trajetória como agente histórico atuante no meio em que vive; por outro lado, inspirar, instigar e concatenar os conhecimentos representam funções precípuas do professor, de forma a atribuir um sentido ao “ir à escola”; mostrando aos estudantes a possibilidade de agirem como protagonistas.

CAPÍTULO III

NARRATIVAS LOCAIS E A ESCRITA DE SI

Este capítulo tem por objetivo explorar e demonstrar as possibilidades, no Ensino de História, de desenvolver atividades reflexivas sobre narrativas, como elas são construídas e como impactam diretamente a vida dos seres humanos. Tal objetivo não está isolado, mas atua sinergicamente com outro para formar a zênite deste estudo, a narrativa autobiográfica, um tema que converge para o autoconhecimento do indivíduo e sua finalidade como ser social. Como isto é possível? Poderia este estudo discutir apenas sobre as narrativas coletivas produzidas no local onde cada indivíduo habita? Sim, isto já seria assunto suficiente para uma considerável discussão. Porém, a narrativa autobiográfica, pelos menos na análise aqui empreendida, não seria desejável de se trabalhar isolada. Convém que, uma abordagem sobre narrativas autobiográficas, seja precedida pela análise das narrativas locais e seus impactos na constituição histórico-social dos indivíduos.

Uma narrativa autobiográfica refere-se à trajetória histórica de cada um, não apenas como passado acabado, mas como um objetivo futuro, escrever sobre aquilo que se é; também é o desejo daquilo que se quer ser: lido, representado, compreendido, reconhecido por seus passos históricos. Escrever sobre si é mais do que apenas narrar fatos e acontecimentos elencados, mas envolvê-los em uma trama existencial, uma causa que se quer propagar ou pelo menos enfatizar. As narrativas autobiográficas, assim como as narrativas coletivas, sempre se encontram em pontos de cruzamento, no diálogo entre o eu e o outro; mas depois, distanciam-se – ou pelo menos deveriam – via observação individual que cada um faz para ver o lugar que ocupa no mundo.

No ínterim, acima descrito, o indivíduo quase sempre está sujeito a um “convencimento” indireto por parte das narrativas coletivas que o circundam, podendo utilizar-se delas como se fossem suas, quando na realidade apenas está reproduzindo narrativas que foram justamente criadas para tal fim, o de convencer. Portanto, se as narrativas buscam precipuamente convencer, obviamente, buscam replicar-se. Até que ponto aquilo que o indivíduo entende como sendo seu está coadunado sobremaneira com a replicação de outras narrativas: a narrativa da terra prometida, do progresso, da política, dessa ou daquela crença. Há muito que aprender sobre narrativas, pois elas

podem determinar as escolhas dos indivíduos, quer por sua educação, cultura, crenças ou princípios. Para isto, usar-se-á aqui exemplos específicos do que pode ser explorado em sala de aula sobre narrativas e seus desdobramentos, como forma de reflexão e elucidação dessa prática didática para o Ensino de História.

Sequência Didática 01

Narrativas, personagens e contextos históricos

Esta sequência didática faz reflexões sobre narrativas, utilizando-se de textos que contribuem para o conhecimento das mesmas em seus desdobramentos, assim como realização de atividades que confluem para o desenvolvimento da temática proposta. Primeiramente se aborda o poder de convencimento sobre o outro; após isto, o poder de ainda convencer o outro, mas, fundamentalmente, a narrativa que cada indivíduo usará para justificar as próprias decisões.

Objetivos

- Elucidar o que são narrativas, através de ferramentas pedagógicas (textos, atividades, reflexões, discussões, produções textuais) que possibilitem ao estudante perceber os usos das narrativas e seus possíveis impactos no cotidiano de cada indivíduo abrangido por elas;
- Desenvolver atividades que forneçam subsídios para reflexão sobre a narrativa coletiva e a narrativa pessoal, promovendo o diálogo entre ambas.

IMPORTANTE:

- Nos boxes textuais, nominados “Orientações de Aplicabilidade”, constam orientações direcionadas especificamente para os (as) professores (as), no que se refere à maneira que poderão conduzir as atividades com os estudantes.

Número de aulas desta sequência didática: 03 aulas

Duração de cada aula: 1 h 50 minutos

AULA 01

Primeiro Momento

ORIENTAÇÕES DE APLICABILIDADE.

- Texto 01: “**Escrever histórias para convencer os outros: memórias, diários e cartas de imigrantes.** (CUNHA, 2018, p. 237, 238)”. Ler o trecho do texto para os estudantes e enfatizar que o mesmo faz um relato histórico muito importante, “ocorrido” no Rio Grande do Sul. De início, não informar o título aos estudantes.
- Após a leitura do texto, solicitar aos estudantes que respondam as perguntas 01,02,03 e compartilhem suas respostas com os colegas e professor.



Texto 01

– No final de semana passado, estimulado pelas informações de uma amiga e colega antropóloga reconhecida internacionalmente, decidi participar de uma das (provavelmente) últimas colheitas de sagu que ainda acontece em três lugares remotos do Rio Grande do Sul. Por recomendação dela, que em uma de nossas conversas havia me alertado sobre o desaparecimento deste tipo de agricultura, decidi conhecer e participar desta experiência comunitária pouco conhecida. Saí cedo de casa no último sábado e fui de carro até a comunidade de Walachai, um dos povoados do município de Morro Reuter, aqui no Rio Grande do Sul. Segundo a tradição local as primeiras sementes de sagu, cujo nome científico é *Semen Sago Orientales* – o que indica sua origem possivelmente asiática –, foram trazidas pelos imigrantes germânicos que chegaram à localidade em meados da primeira metade do século XIX. Provavelmente por seu fundador proveniente de Echternach, em Luxemburgo. Os descendentes de imigrantes alemães de Walachai não são os únicos que ainda cultivam sagu. Segunda minha colega da universidade, há mais duas comunidades que o cultivam, uma no interior de Vacaria e outra em um dos distritos de Nova Prata, todos aqui do nosso Estado. Quando cheguei, a cerimônia que antecede a colheita, que dura no máximo dois ou três dias, já havia começado. Estavam todos com roupas claras, homens, mulheres, jovens e até algumas crianças, com as cabeças cobertas com chapéus, bonés e várias mulheres usando lenços. Todos carregando cestos forrados com tecidos, dos quais pendiam luvas cirúrgicas. Cheguei no meio do discurso de uma das lideranças locais, que lembrava com lágrimas nos olhos e voz embargada que era preciso resistir. E que, ainda que o sagu natural de Walachai não conseguisse concorrer com os preços do sagu de fécula de mandioca que monopoliza o mercado, tratava-se de uma tradição a ser mantida. Para que nunca nenhum dos habitantes do lugar esquecesse quem era, esquecendo a história de sua família e de sua comunidade. Depois do discurso, ouvimos todos ainda algumas recomendações de um técnico agrícola, aposentado da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER, e partimos para a lavoura de sagu da comunidade para iniciarmos a colheita. A única lavoura de sagu de Walachai fica em uma área de cerca de dois hectares de propriedade coletiva comunitária, nos fundos do prédio da nova igreja católica do lugar. Um terreno inclinado e com boa drenagem. A visão do lugar me remeteu à memória das imagens de um dos filmes de Akira Kurosawa, a luz do sol iluminava a encosta coberta de arbustos cujos frutos maduros mostravam os minúsculos grãos brancos do sagu natural. Começamos a colheita. Os pequenos grãos de sagu foram sendo colhidos cuidadosamente e sendo depositados em grandes balaios artesanais forrados de material plástico. Lamentavelmente a produção de sagu de Walachai não chega ao mercado e é consumido apenas pelos membros da comunidade. Uma experiência que para mim será

inesquecível. Um patrimônio de nossa cultura regional, ameaçado contundentemente de desaparecimento. Segunda minha colega antropóloga, nem o Ministério da Cultura tem demonstrado interesse em financiar projetos que divulguem essa agricultura comunitária pouco conhecida, o que com certeza contribui para que em poucos anos ela desapareça e com ela uma das expressões culturais de nosso Estado. (CUNHA, 2018, p. 237, 238)

ATIVIDADE 01

- a) Você já conhecia essa história, ou ela é novidade para você? Ela te causou algum impacto? Faça um comentário.
- b) Se tivesse que externar seu sentimento sobre a história usando uma palavra, qual seria ela?
- c) Esta história despertou alguma curiosidade em você? Qual foi?

Segundo Momento

ORIENTAÇÕES DE APLICABILIDADE.

- Ler a próxima parte do texto, onde o autor relata que a história se trata de uma mentira;
- Solicitar aos estudantes que respondam as perguntas 01 e 02 e compartilhem com os (as) colegas e professor (a)



Texto 01 – Continuação (Relato do autor sobre a veracidade da história contada).

Importante salientar, aqui, que o relato acima reproduzido é uma ficção. Uma mentira, ainda que interessante ou logicamente construída. Diante disso, algumas questões se apresentam: – por que os ouvintes acreditaram? Por que alguns inclusive duvidaram da minha sinceridade quando informei que se tratava de uma mentira, cujo relato tinha a função de levar a uma reflexão sobre a importância da construção convincente de um texto científico? Acreditaram na mentira e não acreditaram na minha sinceridade! (CUNHA, 2018, p. 238)

ATIVIDADE 01

- a) Por quais motivos você acreditou na história?
- b) Houve alguém que não acreditou? O texto demonstra alguma falha na narrativa? Qual?

ATIVIDADE 02 - Reflexão**ORIENTAÇÕES DE APLICABILIDADE**

- O objetivo desta atividade é o de que o estudante possa elencar uma narrativa na qual ele se identifica e de que forma ela impacta sua vida; assim como refletir sobre a possibilidade de a mesma ter sido algo intencionalmente bem arquitetado;
- Para o objetivo supracitado, solicitar ao estudante que responda a pergunta 01 e 02 e compartilhe com a turma e o (a) professor (a).

ATENÇÃO!!!



- O foco da indagação feita na questão 02 não é induzir o estudante a mudar de ideia sobre algo que acredita ou defenda. O objetivo em si é levá-lo a refletir sobre a narrativa na qual se orienta e busca conduzir sua vida. Sendo assim, a reflexão busca levá-lo a posicionar-se de maneira mais categórica e reflexiva, ao invés de apenas reproduzir concepções. Esta dinâmica também busca auxiliar posteriormente o estudante na realização da escrita de si de maneira mais categórica.

**ATIVIDADES**

- 1) Destaque uma narrativa (histórica, ancestral, intelectual, religiosa, filosófica, entre outras) que serve como forma de orientação/motivação para sua vida. Descreva a narrativa e compartilhe com os (as) colegas e professor (a).
- 2) É possível que a narrativa por você elencada traduza a “realidade” ou seja apenas uma construção linguística bem arquitetada, como a história anteriormente narrada no texto 01? Justifique sua resposta através de uma argumentação e compartilhe com os (as) colegas e professor (a).

AULAS 02, 03**ORIENTAÇÕES DE APLICABILIDADE**

- Fazer a leitura da história do Castelo de Col (texto 02) para os estudantes, em seguida, fazer a leitura do trecho em que o autor argumenta sobre a utilização da história narrada para demonstrar a natureza da competência narrativa em suas diversas formas, assim como a importância da competência para a consciência moral. As reflexões feitas a partir da análise textual servem também para que o estudante reflita sobre a questão do decidir e, a partir disto, a narrativa que usará de acordo com a decisão tomada.
- Após a leitura do texto, desenvolver a atividade 01 (a).
- A atividade 02 (a, b, c, d) deverá ser iniciada ainda na aula (02), podendo ser concluída na aula 03, sem perder de vista que se trata da mesma linha de raciocínio.
- A atividade 02 (a)
- A atividade 02 (b) deve levar o aluno a refletir sobre grupos sociais do passado local - narrados anteriormente na história fictícia (a) - projetando-os em uma perspectiva atual através do desencadeamento dos fatos históricos ligados entre passado e presente,
- Na atividade 02 (c) deverá instigar o estudante a refletir se o mesmo se enxerga ou não na narrativa (b) que criou. Ou seja, é uma análise coletiva enviesada para o conhecimento que busca ter de si na História, no meio em que está inserido, ou alguma maneira de procurar se colocar como protagonista de uma narrativa.
- Com base na história narrada na atividade (b), cada estudante deverá propor a outro (a) colega a incumbência de tomar a decisão que considera mais adequada entre as opções apresentadas para a situação, justificando-a. As decisões tomadas e justificadas através de narrativas por parte dos estudantes podem tensioná-los a posicionar-se de acordo com aspectos pessoais, culturais; traços de personalidade, pontos de vistas, possibilitando conseqüentemente o exercício de autoria.

AULA 02



Texto 02

O antigo Castelo de Col se encontra nas terras altas da Escócia. É a antiga residência dos chefes do clã Maclean e está ainda em posse de um membro da família, que vive no castelo. Em cima da muralha existe uma pedra gravada com a seguinte inscrição: "Se algum homem do clã Maclonish aparecer perante este castelo, mesmo que venha à meia-noite, com a cabeça de um homem em sua mão, encontrará aqui segurança e proteção contra tudo". O texto é de um antigo tratado celebrado em Highlands em uma ocasião memorável. Em um passado distante, um dos antepassados Maclean obteve do rei da Escócia uma concessão de terras que pertenciam a outro clã, mas que as perdeu por haver ofendido ao rei. Maclean, acompanhado por sua esposa, avançou com uma força armada de homem para tomar posse de suas novas terras. No confronto e batalha com o outro clã, Maclean foi derrotado e perdeu sua vida, no entanto sua esposa, grávida, caiu nas mãos dos vencedores. O chefe do clã vitorioso transferiu para a família Maclonish a guarda da grávida, Lady Maclean, com uma condição específica: se a criança nascida fosse um varão, deveria morrer imediatamente, se fosse uma menina, lhe seria permitido viver. A esposa Maclonish, que também estava grávida, deu a luz a uma menina quase ao mesmo tempo em que Lady Maclean deu a luz a um menino. Elas então trocaram as crianças. O jovem Maclean, havendo sobrevivido a esta armadilha da sentença de morte que sobre ele pesava antes de nascer, recuperou com o tempo seu patrimônio original. Em agradecimento ao clã Maclonish determinou então seu castelo como um lugar de refúgio para qualquer membro daquela família que se encontrasse em perigo. Esta narração se encontra no livro *Journeu to the Western Islands of Scotland*, de Samuel Jonson, publicado pela primeira vez em 1775. (RÜSEN in SCHMIDT; BARCA; MARTINS, 2011, p.51,52)

O texto acima utilizado por Rösen (2011) é seguido posteriormente por sua argumentação em relação à história narrada e seus possíveis desdobramentos:



Minha intenção, com o presente trabalho, é utilizar esta história para demonstrar a natureza da competência narrativa e suas diversas formas, e a importância da competência para a consciência moral. Para aproximarmos de uma maneira mais concreta, permita-se imaginar esta narração dentro de uma situação real onde se desafiam os valores morais, e onde seu uso e legitimação requerem argumentos embasados historicamente. Imagine que você é um membro do clã Maclean e vive atualmente no castelo de um ancestral. Uma noite escura, um membro do clã Maclonish – permita-nos chamá-lo de Ian – bate a sua porta pedindo ajuda. Conta que a polícia o está seguindo em razão de um crime de cuja autoria o acusa. Como raciocinaria você? O ajudaria a esconder-se da polícia ou decidiria por alguma outra ação? Imagine que logo seja necessário explicar a um amigo o que está acontecendo; e este amigo, que você encontra por acaso, não conhece a narração do clã. Não importa que atitude tome a respeito de Ian Maclonish, você será obrigado a contar-lhe o relato dos bebês trocados, para fazer-se convincente (e assim interpretada) a situação em que você se encontra e a decisão que deve tomar. Sua narração da lenda do clã provavelmente será diferente dependendo da natureza de sua decisão. Além do mais, sua decisão original depende de sua própria interpretação da antiga lenda do clã em relação às crianças trocadas. Assinalo, portanto, a existência de quatro possibilidades para tal interpretação. 1. Pode esconder Ian Maclonish porque sente que é obrigação de sua parte honrar o antigo acordo de Highlands. Neste caso, dirá a seu amigo que você – como um Maclean – se sente obrigado a ajudar a Ian porque considera vigente a antiga narração e então existem ainda laços entre os clãs. Você passa a relatar a lenda

dos bebês trocados com a intenção de esconder da polícia Ian Maclonish, para manter o antigo tratado do clã, renovando e continuando, dessa forma, a importância da relação entre os grupos. 2. Pode esconder Ian Maclonish, motivado por múltiplas razões. Assim, pode dizer que ajudou a Ian porque no passado um Maclonish uma vez ajudou a um membro do clã Maclean, e agora você se sente obrigado a retribuir, com base no princípio da reciprocidade de favores. Ou pode dizer que o ajuda para cumprir a obrigação de um tratado entre os clãs: porque os acordos devem ser mantidos como tais, ou seja, estão unidos pelo tratado. Logo conta a lenda concluindo com a observação de que a ajuda mútua ou a manutenção de um tratado entre os clãs é, para você, um guia e um princípio moral, como já foi provado quando o bebê foi salvo. 3. Pode negar-se a esconder Ian Maclonish. Então, primeiramente tem que explicar o pedido de auxílio para aquele, narrando o conto dos bebês e a pedra com a inscrição. Mas comenta a história afirmando que não acredita, que é meramente um "mito" ou uma "lenda" desprovida de qualquer evidência e validade comprometedora, o que não o obriga moralmente de nenhuma maneira. Também pode argumentar que desde a introdução do direito inglês moderno, aqueles antigos tratados teriam perdido a validade que uma vez tiveram e agora são letra morta. Neste caso, você apresenta uma série de argumentos histórico-críticos para se desculpar da obrigação de manter o antigo pacto. Portanto, argumenta historicamente para romper qualquer laço de união entre você e o clã Maclonish, o qual pode ter sido válido e obrigatório no passado. 4. Pode se decidir a convencer Ian Maclonish de que é inútil se esconder da polícia e que seria melhor se entregar às autoridades. Você, por sua vez, se compromete a fazer de tudo para ajudá-lo, por exemplo, contratando o melhor advogado disponível. Neste caso, você narra o conto às crianças, mas o circunscreve agregando o seguinte argumento: o sistema legal se transformou muito desde o direito do clã da era pré-moderna até a época moderna. Você ainda se sente obrigado a ajudar alguém do clã Maclonish, mas deseja fazê-lo baseado em considerações modernas e não como prescrevia o antigo pacto. (RÜSEN in SCHMIDT; BARCA; MARTINS, 2011, p.52,53,54)

ATIVIDADE 1

De acordo com o texto e proposição do autor responda:

- a) Qual das quatro decisões você tomaria se fosse o morador do Castelo de Col, descrito na história? Comente a sua escolha de forma a esclarecer quais são os princípios ou convicções que te orientam.

ATIVIDADE 2

- a) **História local:** Escreva uma história fictícia de forma convincente, mas com elementos do contexto histórico local, usando-se de aspectos da cidade (grupos sociais, instituições, símbolos, locais públicos, entre outros) sobre algo que teria acontecido no passado, que representasse um valor, uma identidade local, ou até algo dramático ou misterioso, que teria sido contado de geração em geração ou por outros meios. Conte a história para os (as) colegas e professor (a).

- **Observação:** a atividade acima trata especificamente da construção de uma história fictícia, com intuito de desenvolver habilidades em escritas narrativas, usando-se de aspectos do município conhecidos e/ou pesquisados pelos discentes. Portanto, não se refere a pessoas reais ou até mesmo cidadãos que viveram no passado ou vivem na contemporaneidade. Lembrando que narrativas ficcionais não são a mesma coisa que narrativas historiográficas ou memorialísticas.

AULA 03

- Construção da narrativa:** Escreva uma história fictícia que expresse algo que tenha relação com a realidade atual local e que envolva de alguma forma a história fictícia anteriormente escrita (a). Sobre as histórias escritas, narre uma determinada situação em que um problema iniciado no passado e que se refletisse no presente precisasse ser resolvido, sendo necessária a tomada de uma decisão. Após isto, construa uma narrativa que justifique a decisão tomada. Conte a história para os (as) colegas e professor (a) e descreva sobre a narrativa por você construída para justificar a decisão tomada.
- Após a realização da atividade (b) responda ao seguinte questionamento: Você se enxerga de alguma forma na narrativa que criou? Comente.
- Decisão:** Forme uma dupla com um (a) colega. Com base na história narrada por você (b), agora estruture três possíveis soluções para resolver o problema narrado anteriormente na história. Apresente ao (a) colega as três opções de escolha, cuja decisão deverá ser tomada pelo (a) mesmo (a), que deverá justificar o motivo da escolha, sendo necessária a produção de uma narrativa que sustente a decisão tomada.

SEQUÊNCIA DIDÁTICA 02

Ver, ouvir e interpretar: os símbolos, as imagens, os monumentos; os dizeres, os hinos e brasões.

Esta sequência didática refere-se especificamente ao entorno histórico-social dos estudantes, os locais pelos quais passam, convivem, mas que muitas vezes nem se dão

conta. O poder da imagem é impressionante, quer o indivíduo faça uma análise desta, quer passe despercebida. Seja como for, a imagem continua presente, uma praça, um monumento, um símbolo, os quais estão sempre naquele local; enquanto tudo passa, as pessoas, o tempo, a paisagem, as árvores, as imagens não saem, foram feitas para ficar, resistir ao tempo, quando começam ruir, são recolocadas, restauradas.

A imagem permanente forma uma paisagem interior em cada um, ela é uma narrativa visual. Evidentemente, com a audição não seria diferente, aquela frase que nem sempre se presta atenção, mas que muitas vezes sutilmente ecoa, gravita entre os seres, cuja análise mais atenta é a única que fará os indivíduos viajarem até as entranhas da memória. Independentemente de se interpretar a mensagem, ela exerce impacto, possivelmente, mais impacto ainda, quando não analisada.

Objetivos

- Atribuir maior visibilidade ao estudo das narrativas locais e suas possíveis influências nos modos de ser da sociedade estudada;
- Trabalhar com memória, sujeito, tempo e local, de modo a compreender como os estudantes percebem as peculiaridades históricas dentro do contexto no qual estão inseridos e, como elas podem fazer-se presentes na mentalidade através de imagens, ideias, discursos; dizeres, hinos, monumentos e símbolos.

- **Número de aulas: 01**

- **Duração de cada aula: 1 h 50 minutos**

AULAS 04-05

ORIENTAÇÕES DE APLICABILIDADE

- Esta sequência didática trabalha com os símbolos, imagens e informações textuais sobre o Município de Panambi. Sugere-se como complemento, fazer uma busca investigativa juntamente com os estudantes em obras sobre a história do Município, existentes na Biblioteca da Escola ou no Museu e Arquivo Histórico (MAHP)

ATIVIDADE 01

- Na atividade 01 (a até h) será analisado o Brasão do Município de Panambi. Entende-se que um símbolo é criado, essencialmente, para trazer a lume aquilo

que busca representar. O cognome “Cidade das Máquinas” foi originado da crescente industrialização por iniciativa de imigrantes alemães. Na fase inicial da colonização, buscou-se edificar uma colônia sem assimilações ao meio nacional, o que, de certa forma se manteve por algum tempo. A “Cidade das Máquinas”, é uma marca que permanece simbolicamente representada, está na dinâmica social, porém com novas configurações. Nesse sentido, a proposta da atividade é enviesada para a análise de um passado que ecoa no presente, porém, com algumas transformações. A própria dinâmica do crescimento industrial e populacional do município com o tempo acaba trazendo a diversidade social, pois muitas pessoas vieram e ainda vêm de diversas cidades ou estados para trabalhar e morar em Panambi. Os estudantes de uma forma ou outra estão envolvidos nessa dinâmica, quer sua ancestralidade tenha raízes em Panambi, quer tenham vindo de outras localidades.

ATIVIDADE 02

- A atividade 02 faz uma análise do que se pode chamar narrativa visual: uma imagem pode impactar mais que “mil palavras”. Para isto se analisa o cartão postal (propaganda) da colônia modelo – do início do século XX – que visava atrair compradores para os lotes; por outro lado, há uma imagem trazendo a situação enfrentada pelos primeiros migrantes e/ou imigrantes, em suas primeiras instalações assim que chegavam. Procura-se com esta atividade instigar os estudantes a perceber o poder da imagem usada para tal fim. Qual seria a imagem ideal para ser usada?

ATIVIDADE 03

- Refere-se ao Hino de Panambi, onde se busca trabalhar a mensagem que sua letra quer passar, os aspectos da dinâmica histórico-social que se percebe na mesma, tais como economia, educação, religiosidade, território e natureza. Nesse sentido, é possível realizar a atividade com os estudantes de modo que possam se expressar sobre suas vivências locais através da reflexão em torno da letra do Hino.

ATIVIDADE 04

- É um convite à reflexão e o conhecimento, pois, o Município de Panambi foi por muito tempo e ainda é percebido pelas demais regiões sob o prisma da colonização alemã, mas também há estudos que ressaltam sobre outros povos

que fizeram e fazem parte do referido contexto histórico. Neste viés, a atividade 04 traz trechos escritos que relatam a presença desses outros povos no passado, assim como os imigrantes alemães. Busca-se, portanto, com esta atividade, uma reflexão mais ampla.

ATIVIDADE 05

- Nesta atividade (a), espera-se que os estudantes encontrem representações mais amplas dos povos que fazem parte da história local e do Rio Grande do Sul, os quais passaram a se fazer presentes na cidade, através do Portal das Colonizações, inaugurado em 2012. No que tange a atividade (b), espera-se que na mesma, o estudante identifique os indígenas como primeiros habitantes do território gaúcho e, conseqüentemente, Panambi e região.

- **ATIVIDADE 06**

Esta atividade busca fazer uma síntese do que foi estudado nesta sequência didática, de modo a perceber o que despertou a atenção do estudante, o que pareceu novidade; o que ainda não se sabia e, aquilo com o que o mesmo mais se identificou.



ATIVIDADE 01

- Os símbolos não são apenas representações históricas para demonstrar um passado “glorioso”, “divino”, “pujante” ou de “sucesso”; servem também para demonstrar os alicerces sobre os quais uma determinada sociedade erigiu-se e, conseqüentemente, visam à reverberação dos motivos pelos quais foram criados. Os símbolos não escapam da relação entre o passado e o presente, com suas permanências e modificações.

BRASÃO

Faça uma análise do símbolo abaixo e responda os questionamentos que seguem.



- a) O que significa a engrenagem acima em formato de semirroda?
- b) O que significa o arado?
- c) O que significam a bigorna e o martelo?
- d) O que significam a palmeira e o carvalho?
- e) O que significam o nome e a data escrita na parte inferior do brasão?
- f) Em sua opinião, qual parte do brasão mais descreve o município de Panambi?
- g) O símbolo analisado pode representar, pelo menos em partes, a dinâmica ou modo de ser das pessoas que convivem na sociedade atual? Comente.
- h) Há alguma relação histórica sua e/ou de seus familiares com algo que esteja contido no Brasão do Município? Comente.

ATIVIDADE 02

As imagens abaixo, datadas do início do século XX, referem-se ao território que hoje faz parte do atual Município de Panambi, na época Colônia Neu-Württemberg. A primeira imagem é um cartão postal de Neu-Württemberg, utilizado como propaganda pela Empresa Colonizadora Dr. Herrmann Meyer, com o objetivo de atrair

compradores. A segunda imagem se refere à instalação de um imigrante em seu primeiro lote colonial.



Nova-Württemberg. Cartão Postal, 8,5x13,5 cm. Foto de Alfred Bornmüller, Neu-Württemberg, 1907. Fonte: Acervo do MAHP.



Instalação de um imigrante em seu lote colonial, 15,8x13 cm.
Foto de Wilhelm Schäffer, Neu-Württemberg, 1903
Fonte: MEYER, 1904b: fl. 3; MEYER, 1906: fl. 17

Observe as duas imagens, faça uma comparação entre as mesmas e em seguida faça uma análise crítica.

- a) Marque um X na imagem que busca convencer.

- b) Circule a imagem que demonstra algo mais próximo da realidade encontrada na época.

ATIVIDADE 03

HINO DE PANAMBI

(Letra e Melodia: Arnaldo Gustavo Molz - 1978)

1. Vamos cantar minha gente
Nossas bandeiras já estão no ar
Unidos sempre e para a frente
Marchando firme sem vacilar.

Refrão:

Na agricultura, comércio e indústria
Nossas igrejas, educandários
E tudo isto que é o Panambi
Abençoado o povo daqui. (2x)

2. Em nossos bosques têm mais flores
Mais passarinhos para cantar
O nosso céu tem mais cores
e bem mais puro o nosso ar.

- a) Ao se fazer uma análise da letra do Hino Municipal de Panambi, grife dois versos, que a seu ver, mais descrevem a dinâmica do Município.
- b) Sua história ou de seus antepassados relaciona-se com os versos que escolheu? Comente a sua resposta.

ATIVIDADE 04

Memória, narrativa e História.

- a) Os trechos abaixo se referem a acontecimentos históricos sobre personagens e/ou grupos sociais que fizeram e fazem parte do atual Município de Panambi, porém alguns são destacados de maneira mais expressiva que

outros. Coloque (1) para os aspectos histórico-sociais mais conhecidos por você e (2) para os menos conhecidos.

() Esse foi o caráter da publicação “Die Schwaben im Ausland [Os suabos no exterior], em 1935, editada pelo Deutsches Ausland Institut. Tinha por objetivo relembrar aos suabos no estrangeiro a sua origem, sua cultura, e um chamamento à preservação das mesmas, ou seja, a manutenção do Schwabentum”. [...] A obra apresentava os suabos como trabalhadores, resistentes, persistentes e habilidosos. Muito religiosos, característica essa que, somada ao trabalho, lhes permitia superar as dificuldades. Foi com a contribuição desse material humano que a colônia Neu-Württemberg se transformou em uma colônia alemã modelo, um exemplo de colonização no exterior, cujos frutos ultrapassavam as fronteiras da colônia. O êxito era resultante, sobretudo, do trabalho incansável do diretor da colônia, Hermann Faulhaber, um württemberger, que organizou o ensino de tal forma que serviu de exemplo para toda a serra do Rio Grande do Sul. A colônia foi provida de imediato de escola e igreja, ambas contribuindo para manter a cultura e a língua alemã. Outro ponto importante da colônia era o associativismo, com a formação de Vereine, presente em todos os segmentos econômicos e sociais. (NEUMANN, 2009, p.142,143).

() Segundo ele, o colono recém-chegado na sede permanecia, no primeiro dia, na Casa do Imigrante, mas no dia seguinte deveria providenciar uma colônia para se estabelecer, caso não tenha reservado um lote junto ao procurador geral da Colonizadora, em Porto Alegre. A permanência na Casa do Imigrante só era permitida por um dia. Em meio à mata nativa, havia consideráveis áreas de capoeira, que apresentavam uma coloração diferente. Tratava-se das áreas cultivadas anteriormente pelos “intrusos, negros ou brasileiros”, que migravam com grande frequência, abrindo novas roças em outra área de mata nativa. As terras de capoeiras eram mais indicadas para os imigrantes alemães, pois tornavam a derrubada da mata menos penosa. Já os colonos rio-grandenses preferiam uma colônia com mata fechada. Após a escolha do lote, o colono iniciava a derrubada de uma área de mata para o plantio, levando consigo machado, foice de roçar e machete. Para ajudar, recorria a um vizinho, “ou confiava a um negro, por pouco dinheiro, o trabalho de derrubada e fazer a roça”. Os imigrantes “não vão longe sem ajuda, aqui não é tão fácil”. (NEUMANN, 2009, p.118)

() O projeto de colonização da Empresa de Colonização Dr. Herrmann Meyer era bem claro nesse aspecto, tanto na teoria quanto na sua prática, cedendo apenas quando as circunstâncias o forçavam. Uma colônia étnica alemã e para alemães não comportava o outro, representado pelo luso-brasileiro. Excluía-se dessa forma duplamente o lavrador nacional ou caboclo, primeiro pelo fator étnico, e depois, pela sua condição de intruso. (NEUMANN, 2009, p.312,313).

() O desequilíbrio nas contas da Colonizadora Meyer foi resultado, no primeiro momento, das despesas com os trabalhos de medição e divisão em lotes coloniais, incluindo as diárias dos trabalhadores, mantimentos e instrumentos de trabalho. Carlos Dhein engajou como diaristas os caboclos estabelecidos nos arredores das colônias, chegando a 40 pessoas. Além de conhecedores da região, eram uma mão-de-obra barata. Progressivamente, os colonos foram aproveitados em tal atividade, e parte do valor de suas diárias descontadas nas prestações do lote colonial (Figura 33). Entretanto, as diárias pagas aos colonos eram mais elevadas do que aquelas pagas aos caboclos, encarecendo a colonização. (NEUMANN, 2009, p.357,358)

() Para os imigrantes, camponeses ou cidadãos, a vida na colônia consistiu em longo aprendizado e adaptação às condições precárias inerentes à fase de instalação em um lote colonial, requerendo a adequação de suas tecnologias de produção às características do meio, iniciando pelo processo de derrubada da mata, queimada, arroteamento do solo, plantio e colheita. Nessa fase, o auxílio de um caboclo ou colono era de grande serventia, para poupar tempo e dinheiro. (NEUMANN, 2009, p.506).

() Inicialmente, o colono trabalhava para garantir a sua sobrevivência, e a Colonizadora investia em obras conforme disponibilizava de capital e somente nas mais urgentes – ao contrário das colônias públicas, que realizavam trabalhos para ocupar os colonos, segundo Horst Hoffmann. Dentro do possível, procurava reduzir despesas, contratando um engenheiro somente para trabalhos de maior envergadura, para os demais, empregava “brasileiros que moram nas redondezas, que sabem conduzir os trabalhos de derrubada das matas com mais destreza e menos custos. Empregar colonos na abertura de estradas torna-se 35% mais caro do que empregar brasileiros”. (NEUMANN, 2009, p.463)

() Lá em Boa Vista, João Luis Malheiros deu início ao cultivo de terra e a criação de gado suíno e bovino [...] Plantava arroz, milho, feijão e mandioca[...] Deu início ao plantio de um pomar com marmeleiros portugueses, citros, macieiras, pessegueiros e videiras [...] Explorou uma cascata no arroio Farinheiro e montou uma Atafona para fabricação de farinha de mandioca; e outros produtos como a tapioca [...] Pelo ano de 1880, João Luís constrói uma casa grande para a residência com loja de secos e molhados, ferragens, alouçados, tecidos, calçados, remédios caseiros e outros produtos [...] O Malheiro, como era conhecido, João Luís, para dar escoamento à produção da sua agricultura, projetou e construiu uma estrada desde Boa Vista até ao Passo do Paiol no Fiúza. Pagou as custas da estrada, vendendo um tropa de bois gordos ao preço de 8000 por cabeça, já que toda ou maior parte da estrada era dentro do mato, sertão. De Boa Vista até a para Belizário, abriu passo no Caxambú, fez pontilhões e cortou os barrancos para entupir as barrocas das erosões, afim de dar trânsito para tráfego de carretas. Daí, até Cruz Alta, procedeu reparos nos caminhos dos tropeiros, que, de Belizário rumavam em direção a Figueiras, cruzam por Encarnação, a estrada das tropas e o passo das tropas no Rio Palmeira. (MALHEIROS, 1979, p.15,16,17).

- b) Após enumerar os acontecimentos históricos, realize uma busca investigativa juntamente com o (a) professor (a) sobre os povos que fizeram parte da história do território do que hoje é o atual Município de Panambi. Após isto, elabore um mapa mental sobre os povos pesquisados e apresente para os (as) colegas e professor (a).

ATIVIDADE 05

- a) No ano de 2012, ocorreu uma ampliação da perspectiva histórico-social sobre parte dos povos que habitavam no território do atual Município de Panambi e região, observada através de uma edificação material, que ilustra personagens que no passado eram pouco mencionados na História local. Qual monumento, portal e/ou construção é esta? Marque um X na resposta que indica sua escolha.

- () Monumento à Bíblia
- () Portal das Colonizações
- () Igreja Batista

- b) Nas imagens a) e b) tem-se o Portal das Colonizações, que fica na Praça Central de Panambi. O que significam as imagens c) e d)? Elas têm alguma relação com a história do Rio Grande do Sul, Panambi e Região? Faça uma pesquisa em grupo com o auxílio do professor (a) e posteriormente apresente para os (as) colegas.

A)



B)



C)



D)



ATIVIDADE 06

Concluindo a sequência didática

Do que foi estudado até o momento nesta sequência didática, com quais aspectos da história você mais se identificou durante a realização das atividades? Comente sua resposta e faça um breve relato para os (as) colegas e professor (a).

SEQUÊNCIA DIDÁTICA 03 – Final

Encontrar-se consigo, em meio aos outros.

“Eu sou eu e minha circunstância, e se não salvo a ela, não me salvo a mim”.

Ortega y Gasset

Até aqui, o estudante pôde entender um pouco do que são narrativas histórico-sociais ou coletivas, ao trabalhar na interpretação das mesmas ou produzi-las através de atividades, colocou-se, evidentemente, como personagem, aquele que vê, observa, escuta, quando isto acontece, não há como não se imaginar na história, de uma forma ou outra: sentir, ficar admirado, curioso, emocionado, indignado, mas se possível, acima de tudo, protagonista.

Objetivos

- Orientar e instigar os estudantes na realização da escrita de si.

- **Número de aulas: 03**

- **Duração de cada aula: 1 h 50 minutos**

AULAS 01,02,03

ORIENTAÇÕES DE APLICABILIDADE

- Além das atividades desenvolvidas nas sequências anteriores, o (a) professor (a) poderá trabalhar com os (as) estudantes fazendo reflexões que os instiguem e os auxiliem a pensar mais profundamente sobre suas trajetórias. Segue algumas reflexões para estudantes e professores (as).

ATIVIDADE 01



a) REFLEXÃO

Será que há uma fórmula ou modelo de escrever a autobiografia? Talvez sim, mas muito provável que não, é algo muito particular, cada um escreve da maneira que melhor entende sua existência; porém, uma coisa é certa, é imprescindível que cada indivíduo analise seu entorno, pois ainda que seja “proprietário” da própria narrativa, ele contracenou, coadjuvou e, muitas vezes, figurou em narrativas de outrem. Portanto, ao menos conhecer as narrativas circundantes, deve ser o ponto de partida, já que o restante da história está a ser construída.

Depois de analisar as narrativas e como elas se manifestam, é possível escrever sua própria história com mais autonomia? Como você se percebe no meio em que está inserido? O que você pretende ser? Para onde você quer ir? Você é autor de sua própria história ou apenas alguém a aparecer em alguns momentos no campo da narrativa histórico-social? Como você pretende protagonizar?

b) A ESCRITA DE SI

Que tal escrever a tua narrativa autobiográfica!Vá em frente, lembrando que, “quem olha para fora sonha, quem olha para dentro desperta” (JUNG 2015, p.33). Então, papel na mesa...

Para concluir...

Enfim, estar entre as narrativas, seja próximo de quem fala, seja distante, na realidade ou na ficção, é ser parte delas, é pensar superficialmente ou profundamente, “penso, logo existo”⁶, e se pensar é existir, que se coloque esse existir como protagonista, a construir história na teia da vida.

3.1. Resultados da pesquisa-ação durante a prática docente

Para uma melhor compreensão e aplicabilidade da dimensão propositiva deste estudo, traz-se aqui o desaguar de algumas reflexões feitas no exercício da cátedra, as quais ocorreram juntamente com estudantes do ensino fundamental e posteriormente direcionaram-se para a pesquisa-ação mais pontual, ocorrida sobremaneira com os estudantes do nono ano da Escola Municipal de Ensino Fundamental Princesa Isabel, no

⁶ DESCARTES, R. **Discurso do Método**. Tradução: Ciro Mioranza. São Paulo, SP: Editora Escala, 2009.

ano de 2024. Logo, as experiências relatadas abaixo, servem para demonstrar como ocorreu a articulação entre as memórias individuais e coletivas, a consciência histórica e as narrativas.

Quando ingressei no Mestrado em Ensino de História, no ano 2023, estava interessado em trabalhar sobre as narrativas coletivas locais e suas relações com a dinâmica histórica do Município de Panambi. Porém, em meados de 2023, alguns acontecimentos ampliaram sobremaneira os rumos deste estudo. Decidindo fazer uma roda de conversas com uma das turmas da escola citada anteriormente, busquei fazer uma reflexão inicial, para isto compartilhei parte de uma obra filosófica, usando a mesma como uma “tônica” para iniciar a conversa. Fiz a leitura da *“Alegoria da Caverna”*, de Platão, assim como, exibi um vídeo sobre o assunto. Ao final da reflexão, fiz um pedido aos estudantes: “Contem um pouco sobre a realidade de vocês”. Os comentários foram variados, alguns falaram sobre os objetivos que tinham; outros sobre as vicissitudes da vida, outros sobre suas trajetórias. Em vista desses relatos discentes, fiz uma pergunta para acalorar as reflexões: “Diante da realidade da qual se encontram, vocês se enxergam fora ou dentro da caverna narrada por Platão?” De repente uma aluna surda se levantou e contando com o auxílio de sua intérprete de libras começou narrar sua trajetória para os presentes. De início, ela relatou que a cidade da qual tinha vindo há alguns anos não oferecia possibilidades de crescimento e realização pessoal para uma pessoa como ela, portadora daquela necessidade especial, por conseguinte, a aluna relatou que não conseguia vislumbrar perspectivas otimistas para sua trajetória no local onde se encontrava anteriormente. Seguindo a explanação, a estudante comunicou que estava em uma caverna, como aquela narrada na obra de Platão, mas que, ao vir para Panambi, estudar na Escola Princesa Isabel, com uma trajetória em prol da educação inclusiva, a mesma enxergou as luzes e saiu daquela caverna, onde anteriormente só via as sombras. Continuou, dizendo que não iria desistir de seus planos, que tinha objetivos e iria em frente. Todos ficaram impressionados, foi a aluna que mais se expressou. Foi uma aula com relatos muito significativos. Nessas rodas de conversas, os estudantes passaram a conhecer melhor seus colegas, suas idiossincrasias. Percebi que os locais, os contextos históricos, possuem diferentes significados e interpretações para as pessoas, a depender da maneira que ocorre o dialogar entre eu, o outro e as circunstâncias da vida.

Ano de 2024, a turma de nono ano elencada para participar desta proposta de estudo era formada por estudantes de diferentes localidades, a maior parte deles nascidos em Panambi, sendo que alguns estudantes vieram de outros municípios do Rio Grande do Sul.

O estudo iniciou-se com análises sobre o entorno histórico-social local, os povos que o constituíram e as narrativas engendradas nos empreendimentos que resultaram no que se conhece hoje por Município de Panambi. Para irmos do coletivo ao pessoal, usou-se como ponto de partida a seguinte reflexão: “Somos apenas fruto das narrativas que nos circundam ou construímos a nossa narrativa ao tempo que dialogamos com as demais?”.

Nesse viés, se trouxe aos estudantes conceitos sobre consciência histórica e narrativas. Como se tratava de estudantes do nono ano, expliquei a teoria de forma simples e objetiva, usando-se de elementos mais palpáveis. Fui para a prática. Em sala de aula, repentinamente, dirigi a palavra a um estudante que morava na zona rural, cuja família trabalhava na agricultura, perguntei a Ele: “Posso plantar trigo no verão”: Ele respondeu: “Se quiser pode professor, mas não vai dar certo”. Indaguei: “Por qual motivo?” Ele: “Porque é uma cultura de inverno.” Fiz outra pergunta: “Você descobriu isto através da internet ou leu um livro sobre o assunto?” O estudante me respondeu: Não li em lugar nenhum professor, sempre soube disso, desde que nasci”. Fiz outra pergunta: “E se alguém da sua família resolver plantar trigo no verão, o que você acha que aconteceria em um futuro próximo em relação à plantação?” Ele me respondeu: “Prejuízo certo Professor”. Perguntei: “E se todos agricultores resolvessem plantar trigo fora de época, haveria alguma coisa que você faria para convencer as pessoas a não fazerem isto?” Ele: “Sim, alertaria que faltaria pão na mesa, e isso seria muito ruim”. Perguntei à turma: “O colega que protagonizou a história sobre o trigo, possui elementos para construir uma narrativa convincente em prol do plantio adequado do trigo para o bem da população?” Todos responderam que sim. Segui a aula e disse: “Então lhes contarei uma história relatada por um professor que conheço sobre uma cultura que está findando, é algo muito preocupante”. Foi nesse momento que li a história sobre o “sagu”, narrada pelo Professor Jorge da Cunha, já descrita nesta Dissertação. Após contar a história, os estudantes ficaram impressionados, muitos comovidos, outros indignados. Em seguida falei: “A outra parte dessa história vocês ainda não sabem: trata-se de uma mentira”. Em seguida, li o trecho de Cunha (2018)

que relata sobre a mentira. Os estudantes ficaram impressionados, outros disseram que não acreditavam que fosse uma mentira, uns riram, outros ficaram estáticos.

Cabe ressaltar que, antes de relatar a experiência de Cunha (2018), busquei debater com a turma sobre algo concreto, *in loco*, com os personagens reais em uma discussão com argumentos lógicos, quando refletimos juntamente com o aluno do interior sobre plantio do trigo. O objetivo era este, discutir sobre algo real e após isto trazer uma narrativa fictícia, porém bem construída, e no dizer de Cunha, com “referências concretas e prováveis que ligaram o que ouviram com o que já conheciam, com a hierarquia de valores relacionada com a construção lógica do texto narrado, com o reconhecimento do ‘professor’ etc (CUNHA, p. 2018, p. 238,239)”. Ao continuar a discussão com a turma, fiz a seguinte reflexão com os estudantes: “Perceberam que a história fictícia do ‘sagu’ narrada por Cunha pode parecer tão real quanto o diálogo que foi promovido juntamente com o colega do interior, presenciado aqui por vocês? Tudo vai depender da forma como a narrativa é construída”. Destaquei para a turma que a narrativa fictícia pode não ser real, mas é construída de acordo com um objetivo real, e esse objetivo pode abarcar um público para o qual se objetiva convencer sobre algo ou apenas gerar algum impacto. Os dois exemplos que usei em sala de aula, o real e o fictício, tiveram grande importância para o desenvolvimento da temática. Foi uma maneira de aliar a teoria à prática. Ir para algum lugar, objetivar algo, convencer ou ser convencido, muitas vezes é precedido por aspectos que se amalgamam entre o real e o fictício. Se não houvesse contado a segunda parte da história do “sagu”, o que poderia ter acontecido com o imaginário dos jovens? Poderiam eles reproduzir a história como escutaram? Não é assim com várias outras coisas na vida? Será que algum dia alguém nos contou só uma parte de uma história para nos convencer a fazer algo ou defender uma causa? Será que ocorreu o mesmo com nossos ancestrais? Será que, por algum motivo, alguém já nos contou uma mentira bem engendrada, contando com elementos logicamente construídos? Meu objetivo em promover a reflexão através do diálogo em sala de aula com uma história real sobre o estudante e sua vivência na agricultura e, a posterior história fictícia do “sagu”, foi para demonstrar que estamos sempre a contracenar com as narrativas, sejam elas reais ou fictícias. Eis o ponto crucial.

Ao trazer a discussão para o contexto dos estudantes, se fez as seguintes reflexões: Onde se encontram as narrativas que nos cercam? Como podem ser interpretadas? Somos abrangidos por elas? Somos indiferentes a elas? Nesse sentido,

busquei demonstrar aos estudantes como as ações/decisões são justificadas e sustentadas por narrativas como aporte para uma significação histórico-social.

Para a análise do contexto *in loco*, instiguei os estudantes a direcionarem os olhares para os locais públicos, para instituições que frequentam, para religiosidade, para os símbolos municipais; os monumentos, as obras escritas ou artísticas e os dizeres populares. Nesse viés, o objetivo foi refletir sobre as articulações existentes entre as memórias individuais e as memórias coletivas. Para isto, se trabalhou com o Brasão do Município, momento em que os estudantes foram instigados a refletirem sobre a seguinte indagação que fiz: “Já prestaram atenção no Brasão do Município de Panambi? O que vocês percebem nele? Ele pode representar algo que se relacione à história de vocês?” Os estudantes ficaram pensativos. Continuei com a reflexão: “Vamos começar observando suas características, o que significa a semirroda dentada? O que significa a expressão ‘Cidade das Máquinas’?” Por qual motivo na parte inferior do Brasão consta New-Württemberg, sendo que nome do Município é Panambi?

Ao dar continuidade à reflexão, direcionei o estudo para o Hino Municipal de Panambi. Propus uma análise conjunta da letra do Hino e perguntei-lhes: “Qual parte do Hino (estrofes ou refrão) vocês acham mais interessante?”. Muitos estudantes escolheram o refrão, devido às características descritas nele. Uns relataram sobre a importância das indústrias para a geração de empregos e da qualidade das escolas para uma boa educação, assim como, teve estudante que destacou a importância das Igrejas para a vida espiritual das pessoas. Um estudante disse que gostava mais da última estrofe, que se relaciona ao território panambiense, as características naturais, fauna e flora, o estudante justificou a escolha devido aos locais do município que gostava de frequentar, junto à natureza, dos quais tinha boas recordações.

A análise da letra do Hino Municipal foi direcionada de maneira mais específica, através da seguinte próxima pergunta que fiz: “Se tivessem que escolher apenas um verso do Hino, qual seria ele?” Parte significativa da turma escolheu o primeiro verso do refrão, justificando que no mesmo havia muitas características do município, alguns lembraram suas origens familiares ligadas ao campo, outros alunos comentaram sobre os pais que trabalhavam na indústria. Uma estudante começou a relacionar o primeiro verso do Hino e a expressão “Cidade das Máquinas” escrita no Brasão Municipal com a trajetória de seus pais, que tinham vindo anos anteriores para trabalhar em Panambi. A

estudante também disse que sua mãe havia relatado que quando chegou à Panambi, era muito comum que uma das primeiras coisas que as pessoas perguntavam na época era o sobrenome e a religião das pessoas que vinham de outras cidades ou estados. Então, a discussão levou-nos a compreender a dimensão histórico-social que começara erigir-se no passado, quando o projeto em prol da germanidade e com viés no protestantismo – a nova *Heimat* – estava sendo idealizado. Ao mesmo tempo, foi possível refletir que, ao narrar o passado de seus familiares em Panambi, a estudante descobriu que o mesmo fora precedido por narrativas que ainda refletiam na dinâmica histórico-social local, e isto, pelo menos em partes, já tecia uma relação com sua própria história, assim como a história de outros integrantes da turma.

Houve uma parte dos estudantes que escolheu o segundo verso do refrão, que fala das igrejas e educandários, reforçando a importância da escola em suas vidas, assim como relataram algumas lembranças sobre essa importante instituição. Ainda sobre o segundo verso, um estudante declarou que era o que mais lhe chamava a atenção, porque falava das Igrejas, o que lhe fazia pensar na importância da religiosidade para sua própria vida e para os demais.

Esta parte da pesquisa-ação foi deveras importante para evidenciar que o trabalho com os símbolos, imagens, obras e instituições levou os estudantes a relacionarem aspectos das memórias locais e as relações com suas trajetórias individuais.

Na sequência das reflexões supracitadas, foi feita uma análise do ponto de vista ruseniano sobre “o desenvolvimento da competência narrativa na aprendizagem histórica: uma hipótese ontogenética relativa à consciência moral”, usando como base para reflexão a história do “Castelo de Col”, já descrita nesta Dissertação. Para esta etapa da pesquisa-ação, foi trabalhada a questão que envolve o decidir e, de que maneira esse decidir, tem por base valores pré-existentes em nossa consciência. Nesse sentido, ao analisar a problematização de Rösen, refletiu-se como uma narrativa é construída tendo como base a decisão que foi tomada.

Para o desenvolvimento dessa parte da pesquisa-ação, após analisar a problematização de Rösen, narrei situações hipotéticas, em que cada estudante da turma passaria por uma situação para qual tivesse que fazer uma escolha e após esta escolha deveria produzir uma arguição que convencesse os demais. A zênite da questão era

saber quais elementos cada estudante usaria para construir sua narrativa. Após essa atividade foi possível observar que os estudantes construía suas narrativas usando de suas convicções, pontos de vista, valores morais e, em algumas situações, baseando-se em suas trajetórias de vida para produzir narrativas que validasse seus objetivos e decisões tomadas. A atividade demonstrou-se deveras oportuna, ao levar os estudantes a refletirem que a vida nos obriga tomar decisões o tempo todo, lembrando Ortega y Gasset (2016, p.118), quando o autor destaca que a vida nos força “escolher [...] a decidir o que vamos ser neste mundo”. Sempre estamos convocados a decidir e “mesmo quando, desesperados, nos abandonamos ao que vier, estamos decidindo não decidir”. A história do Castelo de Col, da maneira que é explorada por Rüsen, trabalha a questão do decidir, o que leva a uma série de operações mentais e, uma consulta à consciência histórica de cada um.

Mesmo que muitas pessoas não saibam o sentido dessa expressão – consciência histórica – ela está presente em nossas decisões. Como o aluno do interior sabia a época do plantio, sem ter feito um estudo específico sobre o assunto? Como Ele saberia vislumbrar o futuro caso o plantio fosse feito na época errada? E, como Ele saberia produzir uma narrativa, caso decidisse defender o plantio do trigo na época certa para evitar um possível desabastecimento e a conseqüente falta de pão? Eis um pouco do que é consciência histórica, eis o papel das narrativas.

Enfim, nestas práticas, cada estudante refletiu sobre sua realidade constitutiva e analisou seu contexto, sua herança histórico-social, religiosa, familiar e cultural. Desta maneira, as memórias, vivências, imagens, percepções e argumentações que se apresentaram em relatos e discussões em aula, levaram os estudantes a uma percepção mais profunda sobre si, momento em que puderam refletir sobre a relação entre memórias coletivas e individuais e a importância da escrita de si, a qual, pouco a pouco, passou a se concretizar.⁷

⁷ Convém informar que optou-se pela não publicação de autobiografias neste estudo, com base em critérios anteriormente estabelecidos, de modo a preservar alguns aspectos pessoais de estudantes e demais pessoas abrangidas pela prática do gênero narrativístico.

CONCLUSÃO

Não há dúvidas, tentar entender algo ou alguém é tentar entender a si mesmo, quando isto ocorre, se está buscando contracenar, interagir ou divergir; ao mesmo tempo, se está atuando em uma das mais sábias construções humanas: o diálogo entre o eu e o outro. Na maioria das situações da vida cotidiana, o diálogo ocorre por meras necessidades, raramente em um viés analítico, aprofundado, acontece que, esse diálogo – para alguns – ocorre com fluxos um pouco diferentes, há o diálogo realizado para criar algo novo ou ressignificar o que já existe; e o diálogo usado apenas para reafirmar o que “já está criado”. Criar, ressignificar ou reproduzir, possibilidades válidas em quaisquer contextos históricos. Cada sociedade cria e reproduz aquilo que parece ser “fundamental” para os seus membros, visando os objetivos a serem alcançados.

Grande parte dos aspectos que abrangem a constituição de uma determinada sociedade reflete inevitavelmente na vida de cada indivíduo, contribui para a existência de protagonistas, coadjuvantes ou figurantes, mas não há uma regra determinista que alguém seja o tempo inteiro uma coisa ou outra. Às vezes, alguns passam por figurantes, em outros momentos podem entrar na trama para coadjuvar, chegando até a protagonizar. O interessante é que esse diálogo nunca acaba, mesmo quando nada se fala, “estamos decidindo não decidir”, no sentido orteguiano⁸ da expressão.

Entrementes, para decidir aquilo que se quer ser e para onde se quer ir, é preciso saber onde se está a contracenar; doravante, tem-se o que se pode chamar de sujeito histórico, surge aquele quem diz Eu, o Eu que está em algum lugar, em meio a sua própria história e ao mesmo tempo na história de outros tantos. Sem sombra de dúvidas,

⁸ A expressão refere-se ao escritor Ortega y Gasset, contida no trecho a seguir: “A vida, que é antes de tudo o que podemos ser, vida possível, é também, e por isso mesmo, decidir entre as possibilidades o que de fato vamos ser. Circunstância e decisão são os dois elementos radicais de que se compõem a vida. A circunstância – as possibilidades – é o que de nossa vida nos é dado e imposto. Isso constitui o que chamamos o mundo. A vida não escolhe seu mundo, mas viver é encontrar-se desde o início num mundo determinado e insubstituível: neste de agora. Nosso mundo é a dimensão de fatalidade que integra nossa vida. Mas essa fatalidade vital não se parece com a mecânica. Não somos disparados sobre a existência como a bala de um fuzil, cuja trajetória está absolutamente predeterminada. A fatalidade em que caímos ao cair neste mundo – o mundo é sempre *este*, este de agora – consiste exatamente no contrário. Ao invés de nos impor uma trajetória, impõem-nos várias, e conseqüentemente nos força... a escolher. Surpreendente condição a da nossa vida! Viver é se sentir *fatalmente* forçado a exercer a liberdade, a decidir o que vamos ser neste mundo. Nossa atividade de decisão não descansa um instante sequer. Mesmo quando, desesperados, nos abandonamos ao que vier, estamos decidindo não decidir. Assim sendo, é falso dizer que na vida “decidem as circunstâncias”. Ao contrário: as circunstâncias são o dilema, sempre novo, ante o qual temos que nos decidir. Mas o que decide é o nosso caráter”. ORTEGA y GASSET. **A rebelião das massas**. Campinas, SP: Vide Editorial, 2016. p. 117-118.

estar entre os outros, é estar na História, mas não significa exatamente fazer História. A História é feita, basicamente, na relação entre o eu e o outro, porém, com um diferencial: com aquilo que parte de si, não o inverso, o inverso repetidamente é apenas reprodução histórica. Enfim, todo indivíduo está na História, mas quanto maior sua participação autônoma na construção da teia da vida, maior será a possibilidade de dizer que se está a fazer história.

Para tanto, o desenvolvimento deste estudo buscou ir além do “estar na história”, conseqüentemente, ir além do apenas “estar na escola” para aprender História. O aprender História e o fazer História devem andar de mãos dadas: na falta de um ou outro, perde-se o sentido. Isto remete a uma análise que sai da superficialidade, e adentra na capacidade de compreender os meandros do contexto no qual o indivíduo está inserido. Para isto, buscou-se obviamente conhecer a história local, função básica quando se fala em Ensino de História, porém, procurou-se evidenciar a influência que ela exerce na vida de cada um, através dos fatores que engendraram sua dinâmica histórico-social. Mas, anteriormente a isto, se desenvolveu reflexões sobre o que são narrativas, suas capacidades de abrangência e seus objetivos nos diferentes vieses.

Quando se vive em uma determinada localidade, cidade, país, grupo social, tribo ou outras formas de agrupamento, deve-se entender que em qualquer um destes, há mensagens a serem transmitidas, as mesmas, não precisam necessariamente ser ditas, podem aparecer sutilmente nos espaços, nos símbolos e instituições, nos aspectos sociais, culturais e religiosos. Essas mensagens, não saem do nada, são reflexos de narrativas anteriormente sedimentadas, elas estão em toda parte, por isto, no terceiro capítulo deste estudo usou-se as expressões “ver, ouvir e interpretar”, são ferramentas puramente históricas.

O que se pode dizer das histórias fictícias narradas e discutidas neste estudo? O que isto tem a ver com a História ou com o Ensino de História? A ficção faz pensar, imaginar, ir adiante, por isto trabalhou-se com o ficcional, não do sentido real para o fictício, mas do fictício para o real, porque toda narrativa surge com uma imaginação que visa aportar em uma futura realidade que se deseja. Buscou-se com isto fazer com que os estudantes refletissem tridimensionalmente da seguinte maneira: “A narrativa criada por outrem pode não ser necessariamente a minha, embora por conveniência eu possa até reproduzi-la, ou porque realmente sinta parte dela como trama da minha própria história”. Entende-se que, as situações anteriores são possibilidades históricas,

pois História também é, fundamentalmente, decisão, não importando no que é baseada, em uma realidade ou ficção e, decisão, após tomada, se torna História registrada – daí por diante não se trata só de imaginação. Através de análises ficcionais e da percepção histórica local, buscou-se levar o estudante a entender a narrativa primeiramente imaginária que criou o contexto no qual ele habita, doravante, propiciou ao mesmo escrever de maneira lúcida sua própria narrativa, com interferências de suas próprias análises.

A análise não para por aí, direcionou o ensino de História no sentido de autoria, momento em que o estudante, através da dimensão propositiva aqui empreendida, pudesse refletir sobre seus reais objetivos enquanto ser histórico, provocando a análise de si através da auto-observação das narrativas que mais lhe servem de orientação ou motivação. Nesse mesmo viés, colocou-se em dúvida “sua” concepção “narrativística” balizar: É possível que a narrativa por você tida como referência traduza a sua mais profunda “realidade” ou seja apenas uma construção linguística bem arquitetada? E se parte daquilo que defendemos como nosso não passasse de uma narrativa bem engendrada?

As indagações supracitadas surgiram no intuito de impactarem o estudante, aguçar sua curiosidade, chamando-o para uma reflexão de caráter dual, adentrar na História enviesando-se para o conhecimento de si. Mediante o exposto, para que o estudante pudesse compreender quem ele é na História, trabalhou-se com algumas das narrativas que fazem parte de seu contexto. Dessa forma, o ensino de História foi enviesado no sentido de: Quem eu sou no local onde habito? Para isto, procedeu-se à análise das narrativas histórico-coletivas, estudando grupos e sujeitos históricos em um âmbito regional, até se chegar ao contexto local.

Enfim, cabe destacar, o que motivou a realização deste estudo foi a percepção de um professor de História com dezessete anos de trabalho com estudantes de diferentes realidades, níveis econômicos, classes sociais, etnias e religiões. Não obstante, a partir de fatores elencados acerca da realidade dos discentes, percebeu-se que a história local influencia mais do que qualquer outro aspecto macro na formação da consciência histórica deles, pois a partir do contexto no qual estão inseridos, tendem a tomar determinados caminhos e posicionamentos, que tendem ir ao encontro de narrativas sedimentadas, expressas nos variados meios de identificação histórico-sociais.

Embora se tenha a clara noção de que o ser humano é produto do meio do qual faz parte, no momento em que interage, protagoniza e “escreve sua história”, ele muitas vezes não identifica por quais motivos as coisas chegam a ser como são; “se conhece a História”, isto é muito simples, mas não se conhece claramente como o diálogo entre o indivíduo e a mesma se faz no decorrer do tempo, nem como há neste percurso a possibilidade de réplica e tréplica com aquela “velha Senhora”. A partir do exposto, o professor que escreve estas linhas chegou à conclusão que segue abaixo.

A vida humana não se resume apenas a acontecimentos externos que a impactam e sobre os quais nem sempre se tem o controle, isto seria reduzir o que se é ao acaso. A realidade de cada indivíduo se refere fundamentalmente àquilo de mais genuíno que ele traz em si, a vir a lume quando narra sua própria história, primeiramente para si mesmo, isto é um princípio de consciência. Nesse sentido, o que oxigenou o presente estudo foi a possibilidade por parte do professor em instigar e orientar o estudante a compreender a história sobre a qual ele é a pessoa mais autorizada a narrar: a sua própria história. Porém, antes de narrar aquilo que se conhece no momento como sendo “seu”, cabe evidenciar, quais narrativas circundam e influenciam o indivíduo em sua maneira de pensar, agir e contracenar. Até que ponto o narrar individual coincide – ou não – com as narrativas já consolidadas? É possível narrar a si com autenticidade e manter o diálogo com o que já está narrado?

Ao se observar História, como uma grandeza inestimável na vida dos seres humanos – visto tudo o que mesma abrange desde tempos imemoriais – convém compreender que o conjunto dos fatos só tem coerência e sentido quando o indivíduo se entende como elemento integrante dos mesmos. As situações que abrangem o indivíduo tendem inexoravelmente a lhe impactar, doravante é preciso recorrer a um poder, o poder de decisão. Decidir sobre uma situação que se lhe impõe significa imergir na história; no caso de se optar pela inércia, mesmo assim, nessa última situação, se está no navio da história, mas sem segurar o leme. Escrever sobre si é a possibilidade de refletir sobre a própria história, é ser visto e compreendido através daquilo que partiu de si; é narrar sobre si antes de ser abarcado por uma narrativa mais abrangente, que chega como uma “onda histórica”, em suma, é colocar a si na História, tecendo sua própria trama.

REFERÊNCIAS

- BARCA, Isabel. Marcos de consciência histórica de jovens portugueses. **Currículo sem fronteiras**, v. 7, n. 1, p. 115-126, jan./jun., 2007.
- BERGSON, Henri. **Matéria e memória: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito**. Trad. Paulo Neves. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- BERGSON, Henri. **A evolução criadora**. Trad. Bento Paulo Neto. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- BERGSON, Henri. **O pensamento e o movente: ensaios e conferências** Trad. Bento Prado Neto. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- CERRI, Luis Fernando. **Ensino de História e consciência histórica**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.
- CUNHA, J.L. Aprendizagem histórica: Narrativas autobiográficas como dispositivos de formação. **Educar em Revista** (Impresso), v60, p.93-105, 2016.
- CUNHA, Jorge Luiz da. **Escrever histórias para convencer os outros: memórias, diários e cartas de imigrantes**. Revista Brasileira de Pesquisa (Auto)Biográfica, v. 3, p. 235-256, 2018.
- CUNHA, J.L. Educação histórica e narrativas autobiográficas. **Educar em revista** (Impresso), v.35, n.74, p. 93-108, 2019.
- DESCARTES, R. **Discurso do Método**. Tradução: Ciro Mioranza. São Paulo, SP: Editora Escala, 2009.
- FRONZA, Marcelo. **A intersubjetividade e a verdade na aprendizagem histórica de jovens estudantes a partir das histórias em quadrinhos**. Curitiba: 2012 (Tese de Doutorado em Educação – UFPR).
- GERMINARI, Geysa Dongley. **A história da cidade, consciência histórica e identidade de jovens escolarizados**. 187 f. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2010.
- JUNG, Carl G. *Letters, Volume 1: 1906 – 1950*. New York, NY – USA: Routledge – Taylor & Francis Group, 2015. p. 33.
- MALHEIROS, Adil Alves. **Panambi: o Vale das Borboletas Azuis**. Panambi. Publipan, 1979.
- NEUMANN, Rosane Marcia. **Uma Alemanha em miniatura: o projeto de imigração e colonização étnico particular da colonizadora Meyer no noroeste do Rio Grande do Sul (1897-1932)**. 2009. 634 f. Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.
- OLIVEIRA, Marta Kohl. **Vygotsky: aprendizado e desenvolvimento, um processo sócio-histórico** 4. ed. São Paulo: Scipione, 2002.
- ORTEGA y GASSET. **A rebelião das massas**. Campinas, SP: Vide Editorial, 2016.

ORTEGA Y GASSET, José. **Meditações do Quixote**. Tradução de Ronaldo Robson. Campinas, SP: Vide Editorial, 2019.

RÜSEN, Jörn. **Razão Histórica**: teoria da história: fundamentos da ciência Histórica. Brasília: UnB, 2001.

RÜSEN, Jörn. História viva – **Teoria da História III: Formas e funções do conhecimento histórico**. Tradução de Estevão de Rezende Martins. Brasília: Ed. UnB, 1ªreimp. 2010.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora; BARCA, Isabel; MARTINS, Estevão de Rezende. (Org.). Jörn Rüsen e o Ensino de História. Curitiba: Editora da UFPR, 2011.

ZARTH, Paulo Afonso. História agrária do planalto gaúcho.1850-1920. Ijuí: Ed.UNIJUÍ, 1997.